

ATA DEGRAVADA DA 175ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37

Aos onze dias do mês de dezembro de 2012, às nove horas, na sede do CEAS realizou-se a centésima septuagésima quinta Plenária Ordinária do CEAS coordenada pelo presidente Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Nívia Soares da Silva – SEDESE, Luiz George Marcelino da Trindade - CMAS/Lagoa Santa, Marcelo Armando Rodrigues – CRESS, Cristiane Nazareth da Silva - ISJB, Mauro Alves de Souza – ACONEQUISTAC, Fernando Henrique Guimarães Rezende – SEPLAG, Júlio César de O. Brum – IMSNS, Márcio Caldeira – ASSPROM, Andréa Medrado – SEDESE, Guilhermina Torga – SEF, Edir Petrucelli – SEE, Ana Paula Simões Hilário – CMAS/BH, Adriana Rocha – SEAPA, José Fernando A. Millane – CMAS/Cataguases; Conselheiros suplentes: Gilvânia F. de Paula – SEDESE, Raquel Veloso – SE, M^a Albanita Roberta de Lima – SEDESE, João Ademar Specht – AJEAS, Anália M^a Ferreira - COGEMAS, Hélio Norberto – CMAS/Pouso Alegre, Volney Lopes – PSIND, Ami Amorim – Missão Ramacrisna, M^a de Fátima Bergamini – SIND-SAÚDE, André Luis de Oliveira – CMAS/Ituiutaba; os convidados: conforme lista de presença; Membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Rosalice Tassar, Nilce Araújo, M^a de Paula Ribeiro e Elizabeth Chalita. O presidente inicia a plenária: Sou suplente aqui pela categoria não governamental de conselhos municipais de assistência social, ai está aqui conosco suplente do conselheiro Luiz Jorge Marcelino da Trindade. Seja bem vindo irmão Hélio Norberto. Tenho certeza que você irá representar não só Pouso Alegre como todo o sul de minas aqui conosco. Tá bom! Então o conselheiro Hélio Norberto, considera-se empossado, portanto. (palmas ao fundo). Doravante como autoridade pública estadual por prestar serviço relevância pública. Eu gostaria de lembrar, aos nobres conselheiros, o que desrespeito aos informes e, principalmente, se for informe de comissão. Para nós fazermos através de e-mail eletrônico, através de e-mail lembrar que nosso regimento interno também na a artigo 8º se não me falha a memória item 7 prevê que as comissão devem trazer em plenário para a provação somente as questões que desrespeito a deliberação. Aquelas que se só pra informe que seja encaminhado via eletronicamente por e-mail normalmente tem sido feito isto então eu peço aos conselheiros representantes de comissões que, por favor, apresentem aqui independente de deliberação e os demais vai eletronicamente por conselheiros. E aí obviamente eu recomendo a leitura de tudo que esta sendo socializado via e-mail porque se não vamos se perder ou não acompanhar aquilo que é a tratativa do avanço desta política pública. Então vamos aos informes, fica aberto, Marcelo, por favor, me ajude aqui na inscrição tá aberto! Conselheiro João Ademar

38 (falas ao fundo) JOÃO ADEMAR - Bom dia questão é o seguinte Geraldo é Presidente
39 estava conversando com a Fátima colega conselheira na última plenária parece que
40 ela pediu para averiguar como é que está o nosso colega e conselheiro Francisco a
41 preocupação com ele enquanto pessoa e também quanto à representação que ele faz,
42 vai a pergunta se tem alguma notícia ou se o assunto foi encaminhado obrigado.
43 PRESIDENTE – Eu tive conversando especificamente com Samuel, que é uma forte
44 liderança da população de rua, inclusive esteve comigo colega de conselho nacional,
45 tive duas conversa com ele. Ele vai esta substituindo mostrei pra ele a importância de
46 ter neste colegiado alguém que realmente comprometido com conselho. Porque ate
47 então, não tem sido coerente as indicações que eles fazem para representar o pop rua
48 que neste colegiado e todas duas indicações foram feitas, nós tivemos problemas e
49 ele esta resolvendo a questão do Francisco e na próxima plenária talvez temos uma
50 posição formal por parte dele que as informais eu prefiro descartá-las, mesmo por que
51 é eu penso que pra um colegiado a gente deve ter as coisas bem fundamentada e
52 sempre de forma formal por aquelas coisas de pé de ouvido, vira fofoca e de fofoca
53 este colegiado não precisa, então eu penso que a gente precisa ter este formal e já foi
54 pedido pessoalmente através da minha pessoa, assim que tivermos nós daremos
55 informações maiores. ok conselheiro João Ademar?! Próxima. Conselheiro Volney.
56 VOLNEY - Eu Volney representante da sociedade civil segmento trabalhadores, eu
57 gostaria de informa aos nobres conselheiros que nós deliberamos na última plenária a
58 minha ida para Brasília para participar de um Encontro Nacional do Fórum dos
59 Trabalhadores do SUAS. Eu tive a surpresa de que me foi negada esta ida, então eu
60 gostaria que a subsecretária explicasse os motivos desta não ida á Brasília uma vez
61 que o representante legal dos trabalhadores, sou eu que faço passo a ser neste
62 plenário, gostaria também de relatar também a minha ida, a minha visão do Encontro
63 no Fórum Nacional de Secretarias de Estados da cidade de João Pessoa. NÍVIA -
64 Senhores e Senhores, Bom dia! Peço desculpas pelo atraso. Tive um probleminha
65 familiar. Liguei para o presidente justifiquei que eu ia atrasar uns minutos. É...
66 respondendo o questionamento do Conselheiro Volney é eu pedi a Consolação que
67 providenciasse um documento que nós temos do Estado que foi publicizado há uns
68 dois meses atrás da restrição do estado para participação em alguns tipos de evento e
69 nós temos uma câmara multissetorial que faz a análise de todas a demandas de
70 todas as secretarias do Estado não é só da SEDESE a cada quinze dias a gente
71 envia a nossa programação para esta câmara que analisa a luz das diretrizes das
72 orientações dessa normativa da secretaria de planejamento nós tivemos neste último
73 bimestre diversos cancelamento reprovação de diversos, diversos solicitações de

74 participações inclusive da equipe de gestão da SEDESE em alguns eventos e este foi
75 um deles, então Volney não foi só o seu inclusive para participar do fórum nacional de
76 gestores estaduais das equipes estaduais de gestão da assistência social, nós tivemos
77 algumas negativas restrições, mais eu gostaria de justificar que é uma questão de
78 ordem superior do estado para todas secretarias por diversas razões e inclusive o
79 CEAS recebeu uma cópia deste documento eu vou pedir a Consolação, assim que
80 providenciar que eu faço a leitura para que os Senhores tenham o conhecimento tá
81 não foi nada por deliberação da secretaria, tá Volney a gente intende a importância é
82 inclusive para as diárias de viagem dos conselheiros para participar das atividades de
83 plenárias, mesa diretora comissões eu fiz um ofício e encaminhei a câmara
84 solicitando prioridade, justificando a importância de nós estarmos é oferecermos
85 condições aos conselheiros que participem das atividades específicas do conselho
86 neste momento deste ofício nós não tínhamos ainda previsão deste evento. Mas por
87 decorrência desta rescisão governamental pra diversas despesas, participação em
88 eventos, em reuniões fora e que foi motivos tá Volney da não aprovação desta ida,
89 mas o Estado não deixara de ter sua participação a nossa diretora de capacitação e
90 gestão do trabalho que é a diretoria responsável pela gestão do trabalho do Estado
91 estará participando. VOLNEY - Só quero registrar que o encontro ele pertence aos
92 trabalhadores é encontro de trabalhadores e não encontro de gestores e nós sabemos
93 que as relações dos Estados para com os trabalhadores em especial com os
94 sindicatos ela tem se mostrado uma certa resistência, esta nossa percepção que foi
95 discutido no nosso sindicato, então eu quero dizer para esta plenária e deixo a
96 pergunta né este conselho e deliberativo ou não. PRESIDENTE - Conselheiro Marcelo.
97 MARCELO - É eu só quero retorna na penúltima plenária quando houve a deliberação
98 é essa pauta surgiu através de uma solicitação minha é de, deste seminário em que
99 participariam a proposta foi de participar os representantes do grupo de trabalho que
100 esta trabalhando a mesa de diretora, a mesa de negociação do SUAS, então a gente
101 que achava muito importante que os conselheiros pudessem ir né, mas diante da
102 dificuldade dos conselheiros ir né o Volney si colocou a disposição e nós fizemos o
103 indicativo inclusive da Mayra que é da SEDESE, e também de participar.
104 Considerando o trabalho que ela tem feito nas Minas Gestão do trabalho lá na
105 secretaria então a gente acha que era muito importante de fato este encontro do fórum
106 nacional dos trabalhadores do SUAS é um fórum de âmbito não só da sociedade civil
107 e de governo, mais com um olhar também muito e há sociedade civil então a gente
108 lamenta muito né a posição do governo em ter condição de levar um representante do
109 governo né e não poder levar um representante da sociedade civil é que foi indicado e

110 deliberado por este conselho lamento muito que aconteceu. PRESIDENTE -
111 Conselheira Nívia. NÍVIA - Eu queria só responder aqui a última fala do Volney que
112 não é do nosso conhecimento da SEDESE, tá Volney esta relação com o sindicato me
113 causa estranheza que não foi mencionado aqui discutido nenhum momento acredito
114 que nós que o Estado de Minas ele tem sido referência nacional na condução política
115 de assistência social e na condução do controle social na participação do controle
116 social me causa estranheza eu não tenho esta visão que você tem está na relação
117 com o sindicato muito pelo contrario de respeito eu inclusive quando foi solicitado pelo
118 conselheiro Marcelo a instalação da mesa de negociações é uma instância que ainda
119 não esta nem formatada no nível federal. O MDS nos disse quando a gente pediu
120 orientações técnica legais para que a gente pudesse conduzi este trabalho que nós
121 estávamos à frente do MDS então nós temos tentado responder e atender a todas as
122 demandas que este conselho coloca independente de que tipo de qual representação
123 vem a demanda nós temos nós mostrado muito aberto, muito participativo, muito é
124 democrático neste sentido, eu fico e lamento né com esta sua declaração e digo que
125 não concordo não é a imagem que o Estado tem com relação ao Sindicatos
126 principalmente da nossa categoria profissional por que sou uma assistente social,
127 Mayra que é Diretora desta área de psicóloga, nos temos psicólogos e assistente
128 sociais na composição no grupo gerencial da SEDESE, infelizmente não posso
129 concorda ou né ter a mesma impressão que você tem da relação do Estado com o
130 Sindicatos trabalhistas. Conselheiro Júlio então e lamentável Volney a sua não
131 presença lá, mais eu só queria saber quais os critérios que si usou para um poder ir e
132 o outro não poder ir só é esta minha pergunta. Nós como eu disse no inicio não é a
133 SEDESE que aprova ou não aprova nós temos uma Câmara multissetorial é composta
134 por gerentes, secretários de diversas secretarias que ficam, no âmbito na coordenação
135 da secretaria de planejamento, que é a secretarias que faz é a ordenação de
136 despesas, portanto, o que eu acho importante, você não conseguiu resgatar o
137 documento não Consolidação? Não é uma deliberação da SEDESE gente é uma
138 rescisão do Estado inclusive para todos os servidores e todo o órgão vinculados, isso
139 e muito comum quem e gestor municipal que já foi gestor estadual sabem disso em
140 qualquer nível federativo final de ano nós temos muitas restrições orçamentarias.
141 PRESIDENTE - Conselheira Cris. CRISTIANE - Bom dia todos e a todas! É só na
142 verdade a pergunta que eu ia fazer e um pouco essa pergunta do Julho, né Nívia eu
143 não entendi qual foi à questão eu não entendi uma questão este documento orientativo
144 ele já estava de posse no conselho é por que diz que estava editado há dois meses
145 ele já estava posta pelo conselho já estava, eu não entendi, mesmo assim nós

146 deliberamos um evento que não era permitido assim eu agora gostaria de entender um
147 pouco esse processo e fica esta duvida mesmo assim a gente precisava de
148 esclarecimentos por parte da câmara técnica qual foram os critérios de aprovação da
149 ida da Mayra e da má aprovação, entendi que não era a SEDESE mais nós
150 precisamos desses esclarecimentos e uma deliberação de conselho né mesmo que
151 seja e aí nós precisamos saber o que aconteceu. NÍVIA - Eu vou pedi a secretária
152 executiva que conduza esta informação. MARCELO - Antes de passar para ela eu
153 gostaria de fazer a leitura do ofício que a secretaria de Estado Renata Vilhena
154 encaminhou e diz para os secretários de Estado: "Senhor Secretário fica suspenso aos
155 órgãos da administração pública direta do poder executivo, bem como as autarquias e
156 as fundações públicas empresas dependentes assunção de compromissos que
157 implique em gastos as seguintes despesas: A- participação de cursos, congressos
158 seminários e eventos a fins bem como promoção dos mesmos. B- Contratação
159 acréscimos ou renovação de contratos de consultorias por cento e oitenta dias, os
160 pleitos de excepcionalidade ao disposto deste ofício em virtude relevante interesse
161 público deverão ser encaminhados a esta câmara, para serem submetidos à decisão,
162 os pleitos relativos a consultorias e aí no mais termina aqui o documento. Em os
163 pleitos relativos à contratação, a consultoria pública deverá conter nota técnica com
164 justificação da necessidade de elaboração pela AGERE necessidade de elaborada
165 pela AGI do sistema. Código de controle as áreas de educação, saúde e segurança
166 estão isenta de receber a restrição ativa da participação em curso, congressos
167 seminários e afins, desde que apresente plano de atividades destas naturezas para
168 seus servidores a serem aprovados previamente pela câmara". CONSOLAÇÃO - Eu
169 não tenho nenhuma justificativa realmente pra dar ao conselheiro, nós encaminhamos
170 todos os processos como nós temos feitos, inclusive em um dos eventos quando foi
171 retornado aqui nós mudamos inclusive o objeto nome para uma tentativa de
172 possibilidade, justificar, de participar em um nós conseguimos obter êxito em outro nós
173 tentamos foi a primeira vez que isto aconteceu, nós podemos falar para todos aquilo
174 tudo que foi deliberado foi à primeira vez que isto aconteceu, então assim se da parte
175 da secretaria executiva faltou à informação na plenária para que não houvesse a
176 liberação não si passou é por nós naquele momento que é tentativa, nós deveríamos
177 tentar antes de trazer isso aqui na plenária. PRESIDENTE - Eu gostaria de encerrar
178 este assunto e pretendo aqui para não delongar muito mais já penso que as
179 justificativas foram feitas. Inicialmente o Volney traz aqui a expectavas e conselheira
180 Nívia falou por duas vezes por até não penso em escuta completa da situação ela
181 justificou em principio que existe uma determinação legal como falou e lida aqui por

182 alguns quesitos é pra gente é ruim e a gente precisa fazer a leitura para além do fato e
183 a leitura que eu faço que hem si tratando de outras pastas governamentais e com toda
184 autonomia de fazer isto. Nós sabemos que o poder público tem restrições sim de uso
185 de verbas nó final de ano e neste exercício todos nos sabemos disso, a outra situação
186 é que, em a função de haver e uma glosa você ver que aqui tem um paragrafo que fala
187 especificamente que educação, saúde não e bom lembrarmos que as duas partes são
188 compulsórias por determinação de percentual assistência social não tem então como a
189 assistente social não tem fica aí correndo atrás do rabo do cometa, porque se tivesse
190 o percentual já determinado talvez com certeza não teria esta questão vamos fazer a
191 leitura para nós corremos o ano que vem no ano de conferência, para mais uma vez
192 nós confrontarmos com o próprio governo, olha eu falo e na esfera federal e lembrar
193 também em fazer outra leitura, para além do fato que eu quero registrar aqui também.
194 Seguinte é quando se fala em restrição de verbas final de mandato e inicio é bom a
195 gente lembrar que tem uma situação que a gente precisa saber fazer a leitura para
196 que a gente contrapor. Quando o Estado recebe repasse de verba assim como os
197 municípios do governo federal, isto tem caído ao longo tempo, não e só o repasse de
198 fundo de participação municipal, mais também fundo participação estadual em função
199 do recolhimento menor de impostos para o governo federal, e aí nós temos que
200 ressaltar algumas situações, quando o governo federal lança a isenção de IP para
201 carro, ele tem fundamentação legal de cuidar da empregabilidade e fazer isso com a
202 verba do governo federal e não com a verba que é repassada para os estados e
203 municípios. E ai os Estados arrecadam menos, os municípios arrecadam menos. O
204 dinheiro de imposto que por força de lei tem que ser repassado para Estados e
205 Municípios. E aí nós temos que fazer a leitura, porque faz uma isenção com os
206 dinheiros que deveriam está nos Estados e Municípios. Eu estou falando isso porque
207 eu sou municipalista por excelência e nós temos vistos os municípios parando de
208 recolher lixo, porque não tem verba, parando de fazer uma serie de trabalhos e a
209 assistência social paga caro por isso. Porque não tem determinação legal. Porque na
210 verdade recolheram o dinheiro a ser repassado aos entes federados. E muito embora
211 a conselheira Nívia, fundamentou a importância do conselheiro Volney em participar
212 do evento, se houve a negativa com base na fundamentação normativa que acabou de
213 ser lida. Não é! O bom entendimento é que existe uma fundamental importância, como
214 Nívia encaminhou e fundamental. Neste encontro pretende-se estabelecer a mesa de
215 negociação. E a mesa de negociação foi tirada aqui em plenária. Três sindicatos que
216 compõe esta mesa para estarem fazendo a discussão. No momento em que alguém
217 por parte do órgão gestor vai participar isto foi bom, mas a sociedade civil também vai

218 participar. E a minha entidade vai bancar sua ida para Brasília. OK! Eu penso que
219 vencemos este ponto! E acho importante nós fazermos algumas reflexões para além
220 do fato. Para nos é muito importante enquanto conselheiros. Temos mais alguns
221 informes, inscrições não? (falas ao fundo). NÍVIA - Gostaria só de mencionar pauta de
222 reunião da CIT, que ocorreu na última terça-feira em João Pessoa que antecedeu o
223 encontro nacional de gestores estaduais que é uma pauta importante, porem uma
224 delas não foi pactuada e foi adiada para janeiro e fevereiro a partir da instituição de
225 uma câmara técnica na CIT aí, é muito importante para os municípios. Como são
226 muitas informações eu vou pedir à Secretaria Executiva que envie por e-mail aos
227 conselheiros e com relação às informações de centro dia de residência inclusiva,
228 novos municípios que tiveram aprovação das suas propostas de reordenamento para
229 acolhimento de crianças e adolescentes e a perspectiva de ampliação de recursos
230 para reordenamento institucional para criança e adolescente. Então são muitas
231 informações, informações também com relação ao encontro nacional de gestores
232 estaduais, que eu participei com a minha equipe, o Volney participou pelo conselho
233 estadual, nós tivemos lá uma reunião a parte com o conselho nacional, todos os
234 estaduais e municipais que estavam presentes, junto com a presidente do conselho
235 nacional de assistência social, onde foi feita uma análise das ações deste ano do
236 controle social e das propostas e do planejamento do conselho nacional no
237 planejamento das atividades com os conselhos estaduais e municipais par ao próximo
238 ano, são informações mais complexas e importantes, com muitos dados, e eu vou
239 pedir á Consolação para enviar por e-mail a todos e otimizar o tempo da reunião.
240 PRESIDENTE - Eu quero dar um informe a todos os conselheiros e ao público que
241 estão presentes nesta plenária, que o sindicato patronal e que representam os
242 empregados de instituições de organizações não governamentais, ou seja, o terceiro
243 setor. Nós fizemos trinta e sete encontros em cidades dos estados e dentre as várias
244 temática nós tivemos uma que falava só dos aspectos contábeis e questões
245 financeiras, e foi feita pelo conselheiro Ami, que está aqui na mesa conosco. Ele fez
246 quanto bacharel e mestre que é Ciências Contábil, mas não representando o
247 conselho, diga-se de passagem. Tivemos também uma tratativa de ordenação
248 estatutária, jurídica e tributaria feita por um advogado e especialista no terceiro setor,
249 Dr. José Ismar, que já foi conselheiro deste colegiado, conosco, também fez
250 representando sua entidade. Eu estive no descolgiado, levando uma apresentação
251 deste colegiado, levando uma palestra de inscrição de entidades, porque é um tema
252 que aflige todos os municípios sem exceção, inclusive os estados deste país. A
253 temática que existe uma reparação penso eu que até nos deliberaremos isso, penso

254 eu nós demandaremos isso até para uma resolução do CNAS. Que aqui agradecer de
255 público a contribuição efetiva da conselheira Cristiane, que em algumas ocasiões fez
256 este conselho se representar por questões de agenda. Eu aqui quero deixar registrada
257 a importância do governo quando faz a leitura do papel de cada organização não
258 governamental e das iniciações apresentadas para entidades de classe. Aí há uma
259 diferenciação do conselheiro Volney. Eu quero dizer que o governo do Estado tem si
260 valorizado os sindicatos. Eu não sei se é um caso específico com a sua entidade, mas
261 eu posso deixar registrado aqui com as outras entidades não. Porque nós tivemos a
262 presença destes seminários que ocorreu em Uberlândia com a média de 100 pessoas
263 e tivemos a pessoa da Subsecretária de Estado Nívia, a representação que se fez da
264 SEDESE e aí com muita propriedade e a grata satisfação foram dois seminários que
265 culminou com dois encontros, e aí Juiz de Fora na Zona da Mata, nós tivemos a grata
266 satisfação de termos a presença da Conselheira e Subsecretária de Estado Roberta.
267 Teve conosco e foi muito importante e as entidades sindicais puderam mostrar que a
268 sociedade organizada pode fazer acontecer e deve. Este é o nosso papel de
269 responsabilidade social. Quando nós de forma organizada, se soma aos organismos
270 institucionais principalmente ao governo não é! É muito importante para credibilizar o
271 que estamos fazendo. Tivemos seminários, simpósios, encontros inclusive, Roberta
272 como líder, a respeito desta tratativa de como proceder no próximo ano, vendo todos
273 os conteúdos no que diz respeito ao fortalecimento da sociedade civil organizada,
274 então eu precisava dá este informe e frisar a participação do governo do Estado
275 através da SEDESE e de público deixar registrado em Ata meu agradecimento da
276 conselheira e Subsecretaria Roberta e a conselheira Vice Presidente e Subsecretaria
277 Nívia, muito obrigada pela participação de vocês, somaram muito conosco. Informes,
278 podemos continuar? Ok! Então próximo ponto de pauta a ser deliberada a eleição da
279 mesa diretora, eu gostaria de comunicar aos conselheiros e conselheiras que nosso
280 Secretário de Estado Deputado Cássio, com todo o respeito a este colegiado nos
281 solicitou que houvesse ainda a participação da mesa diretora nesta plenária de
282 dezembro e que para janeiro ele estará trazendo o indicativo para composição da nova
283 mesa diretora. Assim sendo, penso que está vencido, a não ser que alguém queria
284 fazer alguma fala a respeito desta situação. Com esta parte estamos plenamente de
285 acordo este colegiado sempre esteve presente nas necessidades e no desempenho
286 da função que é própria dele. Então, agradeça, por favor, conselheiras Nívia e Roberta
287 e tá comunicando de forma oficial esta alteração, esta postergação por necessidade
288 que se faz presente. Nós agora teríamos um B, eu já até pedi para fazermos a troca,
289 então passaremos agora para tratativa do item C, que foi transformada em B, com

290 respeito da UHE de Candonga, e a respeito ao plano de ação da SEDESE. Com esta
291 minuta e proposta de resolução, quem vai fazer a apresentação é a conselheira Ana
292 Paula, a tratativa será feita com apresentação em Datashow e Ana Paula irá conduzir
293 o trabalho. ANA PAULA - Bom dia a todos! Nós trabalhamos na comissão de normas,
294 conforme deliberação da última plenária o Plano de Intervenção apresentado pela
295 SEDESE em relação ao UHE Candonga. Discutimos na comissão de normas, por
296 várias vezes o plano de intervenção e geral a seguinte proposta de minuta de
297 resolução para ser deliberado aqui por esta plenária. Eu gostaria de fazer leitura da
298 minuta, a minuta da resolução está projetada na tela, acho que nem todos têm, mas
299 podem acompanhar na tela. Minuta de resolução n. 429/2012, CEAS/MG, dispõe
300 sobre o plano de adequação da SEDESE, referente aos pontos pendentes e
301 conflitantes relativos ao plano de assistência social PAS UHE Candonga. O Conselho
302 Estadual do Estado de Minas Gerais, CEAS/MG, no uso das atribuições que foram
303 conferidas pela Lei Federal, 8742 de 07 de dezembro de 1993, artigo 13 da Lei
304 Estadual, 12262 de novembro de 1996, 23 de julho de 1996, pelo artigo 3, da Lei
305 Estadual 12712 de 28 de abril de 1998 e considerando a resolução do CEAS,
306 n.404/2011, que dispõe sobre o encerramento pelo CEAS do processo de negociação
307 dos atingidos empreendedores da UHE Candonga, define prazos e transfere as
308 responsabilidades à SEDESE para a conclusão dos trabalhos. Considerando que a
309 SEDESE cumpriu os prazos dispostos na resolução do CEAS, n. 404/2011,
310 apresentando seu planejamento de intervenção, ações já desenvolvidas, programa da
311 atuação ainda necessário, considerando que o atual objetivo da SEDESE, consiste em
312 uma atuação proposta pelo governo Estadual, por meio da SEDESE, ao CEAS, de
313 solução dos principais pontos conflitantes de famílias atingidas e o consórcio de
314 Candonga em decorrência do não atingimento de algumas condicionantes, pela
315 implantação da Usina Risoleta Neves. Considerando que o trabalho da SEDESE,
316 focou os aspectos preliminares, pendentes da resolução do CEAS n. 39/2013,
317 quaisquer que sejam, criar, implementar programa de reativação econômica para os
318 atingidos pelo empreendimento, concessão de terreno em área produtiva de terreno
319 de 200m², para cada família ou titular, de um imóvel na área urbanizada de Nova
320 Soberbo, próximo às residências, cercados com área disponível, com fornecimento de
321 suporte técnico, produção, bem como plano de insumos e acompanhamentos
322 agrícolas, de modo a recompor os pomares e hortas dos deslindados, sendo que este
323 terreno deveria ser transmitido e devidamente registrado e com agravante de ser
324 inalienável e o encargo de servir exclusivamente para criação de aves e animais de
325 pequeno porte, outorgar as escrituras e os registros imobiliários das casas e seus

326 respectivos lotes de terreno, bem como das áreas referidas no item anterior, as suas
327 expensas salve hipóteses de área em processo de desapropriação posteriormente a
328 transmitir-se da mesma forma. Considerando que o consórcio Candonga considerou
329 ter outorgado maior parte das escrituras e que para as faltantes justificou-se por serem
330 propriedades que há herdeiros ou que faltam documentos, por parte de cartório ou de
331 moradores para promoverem a regularização. Considerando que após varias
332 tentativas de formalizar a divisão e regularizar a questão dos terrenos concedidos de
333 200m², passados para 360m² pela FEAM, chamado de extensão de quintais, conclui-
334 se pela inviabilidade de divisão em modulo rural para área urbana, considerando que
335 foi consenso entre os empreendedores, na reunião do dia 14 de novembro de 2012, a
336 necessidade de substituir a proposta da concessão de terrenos, por um pagamento
337 em espécie sobre o mesmo para cada família titular de origem do velho soberbo para
338 qual foi dado o direito de receber o terreno, considerando a necessidade de se alterar
339 o termo de reativação econômica para inclusão produtiva, pelo fato desta última
340 reduzir os riscos de uma dependência econômica, pelo estímulo que proporciona a
341 reativação da economia. Considerando que foram incluídas duas questões para
342 avaliação de pertinência, solicitação dos atingidos que são. Fornecimento da água da
343 comunidade da nova soberbo para reparo das casas e limpezas das suas caixas de
344 águas. Considerando a 175^o plenária ordinária do CEAS, ocorrida em 10 de novembro
345 de 2012, o conselho estadual resolve: Artigo 1, aprovar o plano de adequação,
346 constante do relatório de atuação da SEDESE, com prazo de execução até 31 de
347 dezembro de 2013. Paragrafo Único, os anexos 1 e 2 desta resolução refere-se ao
348 plano de adequação e seu cronograma extraídos de seu relatório da SEDESE. Artigo
349 2: os itens 6 e 10 do quadro disposto no artigo primeiro da resolução n. 39/2003,
350 passam a vigorar com a seguinte alteração. Atividades item 6, mover a inclusão
351 produtiva, dos atingidos pelo UHE Candonga, por meio de cursos de qualificação para
352 a comunidade nova soberbo e proposta para a comunidade sete quedas conforme
353 disposto no anexo 1 desta resolução, prazos até 31 de dezembro de 2013. Item 10,
354 pagamento em espécie correspondente ao terreno de 360m², da área chamada de
355 extensão de quintais para cada família titular na área urbanizada de nova soberba,
356 oriundo do velho soberbo, considerando o valor de mercado acrescido de 20%. Prazos
357 até 31 de dezembro de 2013. Artigo 3, o parágrafo segundo do artigo primeiro da
358 resolução n. 39/2003, passa a vigorar para a seguinte redação, a mais de uma
359 proposta de redação, então eu vou ler, as duas, parágrafo segundo, será garantido
360 conforme disposto no item 10, a todas as famílias, que tiveram seu nome registrado
361 como titular de um imóvel em nova soberbo, oriundo do velho soberbo, no plano de

362 assistência social, independentemente de está residindo no local ou não. (incluir ou
363 transferir da propriedade ou posse a outrem, salvo se o documento de transferência se
364 vincular ao terreno), artigo 4: fica criado o grupo de monitoramento composto por
365 representantes do CEAS e da SEDESE. Parágrafo Primeiro: o grupo de
366 monitoramento mencionado no Caput, deverá acompanhar, avaliar o desenvolvimento
367 do plano de atuação e das atividades dispostas no artigo 2 desta resolução, por meio
368 de relatórios mensais apresentados pelo consórcio e por diligências se necessárias,
369 parágrafo segundo, o grupo de monitoramento deverá construir uma metodologia de
370 trabalho para o cumprimento de sua função, artigo 5, os trabalhos serão avaliados
371 periodicamente pelo CEAS, no exercício do controle social, artigo 6 o não
372 cumprimento do disposto nesta resolução pelo consórcio Candongas implicará na
373 revogação da resolução n. 39/2003, e adoção de providencias que foram deliberadas
374 pelo CEAS, artigo 7, esta resolução entre em vigor na data da sua publicação, artigo 8,
375 fica revogada a resolução do CEAS, n. 355 de 23 de março de 2011, Belo Horizonte
376 10 de novembro de 2012, Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, presidente do
377 Conselho Estadual de Assistência Social. Portanto presidente nós construímos uma
378 minuta de resolução que ainda no artigo 3, há discussão a respeito do conteúdo para
379 deliberação nesta plenária, alteração de proposição de redação e a discussão sobre o
380 grupo de monitoramento, que também tem que se deliberado aqui nesta plenária, além
381 das observações pertinentes ao caso que serão feitas pelos conselheiros.
382 PRESIDENTE - Vamos abrir as considerações para os conselheiros, eu gostaria que
383 inicialmente fizéssemos comentários a respeito dos quesitos da resolução, pois já
384 temos um indicativo de discussão no artigo 3, desse parágrafo e uma outra situação é
385 a composição do grupo. Eu gostaria que estas duas questões ficassem por ultimo,
386 para eu ver se teremos outras tratativas. A conselheira Roberta está inscrita.
387 ROBERTA - Na verdade eu estou retirando a proposta de redação, pois a proposta foi
388 minha, para que possamos avançar na discussão, foi um detalhe tão pequeno que eu
389 acho que ela poderá ficar da forma que está. Retira o vermelho, eu não consigo ver
390 duas propostas ali, inclusive esta clareando mais o item. A minha sugestão é que o
391 que está em vermelho é manter. Manter porque não está alterando nada, como eu
392 tinha feito esta proposição fica claro. E a outra questão, eu quero incluir na proposta e
393 aí eu não sei se é no item, abaixo um pouco, ai, nestas propostas, quando fala de sete
394 quedas ali, é importante nós registramos nesta resolução, porque não está muito clara
395 a proposta para a comunidade sete quedas. Nós ouvimos o grupo de sete quedas, e
396 também o consórcio e ficou definido que o que a comunidade de sete quedas quer é a
397 extensão de novas terras, para trabalhar a atividade bovina. E isto ficou consensuado

398 pelo consórcio, e não está claro em nenhum momento esta questão. Na proposta em
399 anexo, ficou definido que seria uma proposta da EMATER, mas aí, nós entendemos
400 que deveria explicitar, que na comunidade sete quedas a proposta de inclusão
401 produtiva é o aumento de terra, o acréscimo de terra, para que possam desenvolver a
402 atividade de bovinocultura, que é o que eles querem. E a questão da definição do
403 tamanho da área e a assessoria para esta atividade é a EMATER que irá fazer. Então
404 já está definido que o consórcio terá que fazer uma aquisição de uma área maior para
405 a comunidade sete quedas, assim como acertamos a concessão de fundos de quintal,
406 para sete quedas precisa aumentar a área deles de terra para a criação de
407 bovinocultura. E que a EMATER, o convênio que o consórcio vai fazer, já está fazendo
408 com a EMATER é para definir o tamanho desta área e vistoria para estes pequenos
409 produtores de bovinocultura. É isso que foi a proposta de sete quedas. Com a
410 comunidade e definido a quantidade desta terra com a comunidade, entendeu? OK! É
411 só porque não estava claro nem na proposta que nós fizemos e em nenhum lugar.
412 PRESIDENTE - Ok! Penso que a retirada como a proposta foi de livre naquele quesito
413 está vencido, e acho louvável até com muita consciência sua retirada, a segunda
414 questão que se coloca eu não sei se a conselheira Ana Paula tem intenção de pontuar
415 algo mais com relação à dificuldade ou não de se obter estes terrenos, para se somar
416 em função da outra situação que nós temos. ROBERTA - É na verdade nós até
417 fizemos uma discussão exatamente para evitar aquela discussão que nós fizemos na
418 extensão de quintal, propor uma coisa e depois não ser possível. Isso já foi analisado
419 é possível fazer esta extensão de terra, algumas terras o consórcio já tem outras ele
420 vai ter que adquirir, isso a EMATER, vai colocar e discutir com a comunidade e
421 colocando o cronograma o prazo todo certinho para estas terras para eles e uma
422 proposta de assessoria para atividade de bovinocultura que vai a proposta até 2018 de
423 assessoria técnica da extensão da EMATER, que foi uma coisa consesuada com eles,
424 pois eram o que eles queriam lá. E que era possível fazer. GERALDO - Conselheira
425 Ana Paula, a colocação feita pela conselheira Roberta já é de conhecimento, então, a
426 inclusão é possível para decisão do grupo. ANA PAULA - Eu acho presidente que a
427 inclusão é possível, no item 6 nós reformulamos, como está descrito com mais
428 clareza, o UHE Candonga, tá especificando, por meio de curso de qualificação
429 profissional, sugiro que reformule o parágrafo aqui e apresente para a mesa e no
430 segundo momento a comunidade sete quedas. Com base nestas informações que já
431 foram pactuadas entre os atingidos e o empreendedor. PRESIDENTE - Conselheiro
432 Marcelo. MARCELO - É Ana Paula, nós já estamos aqui com uma proposta de
433 redação considerando a manifestação da conselheira Roberta. Promover a inclusão

434 produtiva dos atingidos pelo UHE Candonga, por meio de curso de qualificação da
435 comunidade Nova Soberbo e promover pasta de extensão de terra para atividade de
436 bovinocultura com assessoria técnica da EMATER. Extensão de terra para a atividade
437 de bovinocultura com assessoria técnica da EMATER para a comunidade Sete
438 Quedas. Então deixa de ser proposta? É extensão de terras para atividade de
439 bovinocultura á comunidade sete quedas com assessoria da EMATER, conforme
440 disposto no anexo I desta resolução. Complementa por favor. É extensão de terras
441 para a comunidade de sete quedas para a atividade de bovinocultura, para
442 comunidade de sete quedas com assessoria técnica da EMATER. (falas ao fundo).
443 ANA PAULA - vai ser acrescentado sendo o tamanho da terra a ser definido junto à
444 comunidade. OK! Presidente, a sugestão de... PRESIDENTE - Continua aberta as
445 inscrições pelos conselheiros. Conselheira Fátima. FÁTIMA - Bom dia a todos, eu sou
446 Fatinha, represento o Sind-Saúde na categoria trabalhador, estou lendo aí, cursos de
447 qualificação para a comunidade de nova soberba, eu tô preocupada sabe, porque os
448 cursos que eu vejo, tão tem que ser um curso que irá aumentar a renda das pessoas,
449 porque o curso que a SEDESE, a EMATER tem, curso que vai ser beneficiado, curso
450 de biscuit, olha para você ver, geração de renda muito pouco, então tem que ser
451 pensando em um curso que vai abranger a melhoria da família e a qualidade das
452 pessoas, curso de biscuit, curso de geração de renda, então qual? Isto tem que ser
453 bem fechado. Quais são os cursos que serão apresentados? Qual é a demanda? Qual
454 é a faixa etária das pessoas que serão atingidas? Qual o tempo do curso? Que pessoa
455 se é terceira idade, jovens adultos? Tudo isso tem que ser relevante para pensarmos
456 aqui neste momento. Isso eu penso porque geração de renda, o município vai, estes
457 cursos serão para quem, através de associação, porque agora que esta sendo
458 fechado, no meu entendimento. GERALDO - Conselheira Roberta. ROBERTA - Eu só
459 quero clarear, eu acho que é importante a colocação da conselheira Fátima, tá
460 entregue a comissão de normas teve acesso, sugiro á senhora para ter acesso que lá
461 tá escrito toda a proposta, inclusive o que está sendo executada a proposta da
462 secretaria de trabalho, é claro que nós não temos condições de ficar. Nós
463 apresentamos isso em Montes Claros não sei se a senhora se lembra, agora tá aqui
464 no conselho, é muito importante que a senhora tenha acesso, inclusive para obter
465 estas informações, porque sem dúvida nenhuma toda a pauta de qualificação
466 profissional ela foi pensada nesta diretriz, de possibilidade, de alguma possibilidade de
467 desenvolvimento, de inserção, por isso estamos chamando de inclusão produtiva, de
468 inserção na renda seja na região seja no município. Agora não é nada milagroso não,
469 viu gente, não e nada milagroso, porque o desafio, a questão do trabalho, a

470 empregabilidade, todos nós que somos trabalhadores nesta área sabemos os desafios
471 que se enfrentam, mas sem duvida nenhuma, inclusive as entidades a própria
472 proposta que esta sendo desenvolvido pelo consórcio com as associações, eles tem
473 buscado este desafio da inserção, de qualificar e levar para inserção, agora não é
474 nada milagroso de qualificar e a rende nasce do milagre, eu só quero compartilhar de
475 que existe aqui no conselho e você pode ter acesso, para poder fazer a leitura.
476 PRESIDENTE - Conselheira Ana Paula. ANA PAULA - complementando a fala da
477 Conselheira Roberta, que o plano foi exaustivamente analisado considerando estes
478 fatores inclusive. E o plano nós fizemos uma análise considerando outros fatores, uma
479 analise um pouco cruzada dos dados, faixa etária, perfil da população, se vivem de
480 beneficio ou não, qual é vocação da região e a questão da qualificação profissional é
481 da inclusão produtiva é, mas também é, alteramos o termo para inclusão produtiva, ela
482 vai passar exatamente por isso, foram considerados vários elementos para estrutura
483 desta proposta, o perfil, faixa etária, e reforçando qualquer proposta de qualificação
484 ela passa por uma adesão do coletivo em qualquer que seja as esferas, nós já vimos
485 isso no governo federal, nos municípios, e esta analise que nos fizemos foi com base
486 de fato nos dados. Não é nada que como a conselheira Roberta falou não vamos
487 operar milagre, mas o plano está disponível, com todos os anexos, nós tivemos
488 acesso a todo o material, e fizemos esta analise não só considerando o eixo de
489 qualificação profissional, mas correlacionando com vários eixos que a equipe da
490 SEDESE, fez uma apuração in loco, e tá no site da SEDESE todo o material. FÁTIMA
491 - Eu tomei conhecimento do plano, eu sei já li, mas eu fico preocupada, com o
492 problema da geração de renda. Porque será que estes planos serão bem
493 encaminhados. Bem eu digo, vai gerar renda, tem que pensar neste estudo. Eu acho
494 que tem que fazer a proposta que vai atingir o objetivo da comunidade e por isso eu fiz
495 este questionamento. Obrigada. PRESIDENTE - Continua aberto aos conselheiros e
496 as conselheiras. Sem mais inscrições? Eu penso que democraticamente por uma
497 questão de justiça, nós vamos abrir a fala aos atingidos que aqui estão, que quiserem
498 se manifestar, peço que precisamos saber quem é que está falando até para evitar
499 que haja redundância de falas e que sejam mais objetivos nas falas pode ser? OK.
500 Pois não, nós estamos com representantes do consórcio e dos atingidos. Vamos abri
501 para três falas dos atingidos e três falas do consórcio. A ideia de colocarmos três é
502 exatamente porque temos três representantes de atingidos aqui. Associações assim
503 sendo, se os representantes quiserem se manifestar tudo bem, se não podem passar
504 para outro. SR. JOSÉ ANTÔNIO (CONVIDADO) - Senhor presidente! PRESIDENTE -
505 Pois não? SR. JOSÉ ANTÔNIO (CONVIDADO) - Levando em considerando ser a

506 última plenária, seria possível abrir para quatro pessoas, nós estamos com, eu e meu
507 irmão somos representantes. Nós estamos aqui a presidente do conselho municipal e
508 temos aqui o nosso assessor, e a última plenária em relação a este assunto e se o
509 senhor puder fazer isso para ajudar nós os atingidos, nós agradecemos.

510 PRESIDENTE – No Brasil, o modelo presidencialista goza de algumas
511 particularidades, que não vai prejudicar ninguém, então vamos abrir a quatro. SR.
512 JOSÉ ANTÔNIO (CONVIDADO) - Eu quero ser bem rápido e objetivo no assunto, eu
513 que eu vejo em tudo isso ai é o seguinte, nós há dez anos estamos fraldados e
514 estamos roubados, entendeu, a verdade é essa, a dez anos somos fraudados e
515 roubados pelo empreendedor que está aqui presente, eu quero dizer o seguinte, o
516 CEAS, esteve presente, fez o levantamento, fez um ótimo trabalho, o CEAS, mas
517 quando chegou no final e não deu mais para o CEAS por falta de desobediência do
518 consórcio Candonga, e entrou pela SEDESE, os conselheiros me perdoa, mas nós
519 observamos que entrou uma manipulação, da SEDESE nisso ai, alguém esta sendo
520 beneficiado, porque os atingidos não são trouxas não são palhaços, aquilo que está ali
521 para nós não aprovamos nada, porque nada garante a sustentabilidade dos atingidos,
522 nada garante os valores tem que para os atingidos, daquilo que eles tem, eu quero
523 saber o seguinte a posição do CEAS, da SEDESE na documentação é simplesmente
524 fazer uma mediação, não é arbitrar não, e o que nós observamos aqui, cadê o CEAS,
525 o CEAS cedeu a oportunidade, foi abafado na última reunião, aqui fala a Roberta, a
526 autora do projeto, pelo amor de Deus, nós os atingidos não aceitamos isso de maneira
527 alguma, tá tudo errado, onde tá o plano de reativação econômica, o projeto do
528 matadouro que nós fizemos que nem se fala nisso, aqueles cursinhos que está ali,
529 aquilo como reativação econômica jamais, jamais isso nunca foi uma reativação
530 econômica, isso é uma reativação econômica para enganar trouxa, embasar, é
531 simplesmente para lesar o povo mais uma vez, nós não aceitamos isso de maneira
532 alguma e tem mais, se for para terminar desta forma, nós queremos senhor
533 presidente, em nome dos atingidos que nos representamos, que são mais de 90% lá
534 dentro do soberbo, nós não concordamos de maneira nenhuma e pedimos que aquilo
535 que foi concordado que a 355/2011, que ele volte a ter efeito novamente por nada foi
536 concluído, nós fizemos um acordo no passado e isso não foi acordado até agora, e
537 quero dizer o seguinte a decisão da SEDESE de quem programou isso, é uma decisão
538 péssima, corrupta, isso não é decisão de maneira nenhuma para uma pessoa que esta
539 a 10 anos debaixo de sofrimento, com o trabalho que o CEAS fez nos termos uma
540 decisão desta forma, quero dizer para vocês se for para terminar desta forma quero
541 nós não permanecemos até o final da reunião e vamos levar para a justiça, queremos

542 lugares que faça justiça de verdade, nos respeitamos o CEAS, toda vida respeitamos
543 o presidente Geraldo, verdadeiramente foram as pessoas que nos respeitaram, você e
544 seus conselheiros verdadeiramente foram pessoas que nos respeitou e nós estamos
545 entendendo conselheiro Geraldo, que vocês estão sendo abafados pela SEDESE, é o
546 entendimento nosso, pode ser que eu esteja errado. A SEDESE não tem competência
547 para arbitrar não, é simplesmente para tentar fazer uma mediação, mas não sabemos
548 que quem vai arbitrar é o CEAS que vai dá sua decisão. Muito obrigada!
549 PRESIDENTE - OK! Por favor, nós vamos conduzir à plenária, da maneira que eu
550 solicitei antes, e agora nós vamos passar para a segunda inscrição. MARCELO -
551 Questão de ordem presidente. PRESIDENTE - conselheira Roberta está inscrita.
552 MARCELO - Só deixa eu manifestar na questão de ordem por favor, presidente eu só
553 gostaria que as demais manifestações que se fizerem que elas utilizem uma fala que
554 não venha a atingir as pessoas dos conselheiros, que não venham a atingir as
555 pessoas que aqui estão, nos estamos no processo democrático, onde todos tem
556 direito a falas com respeito, então eu peço essa manifestação a outras pessoas que
557 vieram a manifestar utilizem deste tom que será muito melhor para nós. ROBERTA - E
558 é em cima que desta colocação que eu quero dizer, quero dizer inclusive para o seu
559 Antônio e o Geraldo o seguinte, eu acho que existe uma confusão entre democracia e
560 respeito, eu fui citada, você usou a palavra corrupção e eu aqui quero dizer os
561 conselheiros e aqui nos temos vários juristas e advogados e eu concordo com o
562 Marcelo que aqui nós não podemos admitir em hipótese alguma nesse conselho, este
563 tipo de colocação, esses conselheiros estão aqui estão trabalhando. Todos nós somos
564 trabalhadores. Não fale coisa que não tenha fundamento e não tenha como provar,
565 porque tudo tem limite, vocês podem não está satisfeito como foi colocado, vocês
566 podem não estar satisfeito com o que foi conduzido, mas agora em todo o momento
567 nem a SEDESE neste conselho desrespeitou ninguém, com palavras do jeito que vocês
568 estão usando, eu quero registrar que isso aqui está gravado, e o Dr. Leonardo sabe as
569 consequências de palavras mal ditas, de dizer que existia corrupção de dizer que tem
570 alguém beneficiado com isto, isto é sério. É serio para este conselho, é serio para
571 qualquer função pública de conselheiros, então amanhã nós não podemos em
572 hipótese alguma, hoje está sendo eu Roberta da SEDESE, amanhã pode ser você
573 qualquer conselheiro que estiver à frente, conduzindo qualquer fala, qualquer parecer
574 que contrariar qualquer fala ou segmento da comunidade ou da população pode ser
575 chamado de corrupto, eu não aceito, eu sou uma funcionaria série, tenho trinta e
576 quatro anos de serviço público e não aceito sob pena presidente de nós conduzirmos
577 isso aqui com decência até pedi para que seja afastados as duas representações para

578 que possamos trabalhar esta plenária, até agora nós estamos aguentando todas as
579 posições, agora não aceitar uma colocação da forma como foi colocada e citando o
580 meu nome. GERALDO - OK! Bom, nós ficamos de fazer 4 inscrições de ambas as
581 partes, eu aprendi que ao longo da minha calvície a ter muita serenidade para ouvir,
582 ainda que seja palavras ofensivas, porque existe a capacidade de absorção e
583 entendimento de cada um, eu aqui não quero falar da capacidade de absorção e
584 entendimento de ninguém, acho que a colocação de ordem do Marcelo é pertinente e
585 a Roberta foi citada e quando fala em corrupção é complicado, realmente é muito
586 complicado, eu também quero aqui respeitar o aspecto emocional de cada um e a
587 maneira de manifestar, nós não somos iguais e o que nós precisamos ter é igualdade
588 e oportunidade e aqui enquanto colegiado nós queremos garantir essa igualdade e
589 oportunidade, então eu peço que tenhamos mais serenidade nas colocações eu já fiz
590 as anotações aqui para a minha fala as colocações que o Sr. José Antônio coloca
591 também me deixa dúvidas que no plenário, eu vou responder na minha hora de
592 inscrição, então não quero me colocar em colocações que vão ser feitas ofensivas ou
593 não, quem que é o próximo escrito? SENHOR GERALDO (CONVIDADO) – Estou um
594 pouco nervoso, bastante nervoso, porque não temos costume de falar em plenária.
595 Gostaria Sr. presidente e todos presentes de explicar um pouco mais a razão de nós
596 não concordar, nos estamos vivendo em um país democrático, da mesma forma que a
597 SEDESE e qualquer pessoa aqui que o CEAS, não é obrigado a concordar com o que
598 eu penso ou que quero, nos não somos obrigados a concordar com o que foi exposto,
599 isso é direito. Quando falou da solução até dezembro de 2013 nos não sabemos disso,
600 nos temos uma resolução aonde foi falado inúmeras vezes que essa situação estaria
601 terminando em dezembro de 2012 não 2013, falou-se um ponto da inclusão produtiva
602 não do plano de reativação, porque nos não concordamos verdadeiramente esses
603 cursos essa inclusão que se diz reativação não da condições de nenhuma pessoa
604 sobreviver, as pessoas que estão lá fazendo o curso que fez eram não consegue de
605 maneira nenhuma de passar numa seleção, então uma prova para ser admitido em
606 algum lugar, ele não passa em lugar nenhum, a região nossa de Ponte Nova as
607 pessoas não tem como absolver essa mão-de-obra que lá estão dando esses cursos.
608 Outra coisa que gostaria de falar foi citado e foi falado na questão da água em nenhum
609 momento nós pedimos para o consórcio limpar a caixa d'água. Nós não estamos
610 pedindo isso. Nós estamos pedindo o tempo todo para que seja retirado a caixa
611 d'água de debaixo do telhado para nos limpar, deve ter conselheiro aqui que se lembra
612 muito bem, quero levantar aqui e informa que se algum dos Srs. aqui tomaria essa
613 água? Aqui essa água foi colhida na nossa torneira alguém tomaria essa água. Não

614 pense que eu inventei que se alguém tiver dúvida eu dou o telefone da casa, pelo
615 menos três pessoas. Liga lá. Essa água foi tirada da torneira da nossa casa, água que
616 seria para nos beber, esse problema há dez anos já indo pra onze a gente vem
617 reclamando, chegou há um ponto que a Copasa esteve lá no meio de setembro,
618 Copasa constatou que a água é de péssima qualidade, naquela reunião do dia vinte e
619 seis de outubro Lá em Montes Claros, da minha lembrança se não me enganei o
620 Juliano secretário adjunto falou que o consorcio vai furar um porco e no meu
621 entendimento seria no mês de novembro, hoje é onze de dezembro e não tem nada
622 ainda resolvido até agora não vimos nada resolvido. O que vai acontecer da forma que
623 está vindo, e na minha fala aquele dia eu falei, olha se esta questão não for tratada
624 com seriedade da forma que ele deve ser tratada ao invés de eliminar esse conflito vai
625 acirrar mais o conflito. Infelizmente nada foi acertado. Eu ouvi aqui na leitura um
626 comentário não me lembro o nome de alguém lá da SEDESE se não me engano,
627 falando assim um comentário lá da Sete Queda que foi reunido com eles, nos
628 protocolamos e depois o conselho municipal vai falar, protocolamos isso na SEDESE
629 aqui no SESC tinha que colocar a comunidade para participar, reclamamos disso,
630 pedimos e até hoje não sabemos de não há não ser que tá lá no site e agora quer
631 dizer na resolução do CEAS o que a SEDESE ia fazer era conciliar. SEDESE está
632 arbitrando sem falar nada com a gente, da maneira que ela quer, da maneira que ela
633 acha, porque quem esta lá comprovando somos nós. O que eu quero mostrar aqui
634 com relação ao fato da reativação que querem tirar esse nome, isso aqui é um
635 remédio que uma pessoa lá usa esse é um só que custa R\$145,00 é de 10ml que é
636 colírio dos olhos. Ela usa outro que custa quase R\$50,00 é um aposentado que ganha
637 salário mínimo, todos nós aqui sabemos que um salário mínimo que quase impossível
638 de uma pessoa sobreviver. Foi provado por dois relatórios muito bem feito, bem
639 cauteloso, um feito pela equipe da universidade outro feito pelo pessoal da SEDESE, o
640 Juliano secretario falou lá na reunião em Montes Claros e ficou aprovado que a
641 comunidade é pobre a comunidade esta empobrecida e precisa de uma reativação,
642 em março do ano passado, secretario de saúde, alias o rapaz que é responsável
643 naquela ocasião pela saúde, ali da nossa região, nome dele é Henrique e ele estava lá
644 no CEAS, ele provou que aquela saúde da região e a prefeitura já gasta bastante que
645 o povo esta empobrecido, a maioria das pessoas deprimida e já faleceu pessoas por
646 causa dessa mudança por causa dessa barragem, gasta a prefeitura muito mais com
647 remédio e como ela não fornece todos os medicamentos que ela precisa, então as
648 pessoas de idade precisa sobreviver, precisa comprar remédio, precisa se alimentar e
649 esse plano de inclusão não atinge essas pessoas que estão nesse plano citado, vou

650 ser bem rápido. Foi protocolado o projeto de uma reativação que atinge as pessoas,
651 quero que vocês se atentem bem aos conselheiros, projeto nesse nosso consorcio só
652 vai investir um milhão e trezentos mil reais, parcelados de duas vezes e mais o terreno
653 da construção da empresa do abatedouro, aonde esse abatedouro da de oitenta
654 dependendo passando mais ou menos uns dois anos possivelmente passando mais
655 de duzentos empregos direto, ou seja, só ali, esse projeto o consórcio investe um
656 milhão e trezentos mil reais em duas parcelas mais o terreno, assim ele fica livre de
657 qualquer situação em relação de reativação econômica onde contenta todas as
658 famílias realmente atingida, havendo um dividendo mensal, então nos não abrimos
659 Mão de nada, 90% não abre Mão desse projeto não adianta, e um projeto com essa
660 complexibilidade, um problema desse porte isso não é nada, e fazemos isso, agora
661 independente disso nós fazemos e se vai dar certo ou não isso é outra historia, então
662 estamos aqui protestando com muita tristeza eu lamento muito, porque quem esta
663 sofrendo somos nós e as pessoas que de repente nunca tiveram em uma situação
664 dessa, morar em uma casa bonita gente não é tudo, a casa Lá é mais ou menos
665 bonita sim, mas quem está Lá dentro não está feliz as pessoas estão insatisfeitas,
666 doente, deprimidas e nós não estamos de acordo, por isso o nosso lamento, e tem
667 mais alguns pontos que me fugiu a memória, que pra nós foi a maior decepção da
668 nossa vida, pelo menos neste ano o mínimo furar esse poço, nós não estamos pedido
669 pra limpar caixa d'água não , ali foi colocado que nós queremos água na nossa caixa,
670 água de qualidade e isto ai nem porco bebe muito obrigado. MARIA APARECIDA -
671 estou representando doze pessoas atingidas e que estão aqui. Gostaria de fazer
672 algumas perguntas, em relação aos lotes urbanos ele vai ser avaliado, nós queremos
673 saber se eles irão ser avaliado como rural ou urbanos? Hoje ele é rural porque o
674 consórcio na época não teve disponibilidade de incluir nas casas, se as extensões das
675 nossas casas fossem avaliados como urbanos e também que fosse definido o mais
676 rápido possível com relação às expectativas que estão criando, algumas pessoas até
677 ausentou falando que estão avaliando em oitenta mil, cem mil e isso está parando
678 nossa comunidade as pessoas param de trabalhar e estão vivendo em função disso,
679 até por uma questão social acho que tem que ser definido e resolvido isso quanto
680 antes, quanto a água ela está suja, turva e não vejo assim resíduo nela, eu sou
681 enfermeira e trabalho de branco e minha roupa não pode ser nem lavada em casa,
682 olha a água não tem resíduo, se deixar dez dias parada da tipo um ferro no fundo, os
683 meninos que trabalham na área rural, na limpeza do lago também, a gente queria que
684 definisse por quanto tempo eles vão estar trabalhando e eles estão satisfeito com o
685 trabalho, melhorar um pouco o salário e quanto tempo eles vão trabalhar, eles

686 gostariam de que enquanto houvesse o lago eles pudesse manter o emprego deles,
687 eu também faço parte dos projetos e vejo também que os projetos não é pra gente
688 ganhar a vida é um complemento de salário nosso e nós temos feito trabalho e os
689 cursos estão sendo satisfatório, lembrando que o que estou falando aqui, falo em
690 nome de todos da comunidade que está aqui são doze pessoas, tem da Sete Quedas
691 e tem da comunidade Soberbo e só isso. PRESIDENTE - conselheira, por favor.
692 FLÁVIA - Bom dia meu nome é Flavia estou aqui representando o Conselho Municipal
693 de Assistência Social onde sou presidente e me encontro muito preocupada com a
694 situação que se encontra no Novo Soberbo, já mais de um mês nós encaminhamos
695 para o CEAS um ofício onde o conselho esteve reunido onde o conselho está cada dia
696 tentando saber mais do processo, nós chegamos há uma conclusão que nenhum
697 momento não fomos consultados. O conselho não foi ouvido, a assistência social se
698 encontra lá no município e não foi escutado nem pela SEDESE nem pelo CEAS, até o
699 momento não fomos chamados, nossa preocupação e quanto esses cursos que nós
700 sabemos que esse curso é uma complementação de renda sim, muita gente está
701 trabalhando sim, o consórcio vai embora e vocês vão fazer o que? Está é a nossa
702 preocupação, vai continuar com qual renda? Esses cursos vão focar eles sim no
703 mercado, essa preocupação do conselho onde nós não concordamos com a maneira
704 que está sendo colocada, sendo imposta, acho que deveria ser ouvida mais, junto com
705 o conselho, estar procurando fazer realmente uma democracia, tudo que foi colocado
706 até agora sobre candonga, foi o que eles queria fazer, a gente foi o tempo todo, foi
707 colocado não ouviram a população, nossa população tentou várias vezes, não vimos
708 nenhum êxito nisso, então gostaria que antes de aprovar vocês possam pensar
709 direitinho nesta proposta, não estou falando que não vai dar certo, dá certo sim se tiver
710 uma participação de todos, eu sei que não tem como atender toda demanda, tudo
711 aquilo que as pessoas querem, mas de uma forma que a maioria esteja sendo não é
712 beneficiada e sendo conhecida os direitos das pessoas, então eu deixo aqui minha
713 fala como presidente e que esse conselho entende que não é dessa forma, no ofício
714 está bem claro, veio com uma cópia da ata onde nós colocamos que não aceitamos
715 dessa forma, nós achamos que também temos o direito na participação desse
716 processo , tem que ser escutado toda comunidade em si, não pode ser apenas uma
717 representação de algumas pessoas que estão momentaneamente sendo, é recebendo
718 um serviço temporariamente, nossa preocupação é daqui quatro, cinco anos como
719 vão viver essas pessoas assim? Deixo minha palavra. LEONARDO - sinceramente Sr.
720 presidente eu vou ser bem objetivo, colocar algumas sugestões que eu coloquei na
721 última reunião que tivemos na SEDESE, na segunda reunião que tive eu sinceramente

722 como assessor de comunidades atingidas, eu lamento que o processo possa se
723 eliminar dessa forma aqui no conselho espero que não termina dessa forma, porque
724 vejo que cada empreendedor trata o conflito da forma que ele entende e que deseja, e
725 cada um tem sensibilidade social que deseja, percebo que continuamos de não tratar
726 de forma adequada este conflito de candonga pela razão que vou fazer um
727 requerimento no final, para requerer liberação do CEAS, gostaria que os Srs.
728 Conselheiros pensasse na seguinte fase a cabeça pensa onde os pés pisam então
729 preciso perceber nessa proposta que esta colocada, que tenha a cabeça dos atingidos
730 de acordo com o chão onde estão pisando, existe uma proposta do empreendedor do
731 chão onde eles estão pisando, existe proposta da SEDESE de acordo com o chão que
732 eles pisam, deu para perceber que para os atingidos que representa a comunidade,
733 essas propostas não atende tudo que eles planejaram, gostaria de tocar no ponto, de
734 erro metodológico do plano da SEDESE, mas ressaltar um ponto que ressaltei acho
735 que em Montes Claros, o plano da intervenção da SEDESE, acho que existe pontos
736 positivos, estou falando aqui como assessor da comunidade, posso estar falando
737 porque eu convivo com eles acho que a proposta de reforma da forma que foi feita
738 acho que é um avanço, secretario mandou e notificou todos os atingidos , todos
739 tiveram oportunidade para apresentar dar sugestões e foi feito uma tabela de
740 intervenção, acho um ponto positivo, a proposta que existe no plano de intervenção da
741 SEDESE de melhoria da água é um avanço, porque há um reconhecimento de que há
742 problema na água até então não se reconhecia, é um avanço, só é um problema que
743 ressaltei na reunião da SEDESE que o teto indicado pelo prefeito municipal, para
744 participar da elaboração desse plano, não foi Convocado para a definição dos pontos,
745 mas isso não tira o fato de ser um ponto positivo a ideia de se melhorar a questão da
746 água, terminando Sr. presidente , só gostaria de ressaltar uma tese nossa e gostaria
747 que o conselho deliberasse, nosso entendimento é uma ilegalidade metodológica no
748 plano de intervenção da SEDESE, já ressaltei isso para Nívia e Roberta na reunião
749 que tivemos porque da forma que ele foi feito, pra nos ele contraria claramente do
750 artigo 2º da resolução 404\2012. Porque se os Srs. Permitirem-me vou ler o artigo 2º,
751 ele diz claramente o seguinte, fica a secretaria de estado e desenvolvimento social e
752 SEDESE responsável por tratar os pontos pendentes, conflitantes e relativos ao poder
753 de assistência social é intermediação entre os atingidos e empreendedores de
754 candonga, ou seja, em momento algum falou-se, fica responsável por arbitrar as
755 soluções, quando interpretamos as soluções naquela plenária na cidade
756 administrativa, nos aceitamos que haveria a intermediação da SEDESE que é o que
757 vinha sendo feito pelo CEAS que vocês decidiram não avançar nos pontos mas

758 tentavam- se um dialogo não se conseguiu, então nos entendiam que intermediação
759 não é arbitramento, porque se aquela oportunidade tivesse colocado que a SEDESE
760 ia fazer o arbitramento dos problemas nos teríamos nos posicionado de outra forma,
761 lembro por exemplo, um conflito de Fumaça, Dr. Ricardo Calheiro participou, nos
762 acordamos que a Dra. Iara que era presidente do COPAM que ela seria arbitra do
763 conflito e ela arbitrou alguns pontos, algumas vezes contraria ao nosso entendimento
764 algumas vezes contraria ao entendimento do empreendedor, mas ela decidiu, eu
765 coloquei isso na reunião não é Nívia, então nosso entendimento a construção
766 metodológica, porque intermediação não é arbitragem de conflitos, nós jamais
767 aceitamos que a SEDESE decidisse algumas questões e eu estou muito tranquilo Sr.
768 Presidente, porque eu coloquei isso nas reuniões da SEDESE, eu acho que ficou claro
769 que no nosso entendimento, quando eu falo a cabeça pensa onde os pés pisam. A
770 SEDESE pode ter entendido que fez um processo de forma participativa, mas para
771 nós para eles atingidos não foi. Principalmente com relação ao plano de reativação
772 econômica que participação pra nos é discussão é você colocar as propostas e
773 construir um plano, não estou falando que os planos dos atingidos, é melhor vocês
774 sabem também as proposta do rodoviário, não estou falando que a proposta de custo
775 vocês não estou falando isso, mas teria que ser construído um intermediário entre as
776 partes ai sim ele teria validade, então ficou claro que não só os atingido e o próprio
777 conselho municipal de assistência social não participou da construção dessa proposta
778 da forma que nos entendemos participação. Coloquei isso na plenária, por isso nós
779 entendemos que há um vicio metodológico é, ficou claro que muitos ofícios não foram
780 respondidos, nós oficiamos a SEDESE, nós oficiamos o CEAS e ai eu tenho algumas
781 preocupações e sugestões de encaminhamento Sr. Presidente. Duas preocupações
782 que eu gostaria de ressaltar para os conselheiros. Uma, neste caso, especifico. Da
783 forma como está construída essa situação eu tenho receio de que o conflito não
784 acabe. Porque uma coisa é você ter interesse e não ter receio de conflito. Como nós
785 estamos fazendo lá em Braúnas, não há conflitos, já divergências de interesses, nós
786 temos trabalho incessantemente em conjunto e não é nada fácil não. Mas não tem
787 conflito. E a minha preocupação gostaria de externar ao conselho que este conflito
788 continue, e não apenas continue a divergência de interesse. Segundo o CEAS ao
789 aprovar esta proposta eu fico preocupado do precedente disso para outros
790 empreendimentos hidrelétricos. Ou seja, o conselho vai aceitar proposta de
791 capacitação como medida de mitigação de impactos sociais? Essa é a pergunta. Isso
792 é um precedente. Outros empreendedores estão de olho no que se deliberar em
793 Candonga e assim que se deliberar que capacitação somente, é claro que exige um

794 investimento melhor, serve como atendimento das demandas sociais do PAS, como os
795 outros empreendedores vão adotar no seu PAS. E só pedindo Sr. Presidente, bem
796 claro, considerando este vício de ilegalidade, que o conselho poderá acatar ou não,
797 logico que tem a liberdade democrática de acatar ou não, mas o nosso pedido é que o
798 processo seja retirado de pauta, para que a comissão do CEAS análise se de fato se
799 há um contraste com o art. 2º ou não. Se o plano respeito metodologicamente o art. 2º,
800 este é o primeiro pedido. E se o primeiro pedido não for acatado, o segundo é que seja
801 deliberado na instancia administrativa para que nós possamos tomar as medidas
802 judiciais e de fato preocupar com as medidas judiciais e não com as vias
803 administrativas. PRESIDENTE – Sr. Reinaldo é isso? REINALDO – Bom dia eu
804 gostaria só de fazer uma pergunta para Nívia, na SEDESE foi dito que se não
805 combinasse que o próximo procedimento seria judicial. Nós Sete Quedas são
806 separados, não irão todos não? Se isso acontecer? Se virá a acontecer? Eu gostaria
807 só dessa pergunta. E a respeito da data disseram que era até 31.12.2012?
808 PRESIDENTE – Está aberto então aos empreendedores. Pessoal, vamos ter a fala do
809 empreendedor e gostaria que todos prestassem a atenção, ouçam e escute.
810 MARCELO (CONVIDADO) – Bom dia a todos, gostaria de dizer antes da minha fala,
811 que este processo está sendo um aprendizado para todos nós. E o aprendizado ele
812 vem de nós buscarmos o que existe melhor em cada um. A condução clara que o
813 Presidente Geraldo, vem conduzindo os detalhes. O Zelo da Consolação vem
814 demonstrando neste trabalho conosco, a eficiência da equipe da SEDESE, a
815 persistência do Sr. Geraldo neste trabalho, a fé da Cristina durante todo o processo
816 acreditando em todos os acontecimentos. A liderança serena do Reinaldo. Acho que é
817 importante a atenção do Ronaldo. Eu aprendi muito com minha equipe e acho que é
818 um processo muito rico. Mas sendo um processo desta conjuntura não podemos
819 minimizar ele, acho que nós estamos em um processo distante do que aconteceu até
820 então. No inicio do ano, quando nós começamos o processo de mediação, foi
821 considerando entre ambas as partes qual era a melhor forma que pudéssemos
822 apresentar nosso posicionamento, inclusive considerando nossas divergências é, e
823 assim nós fizemos, iniciamos em janeiro, fevereiro e março, recebendo uma série de
824 demandas que estavam ali na comissão de referência do CEAS, incluindo desde o
825 processo de negocial, incluindo a questão da água, levantamos um material enorme
826 sobre reparos de falhas de construção, fizemos levantamento de todos os projetos que
827 até então vinham sendo, lista de beneficiário do PAS, enfim, conseguimos, colocar e
828 levantar informações desde o período inicial desde processos de negociação, desde o
829 período inicial dos trabalhos desenvolvidos, até que fosse possível fazer a

830 apresentação nossa em abril, que faz parte de um projeto construtivo, a metodologia
831 nossa, faz parte sim do chão que as pessoas pisam, como citou o Leonardo,
832 conhecimento do capital social, citado pelo Dr. Leonardo, estes diagnósticos são feitos,
833 essa aproximação por parte da comunidade, nossa equipe social que sempre este
834 presente em campo é para entender um pouco mais, mesmo que não estejamos na
835 perspectiva deles, mas ouvir daquelas pessoas qual era o entendimento, sob as
836 propostas que nós vínhamos fazendo. Então resolvemos fazer oficinas integradas, o
837 que é isso, nós buscamos ouvir a comunidade através das associações que estavam
838 ali colocadas, ouvimos o poder público local, através de oficinas com o poder público
839 de Rio Doce, tivemos tratativas de oficinas com o município de Santa Cruz, até
840 parcerias surgiram disso, de cursos que surgiram ali. E com o próprio CMAS, de Santa
841 Cruz e de Rio Doce, temos aqui dois representantes. Até lembrar para a Presidente,
842 Flávia, que essa proposta de curso de capacitação, vai muito de encontro com o que o
843 CMAS de Santa Cruz propôs naquele momento, das 4 propostas elencadas 3 tem
844 haver com o CMAS, duas surgiram do CMAS junto com o representantes que ali
845 estavam, isso pode ser visto nas Atas integradas. Que mostra entendimento deste o
846 lastro de conhecimento de investir em educação, de entender que aquelas pessoas
847 precisam de autonomia sim, de entender que temos que dá suporte necessário, para
848 desenvolvimento de projetos e geração de renda que vou citar daqui a pouco, mas que
849 tenham capacidade de conseguir por seus méritos, outras fontes de geração de renda.
850 Foi colocada a absorção da mão de obra local, nós tivemos tratativas com o SINE
851 recentemente, que Ponte Nova necessita urgente de mão de obra na construção civil,
852 dado nosso plano proposto pela SEDESE e foi proposto junto com uma instituição
853 reconhecida que é o SENAI de Ponte Nova. Sob a inserção no mercado de trabalho,
854 ali existe um sindicato na construção civil que é o SINDISCOM, que tem a segunda
855 maior convenção do Estado que envolve Ouro Preto, Mariana, Ponte Nova, Viçosa e
856 que se disponibilizou desde então pela carência de mão-de-obra no setor, a contratar
857 todos aqueles que fizessem o curso e oferecer vagas. Fazer entrevista oferecer vagas,
858 desde que tivessem interesse. Nesse sentido não vai só na capacitação pontual.
859 Existe um curso inicial de capacitação profissionalizante, eu sei o receio colocado pela
860 conselheira Fátima, mas temos a intenção de continuar com o curso de qualificação
861 que tem o maior prazo e vamos ter a adesão daqueles que querem seguir naquelas
862 profissões, é um interesse do consórcio e temos resultado por parte de várias
863 pessoas. A própria Flávia tem apoiado, junto à prefeitura. Inclusive tem representantes
864 da própria família da Flávia, cunhada do Sr. José Geraldo, que fizeram o curso, a
865 Flávia fala como beneficiária também. Então este é um entendimento nosso de que

866 nós temos que seguir neste caminho sim, não só desatrelados da proposta de geração
867 de emprego renda que fizemos, mas existe uma associação local que tem projetos de
868 geração de renda, tem uma malharia, um grupo de prestação de serviços que está
869 sendo capacitado, comercializando buchas, itens de banho. O grupo do artesanato.
870 Têm grupos que gera renda oscilante, outros geram renda maior que outra. Alguns
871 vivem da renda gerada nestes projetos, outros são complementos de renda, nós
872 entendemos que temos que investir na capacitação da gestão da associação, para
873 que eles possam ter este laço e entender como fazer, executar e efetivar a associação
874 como um espaço de geração de renda, do qual eles possam tomar conta disso e a
875 capacitação passa por isso também. Perdão! Então não podemos desconsiderar todo
876 o processo construtivo que foi, até passar para a SEDESE, qual nós participamos mês
877 a mês passo a passo, querendo saber as obras que teríamos que executar, nós
878 entendemos que as propostas que surgiram do Sr. Geraldo, do Sr. José Antônio, que
879 foram de encontro à questão da educação da infraestrutura surgidas das oficinas
880 integradas estão ali, são as casas que estão sendo reformadas, hoje nós aceitamos
881 reformar todas as casas do Soberbo, indiferente se a pessoa é reassentada ou não.
882 Existem obras em todas as casas a partir de avaliação técnica de funcionários da
883 empresa. A questão da água, acho melhor chamar a fala do Rogério depois, é
884 importante ressaltar que os padrões de potabilidade que são definidos pela portaria a
885 qual temos que seguir, são constantemente relatados ao órgão que somos
886 submetidos, e estamos cumprindo estes parâmetros deste a implantação, e nós
887 entendemos até por liberalidade que a presença de ferro na água que foi constado
888 pelas análises que foram feitas, isso dá alteração no sabor e até na coloração, nós
889 entendemos que poderiam ser feitas melhorias e o trabalho da COPASA vem sendo,
890 acho que o Rogério pode falar com mais propriedade. Sobre a questão das escrituras
891 nós temos feito um esforço, nós notificamos 36 famílias, que tinham escrituras
892 pendentes de um universo muito maior de 147, Zé Maria, se eu não me engano. E
893 destas 36, 10 já compareceram levando documentação, então esse trabalho
894 independente do plano de aprovação ou não ele já vem sendo executado pelo
895 consórcio para não prejudicar as famílias daqueles contemplados. Então eu acho a
896 fala da Cida, já espelhou bem o que os demais, é... os demais acreditam e os demais
897 pleiteiam. Em um processo aberto, democrático, é... válido os pleitos que foram
898 colocados aqui, e o processo de discussão vem sendo saudável, é, nós buscamos
899 sempre que possível, abrir o processo de discussão para o maior grupo de pessoas
900 possíveis. É lógico que há divergências, pessoas que não querem que isso aconteça,
901 querem que aqueles projetos tenham prosseguimento e se desenvolvam. Então na

902 fala de cada um que está aqui, podem atestar a evolução deste processo. É para
903 terminar, eu queria colocar algumas questões que eu anotei da fala dos senhores que
904 me antecederam. É, primeiro em relação à absorção de mão-de-obra eu já coloquei.
905 Em relação quando você fala Dr. Leonardo. Quando você fala do plano de intervenção
906 da SEDESE, eu acho importante nós citarmos que o art. 2º fala em planejamento de
907 intervenção. Por isso estamos falando da intervenção da SEDESE, paragrafo 1 do art.
908 2º, é enfim, eu restrinjo minha fala, creio que a impressão nossa é de que as pessoas
909 que estão aqui, virão a certeza de que existe seriedade neste processo, e vamos
910 seguir para cumprir todos os prazos colocados, e estamos disponíveis inclusive para
911 não fechar os processos de discussão, junto à comunidade durante todo o processo,
912 mas sim arrimado em conceitos que foram definidos no processo de mediação
913 composto e que teve continuidade pela SEDESE. PRESIDENTE – OK! Obrigada
914 Marcelo, tem mais fala por parte dos empreendedores? Pois não! Rogério. ROGÉRIO
915 – Bom dia Sr. Presidente, Senhores conselheiros, todos os presentes. Conforme o
916 Marcelo falou o sistema de abastecimento de agua do Soberbo, vem passando por um
917 diagnóstico apesar dos parâmetros de potabilidade, estarem sendo atendidos e isso
918 tem sido comprovado periodicamente através de relatórios a serem encaminhados
919 para SUPRAM da Zona da Mata. Constatadas ai essas observações que vem sendo
920 feita, pela comunidade pelos usuários do sistema, nós resolvemos fazer um raio X do
921 que vem acontecendo, no sentido, chamamos como referência a COPASA, através de
922 toda a sua experiência e isenção, estive duas vezes na comunidade, sabe! Nestas
923 duas oportunidades ela avaliou o sistema de agua que está implantado, fez coleta de
924 amostra de agua e isso já se materializou em um relatório, que indicou
925 preliminarmente para outras fontes de abastecimento de água, uma eventual
926 perfuração de um novo poço, uma captação superficial, isso não foi definido ainda,
927 pois os técnicos da COPASA neste ultimo relatório entenderam por bem, investigar um
928 pouco mais, os postos que vem abastecendo a comunidade. Este ultimo relatório
929 recomendou a realização de 4 trabalhos, serão feitas filmagens nos postos, serão
930 feitas novos testes de bombeamento nestes postos, serão feitas as desinfecções
931 destes postos e serão feitas pela terceira vez analises de aguas destes postos. Uma
932 vez consolidado todos estes passos, a COPASA, recomendará pela continuidade da
933 operação, ou pela definição de uma nova fonte de captação de agua. Em que pesa
934 estes trabalhos que vem sendo desenvolvimento especificamente com relação à
935 captação, o tratamento desta agua, o tratamento que vem sendo feito é bastante
936 adequado, com uso de um filtro especifico para remoção destes dois elementos, que
937 confere este aspecto turvo e alguma cor a água e não obstante este tratamento ser

938 adequado e isso já foi referendado pelos próprios técnicos que estavam lá, há
939 intenção de em razão da nova fonte que foi definida, de um aprimoramento da
940 estação, na busca da continuidade da garantia do atendimento aos padrões que vem
941 sendo informados a SUPRAM. Muito obrigado! PRESIDENTE - Tem mais fala por
942 parte dos empreendedores, OK! Inscrição? Então, conselheiro Marcelo Armando.
943 MARCELO – Sr. presidente e conselheiro após a fala de todos os envolvidos dê dos
944 atingidos e do empreendedor tenho alguns pontos que gostaria de esclarecer aos
945 conselheiros. Primeiramente temos umas questões de preliminar que foi apontada
946 pelo Dr. Leonardo que diz respeito a vício da resolução 404. Vício de legalidade que
947 por consequência, teríamos que suspender essa resolução e trabalhar outra
948 considerando que não foram cumpridos aquilo que esta na resolução, posso ver ao
949 colega para poder ser divergido do entendimento dele, porque no nosso ponto de vista
950 não há qualquer ilegalidade, na verdade quando essa resolução foi elaborada e nos
951 tivemos participação na sua construção, quando a gente colocou que ela teria
952 intermediação entre atingidos e representantes esse processo passou aqui pela
953 plenária inclusive passou da intervenção feita das reuniões que ocorreram lá no
954 empreendimento, com participação de atingidos e participação dos empreendedores
955 agora se essa intervenção essa intermediação não surti os efeitos que alguns
956 entenderam o que deveria é processo e quanto há isso nos não tem como trabalhar,
957 no que desrespeita a intervenção essa intervenção ela teria que ser mesmo através de
958 uma intervenção, porque o conselho estadual ao repassar para SEDESE ela intervir
959 no processo não de forma como quis apresentar de forma arbitrária, porque
960 arbitragem ela uma outra situação em que não há deliberação, então por tanto Srs.
961 Conselheiros é quando se trata de arbitragem há uma decisão do arbitro, não é o que
962 esta proposta na resolução nem é o que esta acontecendo, porque nos estamos aqui
963 deliberando sobre algo que foi de intervenção da SEDESE, o que nos julgamos a
964 responsabilidade para intervir, nos não entregamos para SEDESE que ela arbitrasse
965 sobre o processo. Então o que nos delegamos para SEDESE foi você é responsável
966 pela intervenção no processo, agora arbitragem e decisão não são proposta nem o
967 que se colocou o que cabe a nós aqui é deliberar. Então quando há um processo de
968 deliberação há essa construção coletiva que esta ocorrendo aqui agora por tanto eu
969 posso ver aqui o colega para poder divulgar essa sua manifestação preliminar de
970 ilegalidade, para poder dizer que estamos dentro de um processo construtivo e que
971 não houve por parte da SEDESE qualquer intervenção de forma de arbitragem,
972 considerando que este conselho delibera, sobre todas as propostas que aqui estão
973 então Sr. presidente considerando que é uma preliminar penso que é questão de

974 ordem de que nos devemos deliberar neste instante se nos vamos acatar ou não a
975 preliminar? Considerando que nos estamos no processo de deliberação. Depois volto
976 para outras manifestações. GERALDO - em função da colocação do Marcelo delibero
977 esse primeiro e ele citou, pediu ao colega de citação e isso é obrigado a dar o direito
978 ao Leonardo de respostas, por favor, quero dar o direito ao Leonardo a manifestar.
979 (falas ao fundo). Veja bem! OK! Ele fez a defesa e você clareou. Pode! Só um minuto,
980 por favor. Eu sempre penso ao pessoal que nós vamos comentar as falas, nós vamos
981 também ouvir, estão todos ouvindo, vão comentar, agora vamos evitar a citar, porque
982 se citar ele terá direito a replica. Mas se você quiser a treplica depois poderá fazer.
983 Não! Por favor, vou dá direito ao Leonardo, depois vocês podem inscrever e falar. DR.
984 LEONARDO – Eu vou ser bem rápido diante do que foi ponderado. Eu só quero
985 clarear, Marcelo, eu concordo que seja deliberado esta preliminar antes de qualquer
986 discussão de mérito, concordo com o colega, e peço vênica, só para esclarecer a
987 divergência do entendimento. Eu não falei que a resolução é ilegal, eu ponderei foi o
988 seguinte, que o plano da SEDESE, em nosso entendimento não respeitou o art. 2º,
989 que fala em intermediação e não arbitragem e eu quero deixar claro para o conselho
990 que as proposta que foram colocadas no plano, principalmente a de reativação
991 econômica não passaram pela efetiva participação dos atingidos, por isso é que nós
992 entendemos que ele foi imposto e não construído. Na intermediação então essa é a
993 nossa proposta e concordo com o colega que seja votado antes de qualquer
994 interposição de mérito. PRESIDENTE – Veja bem, já entendi a fala que o Dr. Leonardo
995 disse agora, não diverge em nada do Marcelo, no meu entendimento não. Está muito
996 clara a posição do Dr. Leonardo, pois não Marcelo, fique a vontade! MARCELO – Sr.
997 Presidente, nós temos que ter a compreensão que estamos em um processo de
998 deliberação e não julgamento, por isso que eu pedi questão de ordem, com todo o
999 respeito ao Dr. Leonardo, pela responsabilidade técnica que ele tem para com o
1000 processo. E quando ele levanta e ai é questão de jurídica, quando ele levanta uma
1001 questão preliminar deve ser decidida e não discutida, ele levantou uma preliminar que
1002 eu no meu ponto de vista jurídico estou apresentando como o contra ponto jurídico a
1003 esta deliberação que não deveria a meu ponto de vista ter retornado a ele, porque se
1004 não volta e vira aqui um debate o que não é um caso específico, então feito isso,
1005 entendo que ele se contrapôs novamente ao ponto de vista apresentado por este
1006 conselheiro e eu continuo me manifestando de que não há qualquer vicio de
1007 legalidade considerando os argumentos que eu apresentei aos conselheiros.
1008 PRESIDENTE – OK! Eu só quero, colocar o seguinte, que eu enquanto estive na mesa
1009 diretora ou em qualquer posição, eu vou divergir sempre de todas as falas que eu não

1010 entender, vou clarear todas aquelas que não houver compreensão de minha parte,
1011 mas vou defender até o ultimo minuto, se for o caso pouso do meu cargo, para que as
1012 pessoas possam se manifestar, e não entendo que por ser questão de ordem jurídica,
1013 que os conselheiros quem quer que seja, tenho que acatar, aqui é uma deliberação
1014 que pode até ter fundamentação jurídica. Mas aqui todos os conselheiros podem
1015 entender a fundamentação de ambas as partes. Tanto é assim que existe dualidade
1016 de interpretação em qualquer que seja a tradução literal de palavras, então eu sei
1017 muito bem o que estou fazendo, dei a liberdade de falar e sei o que estou fazendo, e
1018 darei outra vez, tá! Até que fique claro, e que estes conselheiros e este colegiado,
1019 possa ter compreensão o que é que está se votando, então na minha compreensão e
1020 vou voltar a repetir, quando o Dr. Leonardo, manifestou para a segunda vez, pra mim
1021 não foi contradito nada do que você disse. Então minha compreensão está clara e
1022 penso que tenho que votar na minha inscrição, eu só vou fazer um comentário em
1023 cima da sua fala, e a comissão não vai dá replica e treplica, porque você já me
1024 conhece muito bem, e quando você me conhece muito bem, extrapolação para
1025 conduzir a plenária eu sei muito bem conter. Conselheira Roberta. ROBERTA – eu
1026 queria só colocar algumas clarezas de informações, inclusive foi citada pela
1027 representante dos atingidos quando ela fala da questão dos lotes na avaliação rural ou
1028 urbana. Isso não é uma questão que possa ser deliberada, porque, do ponto de vista
1029 da avaliação ele deve ser avaliado do jeito que está porque não temos condições de
1030 passa-lo. Por exemplo, você vai avalia-lo como urbano na condição rural, nós não
1031 temos como avaliar isso. Entendeu? Do ponto de vista jurídico, isso é impossível de
1032 ser feito. Ele será avaliado na forma como está. Se ele está como rural, será avaliado
1033 como rural. Isso não temos dúvida. Não temos como. Para eu fazer a avaliação dele
1034 como urbano, ele teria que está como urbano, não é porque nós queremos ou
1035 deixamos de querer. É uma questão técnica na hora que é feita a avaliação e tem que
1036 ser avaliado do jeito que está ali. Isso é a primeira questão. A segunda questão que eu
1037 acho que é muito importante que eu que é para estes conselheiros refletirem, porque
1038 estamos em 10 anos de processo nessa discussão, porque existe todo este processo
1039 de conflito, uma margem que caminha entre o sonho e o desejo e a que aquilo que é
1040 real. Quando ela fala isso, lá existe um sonho, um pensamento, por exemplo, vários
1041 dos senhores aqui que são sindicalistas, sabe muito bem do que estou falando.
1042 Quando se entra com processo para reivindicar alguma coisa para o trabalhador surge
1043 um burburinho, essa indenização vai dá tanto. As pessoas começam a imaginar e
1044 fazer seus planos em função disso. Então a sua fala é muito importante e acho que
1045 aqui todos os atingidos devem ter essa responsabilidade da forma como está

1046 conduzindo essas informações. Porque da mesma forma que conduz as informações
1047 em plenária que muitas são verdadeiras e muitas não são verdadeiras, tem que saber
1048 como está sendo conduzido na comunidade, porque é em função destas questões que
1049 nós estamos arrastando este conflito por 10 anos. E quero dizer clarear aqui e para
1050 quem ano sabe e acho que todos os conselheiros têm essas informações. Nós temos
1051 hoje um contingente de quase 200 processos de PCH, as incidências de problemas
1052 são de dois ou três processos. Então, significa que a conduta deste conselho, o
1053 amadurecimento deste conselho, a capacidade desse conselho, tanto da equipe
1054 técnica quanto da plenária, nós avançamos muito, porque se nós tivéssemos tendo
1055 incidência ao contrario de 50% de problema, eu diria que sim, que teríamos que rever
1056 nossas resoluções, nossos encaminhamentos. Isso não quer dizer que neste processo
1057 houve falhas por todas as partes do conselho, do consórcio, por parte dos atingidos,
1058 agora é preciso que nós entendemos este processo e é preciso entender com as
1059 pessoas que realmente querem resolver os conflitos. Ela existe a partir da hora que
1060 você tem um desejo, tem uma proposta e não abre mão dessa proposta se ela não for
1061 aceita. E nós temos clareza sim, de que não vai terminar os conflitos, temos muita
1062 clareza e ai Reinaldo quando você diz a questão judicial que falamos lá última reunião,
1063 nós fizemos várias reuniões com representante dos atingidos, e isso é muito
1064 engraçado quando se fala que não houve a participação da comunidade, porque você
1065 tem uma representação. Todos eles estão representados, nós estamos entendendo
1066 que toda conversa com representante de comunidade, porque aqui são representantes
1067 de entidades, e estamos entendendo que é uma forma de participação que você
1068 participa com representantes. Nós estivemos com representantes lá, rodamos
1069 conhecemos, é muito difícil você fazer plenária com 200, 100 pessoas, para você
1070 pontuar, por isso é que na democracia existe representação e representatividade. O
1071 processo democrático é definido por essa questão. Então a meu ver nós vivenciamos
1072 um processo de discussão, foram ouvidas varias reuniões. O CEAS foi chamado
1073 quando a SEDESE entendeu que o CEAS tinha que está presente. Ele foi chamado
1074 oficialmente, entendeu! Para poder participar, ele manifestou oficialmente, ora desejo
1075 sim, ora desejo não, porque entendi que não deveria. E assim nós conduzimos o
1076 processo para podermos desembarcar nessa discussão. Agora temos clareza sim,
1077 temos clareza que os conflitos não vão terminar, porque existem resistências fortes e é
1078 isso, a democracia nos ajuda e possibilita isso. Aquelas pessoas que não estão
1079 satisfeita, do ponto de vista de fórum e instância é o poder judicial. Porque, é ai, fuge
1080 do controle deste colegiado. Uma série de ações que discutimos aqui e estão
1081 ajuizadas, nós não podemos meter o bedelho. Não somos juiz, não somos o poder

1082 judiciário. Nós somos uma instância de controle social e nós temos limites nas nossas
1083 deliberações e compreensões, e sabemos claramente que nenhuma proposta, que
1084 aqui fosse desenhada que tinha que ser implementada, agradaria 100%, por isso é
1085 humanamente impossível, prova disso que este colegiado, ele não deu conta da sua
1086 capacidade, por mais que ele tenha tentado de mediar conflitos e de entender esses
1087 conflitos, foi quando ele delegou a SEDESE para poder fazer essa proposta. Eu só
1088 queria clarear essas discussões e acho que caminhamos nessa discussão em um alto
1089 nível, e gostaria muito, muito mesmo que todas essas discussões, não só de
1090 Candonga, mantivesse o nível, para não termos nenhum indicio como começamos a
1091 plenária e que eu fiquei muito nervosa, porque na minha vida pública eu já enfrentei
1092 debates, não tem nenhum problema, agora é inadmissível que minha vida pública
1093 coloque em duvida a minha honestidade e a minha capacidade ética de conduzir as
1094 coisas, e gostaria de deixar registrado. Não tem problema nenhum de conversar com
1095 ninguém, agora solicito que seja mantido, como conseguimos manter o nível, e isso
1096 agradeço presidente, que conseguiu reverter e manter o nível da plenária para
1097 chegarmos e manter essa conclusão. GERALDO – Obrigada conselheira Roberta, eu
1098 gostaria de pedir questão de ordem e o Marcelo, por questão de ordem em função da
1099 fala do Dr. Leonardo, pediu que se vote a questão de acatar ou não a ilegalidade do
1100 artigo 2 da resolução. Existe uma controvérsia, de que não é ilegalidade por parte do
1101 conselheiro Marcelo. Que também os dois são colegas de formação. Assim sendo
1102 precisamos deliberar se acatamos ou não. a proposta que o Dr. Leonardo nós trás. Eu
1103 até dei o direito ao Leonardo, em função de saber se havia fato novo, e no meu
1104 entendimento não. Sim! OK! Vamos clarear. MARCELO – Pois não, a proposta
1105 apresentada pelo Dr. Leonardo, foi de que considerando no entendimento dele de que
1106 há um vicio de ilegalidade por parte do descumprimento do artigo 2. Portanto todo o
1107 plano que foi construído ele cai por terra e terá que se refazer todo o processo. O que
1108 nós defendemos, é que não foi, considerando na fala dele, de que foi arbitrado, de que
1109 foi defendido. A posição contrária que eu fiz é que não há o vicio de ilegalidade e que
1110 estamos aqui inclusive deliberando e discutindo sobre o ponto, isso é o que está.
1111 PRESIDENTE - Presidente o meu entendimento é depois das duas defesas aqui,
1112 doutor Leonardo e Doutor Marcelo, aí na condição de advogados, é que, penso eu
1113 que, eu anotei aqui, não fere, não fere a resolução no artigo segundo, porque fala de
1114 intermediação sim, mas como é que nós vamos entender se houve intermediação se
1115 ainda não se iniciou o processo, então o processo se dará com a aprovação do que tá
1116 na resolução, e de que forma que vai acontecer esse acontecimento, através do
1117 monitoramento, acompanhamento por um GT que a própria resolução constitui que é

1118 um grupo de trabalho e que terá uma formação paritária, e esse acompanhamento
1119 sim, nesse acompanhamento nós vamos saber se vai ferir ou não o artigo segundo, é
1120 meu entendimento daí, é inclusive pedir ao doutor Leonardo outra vez tem algum
1121 conselheiro que se considera ainda em não condição de votar? Não, o
1122 encaminhamento agora é votar né Roberta, pode ser diferente então vai, ok.
1123 ROBERTA - eu tô entendendo que se nós temos o presidente, o secretário desse
1124 colegiado, tá entendendo que não procede a fala do advogado, então não tô
1125 entendendo porque que nós vamos votar, por questões de ordem ele fez uma fala
1126 para a gente votar você tem que ter uma discussão de que algum conselheiro discorda
1127 de uma posição de outro conselheiro, aí você tem dois conselheiros inclusive o
1128 presidente, entendendo que a fala posta não procede, então não tem porque votar ué.
1129 PRESIDENTE - Ainda assim, e mesmo sabendo que a liberdade de expressão faz
1130 parte da democracia, eu quero saber por que a posição tá muito clara, a defesa que o
1131 Marcelo fez do advogado, e eu já disse aqui que o GT é que vai cuidar da
1132 intermediação, sendo assim eu pergunto, tem algum conselheiro contrario a essa
1133 posição da mesa diretora? Através da minha pessoa e do Marcelo, nenhuma posição
1134 contrária? Ok, então por unanimidade não será acatada a sugestão feita pelo doutor
1135 Leonardo no entendimento do plenário, nós damos prosseguimento as inscrições
1136 feitas é o primeiro inscrito é a conselheira Nívia. NÍVIA - Na verdade eu quero só
1137 expressar aqui, mais precisamente o senhor Zé Antônio, não é senhor Zé Antônio, da
1138 minha indignação com a fala do senhor, assim como a conselheira Roberta eu
1139 também como subsecretária de defesa social, como membro técnico da SEDESE, pra
1140 fazer todo esse diagnóstico, todo esse levantamento, e eu quero expressar, deixar pra
1141 essa plenária da prioridade da seriedade que a SEDESE conduziu todo esse processo
1142 e da energia que esse processo desgastou pra todos nós da SEDESE, mas foi uma
1143 experiência muito rica. Nós não deixamos de ganhar com isso, nós ganhamos muito
1144 com essa experiência sabe seu Zé Antônio, eu só fico indignada do senhor dizer, não
1145 enquanto conselheira, como subsecretária, mas enquanto também uma pessoa
1146 pública, e eu tenho uma vida pública extensa, de prefeituras, já estive na SEDESE
1147 anos atrás voltei pra SEDESE, sou analista da prefeitura de Belo Horizonte efetiva,
1148 cedida para o estado, fui concursada de outras prefeituras pedi exoneração porque
1149 quis seguir outros caminhos, mas meu trabalho sempre se pautou na seriedade e no
1150 respeito, principalmente aos usuários, então eu fiquei muito indignada com a fala do
1151 senhor de que alguém está levando proveito por traz disso, e eu quero deixar claro pra
1152 vocês, nosso secretário e nosso secretário adjunto nos delegou a mim e a Roberta, a
1153 nossa assessoria jurídica que também está fazendo parte desse grupo técnico que

1154 fosse prioridade máxima, nós estivemos em Santa Cruz do Descalvado nos fizemos
1155 varias reuniões na SEDESE com os representantes dos atingidos entendendo que
1156 eles falavam pela comunidade e nós tivemos uma atuação estatal, de política pública
1157 não de juiz não de judiciário não de ajuizamento de arbitramento nós temos limitações
1158 institucionais e nós temos a visão da política pública e o que nós Percebemos é que
1159 no município de Santa Cruz do Descalvado principalmente em Nova Soberbo, ou
1160 talvez em Nova Soberbo não há atuação de política pública municipal então nós
1161 tivemos que ter um olhar estatal um olhar de política pública pra fazer o diagnóstico e
1162 o planejamento das ações, mas sempre junto com os representantes dos atingidos e
1163 com o consórcio e vou dizer mais, nós extrapolamos as 3 condicionantes que foram
1164 delegadas a SEDESE de intermediar nós extrapolamos a questão da inclusão
1165 produtiva, a questão da reativação, a questão da legalização da escritura das casas, e
1166 a questão da extensão dos quintais, nós fomos, além disso, e com o consentimento
1167 com o acordo com o consórcio, nós conseguimos, ainda por entender que fugia da
1168 esfera das três condicionantes, mas que era direito da comunidade que eles atuassem
1169 em outras questões e o consórcio prontamente atendeu a SEDESE sob a nossa
1170 orientação, sob a nossa condução, sob o acompanhamento inclusive da nossa
1171 assessoria jurídica então eu queria só expressar pra essa plenária, a dificuldade do
1172 trabalho árduo que tem sido esses últimos 5 meses, pra a gente chegar nessa
1173 proposta que está aqui pra vocês hoje e da minha indignação até porque é eu acredito
1174 que todos vocês que já me conhecem sabe da minha forma de conduzir as coisas
1175 sempre pautei o contato com qualquer uma das partes a pedido do secretário porque
1176 ele conduziu todas as nossas ações com o maior respeito com o consórcio e com os
1177 representantes dos atingidos era isso que eu queria deixar registrado aqui, tá senhor
1178 Zé Antônio, eu gostaria muito assim que o senhor revisse esse conceito que o senhor
1179 tem de política pública e de a gentes públicos nós somos pessoas sérias.
1180 PRESIDENTE - Conselheiro Marcelo. MARCELO - Bom agora é, falando sobre as
1181 intervenções que foram colocadas, apesar da minha formação em direito eu estou aqui
1182 no conselho estadual, representando a categoria dos assistentes sociais porque
1183 também faço parte dessa brilhante categoria opcional, e sendo assim, um dos
1184 princípios éticos da nossa profissão é a defesa intransigente dos direitos humanos e,
1185 portanto o nosso papel aqui nesse conselho é de defender qualquer tipo de violação
1186 que por ventura a gente entende que está acontecendo seja através de qualquer tipo
1187 de violação e, portanto penso que nós enquanto conselheiros nós temos feito e
1188 trabalhado muito pra que as violações que ocorram aqui nesse conselho ela seja
1189 intensamente discutida e seja muito bem trabalhada dentro desse processo

1190 democrático e participativo que é o controle social do conselho estadual, portanto eu
1191 fico muito tranquilo na condição de conselheiro em poder manifestar contra essa
1192 resolução que está sendo hora apreciada por nós pra dizer que quando, porque
1193 houveram falas em que os conselheiros estavam até um primeiro momento tolhidos de
1194 manifestar e que somente governo que estaria falando e tal, na verdade, nós quando
1195 não nos manifestamos naquele momento por entender que aquela resolução, esta
1196 resolução ela atende a tudo aquilo que foi discutido e pautado no conselho estadual
1197 lógico que alguns entendimentos 100% a gente não consegue atender a todos, mas o
1198 que se buscou no conselho estadual foi trazer a transparência democrática da
1199 discussão o conselho estadual enquanto esteve no processo ele fez todo o possível
1200 pra evitar o conflito, pra terminar o conflito quando nós entendemos em repassar para
1201 a SEDESE por entender que os limites do conselho estadual extrapolaram na medida
1202 em que entendemos que a execução do plano deve se dar pelo órgão gestor e nós
1203 entendimento equivocado, nós temos buscado executar algo que no nosso ponto de
1204 vista não cabe a nós e mais uma vez reafirmo a necessidade urgente do governo do
1205 estado efetivar O Pró-Assiste porque só assim entendemos que o pro assiste vai
1206 atender todos os anseios seja dos atingidos seja do empreendimento e nós enquanto
1207 órgão de controle social teremos um papel exclusivo e iminentemente de controle
1208 social, foi feito falas a respeito de outros meios de reativação econômica do qual nós
1209 fomos, também, no meu ponto de vista, iludidos por terceiros que vieram aqui
1210 manifestaram dizendo da salvação do mundo e essa salvação do mundo a gente fez
1211 uma extensa discussão aqui dentro e vimos que essa salvação ela não é uma
1212 salvação no nosso ponto de vista, porque veio uma pessoa aqui que no nosso
1213 entender estava com o olhar do capital, nos estamos com o olhar do social e é por isso
1214 que através de parecer aqui da nossa equipe técnica entendemos que aquela
1215 proposta que foi dada como reativação econômica no nosso ponto de vista ela não
1216 viria para salvaguardar anseios e sim pra defender interesses de capital de alguns e
1217 foi dito também sobre imóveis avaliados como urbanos, penso nós conselheiros que
1218 nós não temos condições de tratar sobre esse tema, considerando que a própria
1219 resolução trata sobre isso e vai dizer que tem uma empresa que será licitada e ela vai
1220 dar os encaminhamentos técnicos devidos inclusive quanto a valor de imóveis e tudo
1221 mais, só que nessa mesma fala diz que água de ferro se ficar 10 dias ele é boa e tal,
1222 vai me desculpar, mas penso que a água ela é ruim ela é ruim mesmo, foi até
1223 apresentado aqui uma amostra que a gente já conhecia a 10 anos atrás e isso ela,
1224 acredito que apesar da COPASA dizer que ela não causa o mal e sim o gosto paladar
1225 dela é terrível, e é mesmo né, e acho que a COPASA vai ter que fazer uma

1226 intervenção muito boa pra garantir os direitos desses usuários ou a COPASA ou outro
1227 que vier intervir no processo, sim, aquela instituição que vier a trabalhar com a água
1228 que ela garanta de fato os direitos dos atingidos, foi também falado aqui a respeito de
1229 documentos que foram enviados ao conselho estadual e que não foram Respondidos
1230 nos temos que esclarecer que isso passou pela análise da comissão de normas
1231 passou pela análise da mesa diretora e as respostas estão indo, já foram trabalhadas
1232 nesse sentido e que todos os documentos que chegaram sejam dos atingidos, seja do
1233 empreendimento, foram analisados por todos nós com muito carinho e com muito
1234 cuidado. E preocupados com aquilo que a gente estava por decidir. A resolução
1235 quando ela disse que o processo terminaria em dezembro de 2012, sim, em dezembro
1236 de 2012 a SEDESE estaria entregando pra nós o planejamento lógico que a execução
1237 desse planejamento ela demanda tempo e, portanto aquele item te coloca até
1238 dezembro de 2013, até mesmo pra que possa a SEDESE através do, 31 de dezembro,
1239 pra que ela possa cumprir aquilo que está nos itens 6 e 10 da resolução. E por fim
1240 senhor presidente, na fala do empreendedor eu entendo que o processo que ocorreu
1241 nesse novo grupo que veio pra discutir esse processo pelo menos houve condições de
1242 discutir de conversar apesar de não ter atendido 100% os atingidos, mas penso que
1243 houve um aprendizado também por parte do empreendimento de poder ouvir e de
1244 poder trabalhar o processo junto, dentro dessa discussão coletiva que foi com o
1245 conselho estadual, se não atendeu 100% até mesmo na fala do nosso colega de
1246 profissão, ele diz que, houveram avanços e que 100% também não é muito, às vezes
1247 não se consegue. Mas eu quero dizer ao final que sempre este conselheiro se pautou
1248 pela transparência pela lisura do processo e que se nós não conseguirmos nesse
1249 momento atender aos anseios dos atingidos posso afiançar que nós buscamos a
1250 melhor maneira possível, de atender, enquanto conselho estadual, da melhor maneira
1251 possível de atender a demanda que nos foi apresentada. PRESIDENTE - Eu só tenho
1252 mais uma inscrição por parte dos conselheiros o senhor Zé Antônio foi citado na fala,
1253 vou dar a ele o direito de resposta e logo em seguida eu faço a inscrição e a gente
1254 passa a votação. ZÉ ANTÔNIO - Acho que agora não é bom dia é boa tarde né, já
1255 passou, o gente é foi citado o meu nome sobre a Cida, referente ao valor e vou dizer
1256 pra você Cida aquele valor nós temos uma cópia desse aqui no CEAS que nós
1257 mandamos pra aqui com 100 mil reais é reuniões que nós fizemos lá com o povo com
1258 a maior parte, 90% da comunidade e chegamos na conclusão é esse valor e nós não
1259 abrimos mão porque aquilo lá é o seguinte, estão comentando aqui que é uma zona
1260 rural que é isso e aquilo, aquilo ali é um pedaço de terra uma extensão que estaria
1261 dentro do seu quintal, que você perdeu, que era pra estar dentro do seu quintal pode

1262 dizer lá hoje dizendo que é zona rural, mas aquilo ali está documentado aqui como
1263 extensões de quintais, outra coisa que eu quero dizer pra você aquilo ali, são 360
1264 metros, com mais 360 metros que você tem 720 metros, se você tivesse 720 metros
1265 de terra na sua casa que você reside, você teria uma mini chácara dentro do Soberbo
1266 aonde você poderia ter todos os tipos de frutas como você tinha no Soberbo velho, de
1267 porte grande, de repente até ter mais condições de criar algumas galinhas para a sua
1268 própria alimentação não falando verduras e frutas que você poderia ter e que eu quero
1269 dizer mais ali é o seguinte, esse valor aí, porque esse valor, porque é uma perda
1270 eterna que nós vamos ter, na verdade até por que, nós temos aqui valores calculados
1271 que aquilo ali produz, dá uma renda de 1370 reais por mês tá aqui ó, documentado,
1272 esse terreno, é um terreno barato? É o consorcio, é o consorcio que deixou claro isso
1273 aí tá aqui o documento, então é o valor que nós colocamos, não abrimos mão, e outra
1274 coisa que eu queria também dizer, referente, foi mencionado aqui referente, questão
1275 assim que a gente observou que, o matadouro, o matadouro lá na verdade, é o
1276 abatedouro na verdade a gente viu que saiu fora de pauta, mas só que isso, esse
1277 mesmo matadouro lá me Barra de Braúnas ele entrou em pauta, está sendo
1278 desenvolvido e tá sendo uma coisa respeitada pelo empreendedor e pelos atingidos,
1279 infelizmente é somente aqui com o consórcio candonga que isso não tem respeito, é a
1280 dificuldade, que nada se faz e nada dá certo e referente sonhos também, nós como
1281 atingidos nós não temos nenhum sonho não, tá, quem tiver pensando que nós
1282 estamos sonhando tá ao contrário, simplesmente nós estamos reivindicando aquilo
1283 que foi tirado, a oportunidade, aquilo que foi tomado dos atingidos é aquilo que nós
1284 queremos de volta, a minha fala no caso seria isso, e dizer pra você, Nívia se eu
1285 aborreci você com qualquer coisa você me desculpa porque a gente teve um bom
1286 relacionamento durante todo esse tempo o CEAS toda a vida eu falei muito bem do
1287 CEAS por onde eu passei toda a vida respeitei e falei muito bem do CEAS mais, e
1288 continuo falando mais o que acontece é o seguinte nem todos os dedos da mão são
1289 iguais, a verdade é essa em todas as famílias que existem na face da Terra pode ter
1290 quatro filhos que respeitam o pai se são cinco, e tem um filho que às vezes não gosta
1291 de respeitar, entendeu? Então o seguinte, eu quero dizer o seguinte, não estou
1292 ofendendo a ninguém, mas que nada que nós entendemos como atingidos, que nada
1293 mudou daquilo que o candonga vem oferecendo, nada mudou, então nós estamos
1294 também, de suas partes vocês podem ter ficado ofendidos, mas da nossa parte
1295 também como atingidos nós ficamos tristes, porque não esperávamos esse tipo de,
1296 essa situação. Até porque o seguinte, cansei de explicar, o curso que deram lá é um
1297 curso básico, vocês que são profissionais trabalham aqui na casa sabem muito bem,

1298 quantas pessoas profissionais bons que tem lá fora, então não adianta dar uma
1299 pessoa lá que fez um cursinho que aprendeu a entrar no computador, a mexer em um
1300 programa, competir lá fora com ninguém não porque ele não passa, a empresa que tá
1301 pagando ela não quer picareta não ela quer gente boa, então o seguinte, não adianta
1302 também ter um canudinho pendurado lá na parede se não tem emprego pras pessoas
1303 porque canudinho não enche barriga de ninguém não, tá, muito obrigado.
1304 PRESIDENTE - Ok, senhor Zé Antônio, eu encerro as inscrições com a minha fala que
1305 sou o ultimo inscrito e a gente vai para a votação. Ok? A primeira colocação que eu
1306 queria fazer é o seguinte, esse colegiado ele é um colegiado assim dos mais
1307 admiráveis que eu já vi e já participei, considerando cada um dos conselheiros que
1308 aqui estão e eu falo isso porque já participei de conselhos municipais estaduais e
1309 nacional e não foi só no de assistência não, também em outros conselhos de direito e
1310 posso afirmar que eu tenho absoluta segurança da qualidade desse conselho então
1311 dói muito a gente saber e ouvir que o conselho foi manipulado, não, esse colegiado
1312 não é manipulado, não foi e não será enquanto eu estiver aqui e fazer parte dele não e
1313 posso ter certeza que a pessoa enquanto se predispõe a estar conselheiro não vai
1314 aceitar esse tipo de situação mesmo porque nós não temos remuneração pra estar
1315 conselheiro onde nós representamos os vários seguimentos que aqui tem que é a
1316 sociedade civil organizada, então nós não podemos concordar com essa situação, a
1317 outra colocação que eu queria fazer e no que diz respeito à consulta aos conselhos da
1318 esfera municipal eu penso que ainda temos muito o que caminhar enquanto colegiado
1319 estadual, porque nós precisamos levar os nossos colegiados municipais mais
1320 qualificação pra que entendam realmente o papel do conselheiro e o papel do
1321 conselho porque na primeira vez que eu estive nos municípios atingidos por esse
1322 empreendimento eu fiz questão de estar nos conselhos tutelares, nos conselhos de
1323 direito das crianças e do adolescente e nos conselhos municipais, e pra minha
1324 surpresa desagradável e tristeza o conselho se quer conhecia os representantes do
1325 empreendimento, então se o empreendimento entrou sem bater na porta o conselho
1326 se omitiu no que diz respeito ao papel que ele tem de estabelecer o controle social, e
1327 disse mais, o conselho tutela foi omissivo e negligente violentou os próprios direitos que
1328 eles deveriam assumir e ser responsáveis por eles que foram eleitos pela sociedade
1329 pra representar problemas de crianças e adolescentes e o empreendimento atingiu
1330 casas com crianças E adolescentes e idosos todos os dois na faixa etária tratada com
1331 prioridade absoluta na lei federal isso é a regulamentação do artigo 227 da
1332 constituição federal, fiz questão ressaltar isso pro próprio colegiado lá e no que diz
1333 respeito a conselho de assistência de lá no momento fiz questão de ressaltar e

1334 assumir a minha verdade que não é absoluta é relativa, mas também foram
1335 negligentes e omissos quando receberam denúncia de exploração e abuso sexual
1336 intrafamiliar de famílias que foram atingidas e não tomaram providências isso é
1337 omissão do conselheiro, essas situações eu quero retratar aqui pra dizer o seguinte,
1338 que esse aprendizado também serve pra nós porque mostra o quanto a gente tem que
1339 caminhar e qualificar os conselhos estaduais, eles são as instancias de controle e
1340 proteção, para estabelecer a proteção social básica, quando esses conselhos na
1341 esfera municipal são omissos, não cumpre o seu real papel, viola o direito das
1342 pessoas atingidas, e aí depois que o processo iniciou é muito difícil você corrigir, fazer
1343 correção de desvio, então a gente não tá aqui pra buscar culpados, a gente tá aqui pra
1344 buscar alternativas de solução, porque nessa altura do campeonato é muito triste,
1345 desagradável e muito desgastantes essas tratativas que nós estamos fazendo, num
1346 momento tão longínquo, pós 10 anos quero aqui afirmar que a água que foi me
1347 mostrada não é inventada por que eu vi com meus próprios olhos a água tem
1348 problema sim, a água é questão de utilidade pública e como os governantes não
1349 deveriam se omitir independente de quem é a responsabilidade alguém é eleito pra
1350 representar a sociedade e no momento que não representa dessa forma tá violando o
1351 direito pelo qual ele mesmo se candidatou e não foi obrigado, e lá a água é
1352 problemática, mas já tem um encaminhamento de solução, esperamos que realmente
1353 possa se corrigir, e aqueles que acham que não tem, eu gostaria que eles levassem
1354 essa água pra família deles beber, assim como eu tive a oportunidade de falar com um
1355 Engenheiro do empreendimento na época que se diz engenheiro social e uma casa
1356 com o teto desabando e eu disse pra ele que levasse a família dele pra morar lá
1357 debaixo que aí eu queria ver se ele era engenheiro social, então essas situações todas
1358 ocorreram, é ruim pra a gente falar, mas a experiência de vida mostra a gente que a
1359 gente aprende alguma coisa, no que diz respeito ainda à participação da sociedade
1360 civil organizada eu queria deixar claro pra todos que nós fomos procurados sim.
1361 Enquanto esse colegiado pela promotoria pública que agora tem um coordenadoria da
1362 inclusão social e mobilidade e nós pudemos expressar pra ele resumidamente os
1363 efeitos de candonga o resultado de candonga os vários erros em todas as instancias
1364 aqui não tem ninguém que participou do processo que não errou o que me preocupa
1365 mais é o radicalismo, então eu acho que os extremos são muito perigosos, pra direita
1366 ou pra esquerda extremos são muito perigosos são muito desgastantes e de difícil
1367 solução e isso às vezes emperra o processo, esse colegiado se sentiu eu diria que
1368 muito é sem o poder de atuar de uma forma resolutiva, para a solução dos problemas
1369 no momento em que houve radicalização e mais ainda, no momento em que a gente

1370 se sentiu incompetente em não ser um órgão de governo, que pudesse estabelecer
1371 algumas regras dentro do próprio governo e aí sim houve uma compreensão do
1372 colegiado que deveria ser a secretaria de estado como órgão gestor desse conselho
1373 que tem o poder de articulação com as demais secretarias de estado porque está sob,
1374 aí sim, o poder hierárquico e subordinado do governo do estado diferentemente desse
1375 colegiado ele não está no nível hierárquico e nem subordinado ao governo do estado
1376 ele é vinculado e tem autonomia pra deliberação, então assim sendo o colegiado
1377 decidiu e penso nessa altura do campeonato com muita propriedade, agora
1378 aprendemos muito, aprendemos muito, pra que outros processos dessa natureza
1379 quando da aprovação do relator que somos nós de qualquer que seja o processo não
1380 façam uma aprovação não tragam um encaminhamento sem responsabilidade, ou
1381 com pouca informação em relação ao empreendimento que está chegando porque
1382 essas tratativas lá no nascedouro são muito mais plausíveis e com toda a certeza vai
1383 evitar esse tipo de problema que a gente está tendo aqui, e por fim eu gostaria de
1384 colocar, os cursos que estão sendo apresentados no plano, como qualquer outra
1385 instância aí em qualquer parte do mundo eles não são garantias de emprego nós
1386 temos um mercado estrutural, um mercado capitalista Brasileiro que por mais que
1387 você tenha formação de terceiro grau, mestrado ou doutorado, ainda assim não te dá
1388 garantia de emprego, não te dá garantia de emprego e assim sendo a gente vai fazer
1389 curso no sentido mesmo de inclusão, de motivação, porque se economicamente as
1390 famílias sub existiam lá dos seus lares quando foi tirado, e a gente já tem a
1391 compreensão aqui por completo que o próprio empreendimento dessa natureza já
1392 viola direitos inressarcíveis que é o direito, por exemplo, que é de você estar numa
1393 moradia por duas ou três gerações e que é sentimental, e isso não tem preço. A gente
1394 já sabe disso, mas o progresso é assim ele é necessário, mas embora muitas das
1395 vezes perverso e assim sendo eu encerro a minha fala por compreensão desse
1396 processo eu penso que o colegiado decidiu bem quando passou a responsabilidade
1397 para a secretaria de estado eu penso que é um papel muito mais cartorial e
1398 operacional do que de estabelecer controle social, então eu não tenho
1399 arrependimento, eu não tenho remorso da decisão que esse colegiado tomou e ainda
1400 que tivesse, não tem essa história de voto vencido, o colegiado tomou uma posição,
1401 somos todos um colegiado votando a favor ou votando contra. O que nos cabe é fazer
1402 algumas fundamentações em decorrência das falas. Toda decisão que a gente toma
1403 na vida ainda que colegiado ou individual, ela leva ora prejuízo pra uns, ora ganho pra
1404 outros, ela gera alegria pra uns aborrecimentos pra outros, eu gostaria muito que no
1405 que diz respeito a esses empreendimentos que chega pra geração de energia

1406 sustentável e que quebra uma certa proteção básica para os atingidos que tivesse
1407 uma tratativa fundamentada em lei no mesmo modelo dos royalties, ok. Se você detém
1408 aquele royalties e se o subsolo ainda que seja o seu solo, tenha um outro risco que foi
1409 estabelecido em royalties, mas infelizmente não é, sim. Nós acabamos de ver agora o
1410 próprio governo do estado brigar porque nós somos um estado minerador, e a
1411 presidente da republica vetar um projeto de mineração isso é prejuízo pro estado e
1412 prejuízo pra uma degradação que chega e jamais será recomposta, mas é sim
1413 fundamentada em lei, e sendo fundamentada em lei pra cumprir as normativas pessoal
1414 eu gostaria de encaminhar então pra votação do processo, e a votação é exatamente
1415 essa resolução que estabelece já foi lida e compreendida, discutida num grupo,
1416 passada na mesa diretora e hoje dada a oportunidade a todos de se manifestarem
1417 inclusive por parte dos atingidos e por parte do empreendedor. Ok? Eu gostaria que o
1418 voto fosse... Como o voto é nominal que gostaria que todos falassem o nome e voto.
1419 Nós estamos votando agora a resolução como um todo. Essa resolução. Aprovação
1420 da resolução que foi lida compreendida e discutida por todos, e dado direito à
1421 oportunidade de fala a ambas as partes. Ok? Pois não Marcelo. MARCELO - pela
1422 aprovação. Marcelo Armando, pela aprovação. GEORGE - George, CMAS Lagoa
1423 Santa, pela aprovação. MAURO - Mauro, pela aprovação. GUILHERMINA -
1424 Guilhermina, pela aprovação. RAQUEL - Raquel, pela aprovação. EDIR - Edir, pela
1425 aprovação. ANA PAULA - Ana Paula, pela aprovação. JOÃO ADEMAR - João
1426 Ademar, pela aprovação. FERNANDO - Fernando, pela aprovação. ANÁLIA - Anália,
1427 pela aprovação. ANDRÉA - Andréa Medrado, pela aprovação. ADRIANA - Adriana,
1428 pela aprovação. ANDRÉ - Eu vou me Abster. MÁRCIO - Márcio, Asspron, pela
1429 aprovação. CRISTIANE - Cristiane, pela aprovação. NÍVIA - Nívia, pela aprovação.
1430 PRESIDENTE - Eu, Geraldo, pela Aprovação. Ok. Nós tivemos então a votação com
1431 uma abstenção e os demais votos pela aprovação. Em função do adiantado da hora,
1432 nós daremos uma pausa para o almoço, e eu quero aqui, pedir a concordância dos
1433 conselheiros se a gente pode retornar as 13h30 pontualmente, pra dar sequência a
1434 plenária, muito obrigado a todos, obrigado aos convidados, atingidos e
1435 empreendedores que aqui estão pela participação. GERALDO - Plenária 2013 e é
1436 importantíssima que a gente reflita sobre esse calendário, e principalmente leve em
1437 consideração a hora que aparecer as datas ali, mês a mês, nós teremos três plenárias
1438 descentralizadas, e ao pensar nas descentralizada aumenta o número dias da
1439 execução orçamentária e no que desrespeitas as temáticas e, além disso, lembrar que
1440 nesse ano a gente teria quatro, depois esse mesmo pleno decidiu que seria três em
1441 função que está muito apertado, e o ano de 2013 com três, tem mais conferência. E a

1442 gente não esquecer que tínhamos tirado conceição de mato dentro em função da
1443 degradação ambiental e função de mineração, ok? Então eu vou passar para a
1444 consolação e ela fala desse calendário. CONSOLAÇÃO - A gente só respeitou da
1445 mesma forma, a segunda a terceira sexta feira do mês né e fizemos adequação de
1446 feriados, então se na plenária concordar é o que tá posto aí no inicio, geralmente, uma
1447 semana antes da plenária acontece à reunião da mesa de diretora segundas feiras
1448 então está pra todo mundo ai embaixo todo mundo recebeu o calendário então tem
1449 essa identificação, não esta posto ainda a questão de capacitações porque a gente
1450 não fez o planejamento de 2013 que no meu entender a gente vai ter essa pauta em
1451 janeiro, inclusive as comissões algumas delas né começaram já a tratar de alguns
1452 temas que seriam importantes priorizados no próximo ano, então a gente vai ter que
1453 definir não só pela data daqui da plenária durante o ano como a questão do
1454 planejamento se ele vai se dar em janeiro e de que forma vai ser dado, lembrando que
1455 conselheiros do interior em janeiro a gente não paga a diária antecipada, a gente só
1456 lembrando aos conselheiros do interior então que no mês de janeiro não tem como,
1457 como não abre orçamento não tem como a gente fazer aquele pagamento de diárias
1458 como a gente costuma está fazendo antecipada então seria diárias vencidas assim
1459 que houver essa abertura, então tudo isso tem que ser analisado o que a secretaria
1460 executiva fez então foi pegar esses dois dias, comissão e plenária e colocar aqui não
1461 tem definição nenhuma da descentralizada nem a questão ainda da conferência que
1462 deveríamos inclusive já esta fazendo a convocação da própria conferência para os
1463 municípios ou mesmo mandar correspondência para se organizarem. ROBERTA - Eh!
1464 Eu queria fazer uma sugestão aqui, o seguinte é humanamente impossível trabalhar
1465 plenária dia dezessete e dia dezoito mesmo que, se proponha a não pagar diária para
1466 conselheiros que eu acho que é errado a gente convocar conselheiros numa
1467 perspectiva de dizer você vai ganhar como diária vencida sem olhar a condição e a
1468 capacidade do conselheiro que ele tem de estar aqui entendendo que nesse período
1469 abre-se o orçamento, e do ponto de vista da organização da SEDESE a minha
1470 sugestão é que a gente passe janeiro poderia não ter plenária e passaria para
1471 principio de fevereiro pra ter uma plenária dando condições de participação dos
1472 conselheiros, entendendo também que janeiro muitos da área governamental e
1473 também da sociedade civil vão estar de férias gente, então nos vamos fazer uma coisa
1474 que possivelmente vai ser esvaziada e com uma perspectiva de dizer para o
1475 conselheiro olha se você tiver de vim você vem do seu bolso e depois a gente paga a
1476 hora que abrir o orçamento ai eu acho ruim a gente já está propondo uma plenária
1477 com pouca condição pro conselheiro e sendo que a gente pode passar para a semana

1478 do dia cinco entendeu, ou então do dia treze ou quatorze de fevereiro. CRISTIANE -
1479 Boa tarde é só uma questão, na minha agenda não está escrito Consolação, verificar
1480 se eu não me engano dia quinze de agosto é feriado em Belo Horizonte e ai é feriado
1481 municipal só confirmar essa data ai e na outra questão Geraldo sobre a sua
1482 provocação em relação às plenárias descentralizadas eu fico pensando que gente
1483 deveria fazer uma discussão se a gente não deveria né no ano que vem fortalecer as
1484 uniões regionais de conselhos como a gente já deliberou em outras vezes e não deu
1485 conta do que fazer plenárias descentralizadas plano de conferência acho que a gente
1486 poderia fazer uma discussão aqui. MARCELO: É no dia vinte e um e vinte e dois de
1487 fevereiro eu participei da reunião do COGEMAS este final da semana passada e vinte
1488 e um e vinte e dois de fevereiro ai ter o encontro descentralizado do COGEMAS aqui
1489 em Belo Horizonte não sei se isso interfere é no funcionamento da nossa plenária
1490 mais eu acredito também que é um espaço muito bacana de qualificação de
1491 conselheiros que talvez a gente devesse modificar para autorizar a participação e
1492 outra coisa contra a plenária descentralizada eu acho que a proposta da Cristiane é
1493 interessante, mas eu também continuo defendendo a descentralizada, além dessa
1494 proposta sua, considerando que talvez essa proposta sua descentralizada ela
1495 voltasse para essas uniões de conselhos para fortalecimento dessas uniões, porque a
1496 descentralizadas ela aproxima a gente dos municípios mais distantes, então eu acho
1497 que como nós temos um estado muito grande acredito que isso é uma forma de
1498 descentralizar o processo. ANA PAULA: Eu estou contemplando a fala do Marcelo
1499 porque eu ia fazer essa condenação sobre um encontro sudeste aqui em vinte e um e
1500 vinte e dois que vai oportunizar a participação dos conselheiros, trabalhadores então
1501 eu acho que seria um espaço interessante de discussão. NÍVIA: Boa tarde a todos, eu
1502 quero ponderar do ponto de vista operacional das plenárias descentralizadas e que eu
1503 divido com a secretaria executiva do CEAS, viu Consolação, é uma tarefa nossa, da
1504 SEDESE e da secretaria executiva que requer assim, uma organização, planejamento
1505 prévio e um arranjo né burocrático muito pesado em ano de conferência que também
1506 requer uma operacionalização administrativa muito pesada para a secretaria do
1507 conselho da SEDESE é o nosso trabalho faz parte do nosso trabalho mas, eu acho
1508 que tinha que pondera aqui a quantidade desse plenários descentralizados que vai
1509 deliberar que a gente vai definir aqui pensando que é um ano de conferências
1510 municipais, regionais, estadual, nacional do ponto de vista não só operacional
1511 burocrático, administrativo mas também da nossa capacidade e ai eu coloco aqui que
1512 o estado não trabalha mais do que conselheiro da sociedade civil de maneira alguma
1513 mais fica muito pesado para as nossas agendas essa quantidade de eventos? Se a

1514 gente não poderia estar otimizando, tipo esta sugestão que o Marcelo deu agora, da
1515 gente está pensando de racionalizar de forma otimizada o máximo possível no ano de
1516 conferência a gente fazer também plenária descentralizada. Então estou ponderando
1517 aqui dos dois lados tá gente, do trabalho que isso requer para que a gente faça uma
1518 coisa bem feita organizada e do ponto de vista das nossas agendas. ROBERTA - A
1519 minha sugestão é que a gente trabalhasse o calendário com essa perspectiva que eu
1520 fiz uma sugestão de alteração para não termos que janeiro tendo em vista estas
1521 questões ai considerando a fala da Marcelo e da Ana Paula em fevereiro como é que a
1522 gente pode conciliar para poder participar inclusive desse encontro da sudeste e que
1523 no momento em que janeiro e fevereiro essa discussão que foi colocado inclusive que
1524 a Nívia colocou que é importante, eu acho que a gente deveria sentar para discutir,
1525 plenária descentralizada x conferência e x união conselho como é que a gente pode
1526 trabalhar para potencializar isso e tendo em vista que nos vamos ter um cenário de
1527 mudanças de gestores então nós precisamos ter esse olhar como é que nos vamos
1528 otimizar para não ficar pulverizando, repetindo mas que isso é importante o conselho
1529 estadual está na ponta agora em que momento ele vai estar na ponta seria o ponto de
1530 pauta, como sugestão inclusive de política para fazer uma pré proposta e apresentar
1531 essa perspectiva tendo em vista uma capacitação com um olhar de capacitação para
1532 os novos gestores municipais e conselheiros municipais que vão pegar o que vem com
1533 o ano de conferência. MARCELO - Olha, em cima do que esta se falando aqui eu
1534 estou do lado da nossa secretaria executiva aqui, e esta saindo como proposta o
1535 seguinte na mudança de janeiro dia dezessete e dezoito, saiu trinta e um e primeiro e
1536 na de fevereiro que seria vinte e um, vinte dois, vinte oito e primeiro e ai seguiríamos a
1537 pauta mas (não é mas) e agosto e março como vinte e oito e primeiro vai estar muito
1538 próximo de quatorze e quinze a gente mudaria para vinte e um e vinte e dois certo? E
1539 agosto que seria quinze e dezesseis nos mudaria para vinte e dois e vinte e três, tá
1540 certo gente? Atendeu? De agosto repetindo pode? Vamos lá, em janeiro a plenária
1541 será, trinta e um e primeiro de fevereiro. A de fevereiro vai ser vinte oito e primeiro de
1542 março. A de março vai ser vinte e um e vinte e dois. Depois a gente vai até agosto
1543 para mudar para vinte e dois e vinte e três (só isso). Vamos lá. PRESIDENTE - Ah eu
1544 penso que todo mundo ouviu não sei se todo mundo escutou a colocação de Roberta,
1545 eu acho que é legal trabalhar, a situação que a Roberta sugere é que a gente trabalhe
1546 a descentralização da união de conselhos eu sou favorável e a gente não trabalhar
1547 descentralizada especificamente neste centro de conferência e a gente trabalharia os
1548 três temas faria hum, talvez a comissão de política pudesse trabalhar isso pra ver uma
1549 viabilidade, penso que é melhor, porque a gente otimiza gasto a gente vai esta

1550 fazendo as regionais vamos estar correndo mais municípios em função das temáticas
1551 isso penso eu que possa está substituindo realmente a descentralizada ? Existe uma
1552 sugestão aqui de quê que é Marcelo? MARCELO - A proposta de dezembro deixar
1553 como estar porque ainda a gente não sabe como esta a data da conferência nacional
1554 ok? GERALDO - Os conselheiros estão entendendo que a proposta de Roberta então
1555 está aceita é isso? MARCELO - de discutir lá na frente é isso? Isso vai ser pauta de
1556 discussão, ok. PRESIDENTE - Pode ser assim? Isso a comissão de política trabalha
1557 isso e faz uma proposta de encaminhamento ao plenário, pode ser? Pronto.
1558 Vencemos mais um ponto de pauta. Muito bem, e o ponto seguinte... é nós temos
1559 agora o plano de assistente social, eu queria, por favor, atenção todos os
1560 conselheiros, todos tenham a pauta em mãos nós temos uma pauta item E, e aqui
1561 com todo respeito à mesa diretora eu quero abortar esse tema e nós não vamos
1562 discutir em plenária vou fazer algumas prerrogativas da Presidência deste país, acho
1563 que não é o caso e a gente passaria o plano estadual de assistente social que é a letra
1564 B eu gostaria de saber se é possível a gente fazer a tratativa deste plano dentro da
1565 apresentação da comissão uma vez que nós vamos tratar só dos destaques, pode
1566 ser? Conselheiro Volney que é o presidente pode ser assim então pessoal? Ok. Então
1567 o próximo ponto de pauta é relatoria de processo de usina. Conselheira Adriana Rocha
1568 com CGH Limoeiro. Está contigo a fala. ADRIANA - Bom eu vou fazer a apresentação
1569 da análise final da execução do PAS da CGH de Limoeiro que foi elaborado pela
1570 Rosalice eu fui em Montes Claros a sorteada para fazer o processo de relatoria queria
1571 passar, eu fiz uma apresentação muito grande, mais assim é a primeira vez que eu
1572 faço relatoria eu não sabia de tempo, eu pus informação a mais do que o necessário a
1573 gente pode passar lá no final Rosa ah, ai o empreendedor, total engenharia no
1574 município envolvido Bueno Brandão, curso do Rio Cachoeirinha a data de protocolo
1575 dos documentos do CEAS então entrou para analise de deliberação em maio de 2009,
1576 houve uma aprovação por meio da resolução em junho de 2009, apresentação dos
1577 relatórios semestrais foi feita de dois a dezoito de janeiro de 2012, relatório final vinte
1578 seis de julho, complementando em cinco de setembro, as visitas dos municípios
1579 atingidos, Rosalice esteve lá de dois a cinco de outubro eu estive de vinte e cinco a
1580 vinte e sete de novembro, em julho de 2012 foi protocolado o relatório final e desse
1581 passe para avaliação que estão sendo desenvolvidas nas áreas mais atingidas pelo
1582 empreendimento, o parecer de Rosalice foi favorável, eu acatei ne a resolução da
1583 Rosalice mais, estive no município que existe indicação de continuidade da ação PAS
1584 por mais seis meses, e na escuta e na leitura dos documentos, eu fiquei meio confusa
1585 com o processo de mobilização que havia acontecido lá e por isso da viagem que foi

1586 feita. Vamos seguindo aí vamos ver. Contextualização: a central é instalado no curso
1587 Rio Cachoeirinha, Bueno Brandão, gerar uma mega parte de potência, identifica três
1588 estabelecimentos na área de influência direta apenas o cronograma de execução das
1589 obras havia uma previsão a que esta a minha dúvida mesmo é de nove meses de
1590 contratação de sessenta e cinco pessoas né? A execução levou na verdade um ano e
1591 a contratação de fato foi de cinquenta e seis pessoas, no PAS consta que no
1592 município de Bueno Brandão habilitado na gestão básica SUS e políticas e assistentes
1593 social tenha a gestão realizada pelo departamento municipal de ação comunitária.
1594 Rosalice chama atenção no material que ela elaborou, que o PAS, CGH Limoeiro foi
1595 feito com a mesma avaliação da implementação do PAS, CGH Cachoeirinha que vai
1596 ser apresentado em seguida que se trata do mesmo empreendedor, no mesmo
1597 município, então as ações foram feitas concomitantes e o mesmo posto de assistência
1598 social prestou atendimento aos dois grupos a atingidos né, aos grupos atendidos pelas
1599 duas instalações de CGH. Pode passar. Boas ações previstas e ações executadas aí,
1600 tendo por base também a visita de Rosa ali de dois a cinco de 2012. Eh, ações
1601 previstas e executadas contra impactos sociais, geração de emprego e renda a
1602 previsão era de orientação, realizada no período, a respeito da possibilidade de
1603 contratação de pessoas dentro do processo da obra né e de esclarecimento de como
1604 aconteceria a durante a visita técnica as reuniões que foram realizadas dos conselhos
1605 municipal com os representantes dai das ações dos movimentos (deixa eu ver aqui
1606 estava nas reuniões aqui para citar pra vocês) é a Rosalice técnica do CEAS
1607 SEDESE, e o Paulo César da Hy Brazil, Robson Leonardo Barbosa que era neto de
1608 proprietário diretamente atingido, Roberta Suzi - assistente social da CGH de Limoeiro
1609 e CGH cachoeirinha, Carla Ribeiro - gestora do departamento de assistência social,
1610 Flávia Furquim da Silva do CRAS, Roberta Garçosa da APAE, Ana Paula Furquim do
1611 CRAS também, Juliana Constância - presidente do Conselho Municipal de Assistência
1612 Social e Runália Santos do Recanto de Santa Luzia e Fernanda da Casa da Criança.
1613 Tanto na visita técnica da Rosa quanto na minha visita, a gente teve um momento de
1614 reunião com esses representantes né, e Rosa constata, quer dizer o pessoal confirma
1615 né, a realização no período. Eh, quanto aos medos e receios da população
1616 aconchegada do empreendimento, fica claro para todo mundo também que no início
1617 quando chegou a noticia da construção do empreendimento por se tratar de uma
1618 região que tem forte caráter turístico relacionado com cursos d'água, município vizinho
1619 de socorro São Paulo tentou fazer uma mobilização, reunindo representantes do
1620 município contra o empreendimento, houve um borburinho mas, com o enfoque mais
1621 da comunidade Socorro, que é mais adiantado, utiliza mais deste recurso de turismo,

1622 mais propriedade que Bueno Brandão de fato né, então fica claro pra todo mundo que
1623 as ações de reunião e esclarecimentos e as visitas casa a casa promovidas né pelo
1624 empreendedor, surtiram resultados satisfatórios, houve também uma série de
1625 negociações normal né, acho que em todo o procedimento envolvendo o município
1626 envolvendo também esses grupos ambientalistas e uma acerto na contra partida
1627 do município e do empreendedor, com relação a destinação de recursos para fins
1628 ambientais e algo que fosse mais sustentável continuado dentro da comunidade.
1629 Quanto a realização de benfeitorias, a grande bem feitoria citada por todo mundo ali,
1630 no entorno é a melhoria nas estradas, a acesso ao município, isso por parte de todos
1631 né. Acho que assim, acima de todo mal que pudesse provocar ou não a população
1632 ficou muito satisfeita com o fato de melhoria nas estradas de acesso. Aqui houve a
1633 citação ali de que um empreendedor iria construir uma escola na comunidade de
1634 parque Bulgagal, isso aparece tá nos momentos de relatoria de reunião em alguma
1635 propriamente dito não consta esta ação tá, durante as reuniões que eu participei em
1636 ata consta que isso foi uma negociação a parte fora do PAS o recurso que o
1637 empreendedor haveria de passar para a prefeitura essas formação de multiplicação
1638 ambiental, mais que não, constava como meta do PAS, propriamente dito na
1639 negociação de terras como já foi dito, três propriedades áreas mínimas dessas três
1640 propriedades, áreas pequenas dessas três propriedades mais enfim as negociações
1641 foram tranquilas e já foram encerradas desde a visita de Rosa já estava indicado.
1642 Passe a como ações e como programas, comunicação social e articulação institucional
1643 o que foi previsto e realizado em visitas domiciliares, consideramos vinte e sete
1644 moradores do entorno do empreendimento como indiretamente atingidos. Eh houve
1645 aproveitamento de linha de obra local né número de sessenta e cinco mais de
1646 cinquenta e seis pessoas, houve atendimento social através do escritório que foi
1647 montado na cidade de Bueno Brandão e esse grupo tentou realizar ações envolvendo
1648 a secretaria municipal de saúde e a secretaria de educação e também o CRAS. Eh,
1649 negociação de terras já passou tá e quanto à segurança comunitária o que a gente
1650 pode ver os conselheiros indicados foi implantação de placas e no acesso da PCH
1651 (pode passar). Atividades houve realização de uma oficina, essa oficina de geração de
1652 renda teve como tema eletrificação rural é um dos pontos que a assistente social do
1653 empreendedor coloca, o pessoal coloca que houve dificuldade na imobilização,
1654 tiveram dificuldade de identificar uma demanda especifica por parte das mulheres e do
1655 grupo indiretamente envolvido por capacitação e geração de renda, o que eles
1656 identificaram foi essa demanda por essa eletrificação rural alguns participaram,
1657 homens e dois desses estão empregados hoje na CGH. Houve também uma atividade

1658 voltada para a saúde na mobilização devendo as mulheres o que o empreendedor
1659 identificou foi à demanda por testes preventivos, por exames preventivos eles fizeram
1660 toda uma articulação em favor da secretaria de saúde fizeram essa ação pontual. São
1661 difíceis as visitas domiciliares eh dentro desse entorno do empreendimento e a
1662 implantação de placas que já foi colocado. Quanto ao projeto de negociação de terras
1663 e bem feitorias, três estabelecimentos na área de influência eh no diagnóstico das três
1664 propriedades constou que apenas uma família envolvida na área de inserção do
1665 empreendimento, então as atividades desenvolvidas no local de todas né, pecuária de
1666 leite, agricultura de subsistência e lavoura de café e o uso da água de rio para animal.
1667 As rendas das famílias provêm basicamente do trabalho desenvolvido na pequena
1668 propriedade mais como complementação também de bolsas famílias. As crianças tem
1669 idade escolar de idade escolar morando nas propriedades e parte da população
1670 passou como local de referência para compras e atendimento médico as cidades
1671 vizinhas e cidade de São Paulo devido à má conservação das estradas que levam ao
1672 município sede é o quadro que eles acreditam que muda agora com a implantação da
1673 CGH. Aqui eu faço uma descrição de cada uma das propriedades, mas eu acho que
1674 não vem ao caso né, do relatório de viagem de Rosa né eh, ela apresenta também os
1675 documentos anexos ne, conteúdo resumido das reuniões, o conteúdo resumido das
1676 propriedades atingidas ela foi nas propriedades e fez um diagnóstico com um
1677 questionário orientativo esta junto e tem um detalhamento das entrevistas em anexo
1678 (passa). O parecer técnico é de que no plano de assistência social foram revistos a
1679 comunicação social articulação institucional foi comprovado tanto pelos os moradores
1680 nas visitas técnicas quanto nas reuniões com os conselheiros. Projeto de negociação
1681 de terras e bem feitorias também foi bem sucedido o aproveitamento da mão de obra
1682 local que não foi o volume total indicado mais aproximadamente né processo de
1683 educação ambiental segurança e trabalho de duas mobilizações para palestras e as
1684 placas de estradas e o atendimento social feito em parceria aproximando do pessoal
1685 do conselho municipal do CRAS eh que é o que se pede continuidade no parecer final
1686 de Rosa do conselho, então o parecer técnico propriamente dito, conforme análise dos
1687 documentos, as visitas né as propostas elaboradas CGH Limoeiro foram atendidas
1688 quais sejam programas de comunicação social, programa de mobilização
1689 desmobilização de mão-de-obra a negociação das terras e bem feitorias e a instalação
1690 do posto de atendimento social (pode passar) então o parecer técnico final pesa
1691 comprovação de implementação de passes pelo CEAS, conselho municipal de
1692 assistência social de Bueno Brandão, sugeriu que este continue em seis meses para
1693 acompanhar os possíveis impactos nas comunidades após o início desta geração de

1694 energia, ainda foi sugerido pelos conselheiros municipais que assistência social em
1695 parceria com o CRAS de Bueno Brandão realize pesquise ao entorno dos moradores
1696 do empreendimento para conhecer novos interesses da região após o início de
1697 geração de energia e planejar outras oficinas de geração de renda. Bom, minha
1698 relatoria após diligência seja favorável, parecer técnico elaborado pela Rosa e reforço
1699 apresentação por parte do conselho municipal e dando continuidade das propostas pro
1700 PAS. Eh aí apresento em seguida, passa ai Rosa, algumas fotos né que a gente tirou
1701 na visita do empreendimento, esse é o empreendimento, se o pessoal ligado a área de
1702 turismo, tive a oportunidade de um lado desse rio a gente esta em minas Bueno
1703 Brandão do lado de lá a gente já esta em São Paulo Socorro que aproveita muito mais
1704 desse recurso hídrico em termos de turismo né, e um dos argumentos que envia era
1705 de que essa era a cocheira mais bonita e mais visitada da região né, mais isso foi e
1706 houve um processo de aceitação né, teve essa etapa de revolta do município né, e
1707 houve uma negociação há esse respeito né, ah encima disse a teve desvantagem de
1708 um técnico que acompanhou ne, estranho que grande área que era utilizada, área de
1709 APP que era utilizada como pastagem, eles estão providenciando reflorestamento
1710 desta área, isso ai vai ficar como ponto turístico e aberto em visitação enfim, alguns
1711 moradores até acreditam que agora com intervenção da PCH, principalmente que
1712 houve melhoria nas entradas eles vão poder aproveitar mais esse potencial, eles vão
1713 estar mais ganhando do que perdendo mesmo em termos de potencial turístico.
1714 (Passe ai Rosa). Aí vai falar assim que não muda nada, muda sim né e esse muro de
1715 pedra que tiveram que fazer para uma contenção na época de cheia das águas, aqui
1716 foi uma concertação que eles precisaram fazer também a um corredor, porque ainda
1717 passa debaixo desse corredor e que ainda esta cercado passa alguns dutos da
1718 geração de energia e aqui era uma área de pastagem não diretamente atingidos ne,
1719 como ele vendeu parte de sua propriedade vai ser diretamente atingido, ele não
1720 precisava dessa proteção para o gado se acertação for feita sem problemas. A historia
1721 do corredor e a historia das plaquinhas né gente, ai só pra comprovar foi feito as
1722 plaquinhas e foram colocadas e ai uma obra né que também foi na acertação com a
1723 com os grupos que ficam abaixo do rio, aqui da o extravasamento da água que da o
1724 muro da represa que esta lá e cá e um dos acertos que ficou foi que na época de
1725 redistribuição hídrica é eles vão liberar a passagem de água por um período de doze
1726 meses porque se não atrapalha um volume de água das cachoeiras das pousadas e
1727 dos monumentos turísticos que ficam abaixo, ai é a estrada que eles falam que esta
1728 ótimo, maravilhosa que eles falam que antes ninguém passavam e eu tirei umas fotos
1729 só para mostrar quer dizer com chuva não passa ali não o trem e ruim mesmo, o

1730 negocio e bravo mesmo é mas dizem assim estar maravilhoso, todo mundo estar
1731 super feliz com essa condição de acesso agora que foi providenciado ne, perguntei
1732 para um empreendedor dando continuidade de qual é a intenção desta estrada, eles
1733 dizem que a manutenção das estradas vem dando caída e saída de funcionários e a
1734 tendência e de que você entende de alguma forma, bom é. (Passa Rosa). Essa é um
1735 dos pontos que me chamou atenção pra ir a diligência que foi apontado para
1736 continuidade das ações do PAS, foi a dificuldade de edificação nesses municípios de
1737 grupos organizados, tem município que vive da agricultura né vive do café, da batata e
1738 eles não tem um sindicato não tem uma associação um grupo organizado de
1739 referência para esse tipo de mobilização né, então houve um processo diferenciado.
1740 Agora um grupo que a gente identifica é uma igreja e no lado dessa igreja ale é onde
1741 foi feito o curso de eletrificação, e aproveitaram para reforma se caso a casa onde eles
1742 fazem as festas onde eles fazem seus eventos né, tomou-se um amadurecimento
1743 durante o processo e na reunião ficou indicado, quer dizer eles começam a identificar
1744 agora, já existe um grupo que se reúne todo mês e aí a gente foi conversar até com o
1745 padre, são cinquenta e três famílias ne que estão envolvidos nessa região e que
1746 merecem um atendimento e deveria ter sim um pautados nessas mobilizações, mais
1747 foi um processo ne foi demorado esse processo de identificar qual é o grupo
1748 diretamente e indiretamente envolvido. Ai é só para mostrar as características do
1749 entorno né, então o pessoal vive sem, que agricultura familiar, fortes agricultores
1750 familiar, gado. Plantio, eu lembro que eu fui em um empreendedor ai ele falou que o
1751 problema que a gente passava aqui e não vê gente não vê gente, ai falei moço você
1752 não vê gente mas se você vê terra plantada, vaca gorda se você vê igreja então gente
1753 trabalhando tem, e a que ter uma imobilização lá, então assim a gente acredita que a
1754 continuidade propicia trabalho interessante na região e a região tem demanda ne, ai
1755 vaca, galo e isso área linda região é linda maravilhosa, muito plantio muita água e
1756 muita gente, ai uma das visitas que eu fiz foi no CRAS e ai lá eu tive uma
1757 oportunidade, de ver primeiro, olha ai a cachoeira do limoeiro esta aqui tá e o CRAS
1758 fica nesta região, ai nessa região aqui é, e esse CRAS, atende um número absurdo de
1759 famílias, quer dizer o CRAS esta aqui e a CGH esta aqui, e ela atende esse universo
1760 todo e a realidade da área rural, ai justifica a dificuldade do empreendedor na
1761 mobilização e identificação dos indiretamente atingidos porque é um espaço
1762 geográfico realmente muito grande ai o prédio de CRAS que esta essa energia e esta
1763 num processo de comunicação interessante com a assistente social do empreendedor
1764 ai uma coisa também ne é o que a gente falou, processo de capacitação e mobilização
1765 não conseguiu chegar na questão de melhorias no que eles tem de mais forte e

1766 geração de renda que é a agricultura familiar ne eles não conseguiram chegar neste
1767 ponto ainda e também não conseguiram nesse ponte ne que Bueno Brandão é uma
1768 cidade tida como fortes características turísticas num lugar histórico tal, mas eles
1769 realmente não tem nenhum grupo em nenhum processo de formação que se apropria
1770 nesse sentido, aqui é o outro lado então você esta no rio aqui pertinho você tem a
1771 construção da barragem a descida do rio do lado de lá São Paulo é o grande
1772 empreendedor que tem a casa dos sonhos (como que chama Rosa?) paraíso do
1773 sonhos é um complexo é maravilhoso, fica bem assim o rio esta aqui do lado de lá é a
1774 outra face da moeda (vai) em termo de geração de renda né ali eles estão fazendo
1775 (pode passar Rosa), aí, esse é o hotelzinho, a tirolesa sai daqui de onde eu tirei a foto,
1776 e desce pra lá ne Rosa tive coragem ne, isso assim ele me mostra assim que existe
1777 uma realidade de aproveitamento (vai lá Rosa), hotelzinho quem quiser, dois mil e
1778 quinhentos natal, aqui outra coisa que me chamou a atenção a comercialização dos
1779 agricultores e ai inclui os indiretamente atingidos por essa ne, eles não tem assistência
1780 de abaterria, eles não tem mais o sindicato, eles pagam assistência técnica para o
1781 veterinário do município vizinho para vim dar assistência técnica e para comercializar,
1782 eles tem começado a batata que é o forte e outros, eles tem esse ponto de pré
1783 beneficiamento vamos dizer assim no lugar você pode levar a batata para lavar tudo o
1784 que vai ai já esta vendido, mas também não é do município, é particular ne então é
1785 uma prova saber bacana, mais assim é o que eles tem ne, então assim por isso que o
1786 CRAS coloca ne o conselho municipal coloca e o próprio empreendedor coloca que
1787 realmente seria interessante a continuidade com esse indicativo já trabalhar aquelas
1788 comunidades que foram percebidas com o CRAS voltada talvez por uma organização
1789 do grupos nesse sentido agrícola agropecuária é essa é a infra do cara lá, aqui o
1790 indicativo juntando duas daquelas regiõezinhas lá pintadinhas de vermelho ne no
1791 entorno da CGH a gente tem a indicação do CRAS mais de cento e dezesseis famílias
1792 atendidas, esses grupos que vão ter. E ai para fechar o meu ultimo dia foi quando a
1793 gente foi conversar com o padre ele fez uma missa lá de madrugada, eu achei a foto
1794 bonita e trouxe para fechar a apresentação. E é isso, abre para perguntas, meu
1795 parecer foi favorável, tanto né quanto ao cumprimento das propostas do PAS, quanto
1796 reforçando a necessidade de continuidade das ações por mais seis meses por conta
1797 das especificidades relacionadas com o processo de mobilização, e a cultura local né
1798 essa coisa pulverizada e solta que a gente percebeu, e é só, obrigado. PRESIDENTE -
1799 Obrigado Adriana! Boa apresentação por ser a primeira vez, seja bem vinda à mesa
1800 nos vamos dar mais processos para você relatar. Aplausos. Está aberto aos
1801 conselheiros. Perguntas, questionamentos, indagações, algum não? Não? Conselheiro

1802 Mauro depois conselheira Cris. MAURO - É eu só quero mesmo lógico que indagar e
1803 parabenizar Adriana, Fabiana é do movimento também Quilombola né Adriana? E
1804 dizer o seguinte é quando a gente tem apresentação dessa a gente pode perceber que
1805 até os cursos da agricultura familiar ainda é necessário à gente é poder estar fazendo
1806 como às vezes a gente tem curso lá, mas não é a realidade, são uns cursos indústrias,
1807 mais não é a nossa realidade, e o que a gente pode fazer para que a gente possa
1808 fortalecer realmente é a agricultura familiar e aquilo que a gente já está fazendo e
1809 dando opção da juventude que está lá, mulheres entre outros de permanecer no
1810 campo com dignidade, com educação né voltada para quem ne então assim a gente
1811 percebe que ainda falta muito essa extensão é rural de fortalecimento e de política
1812 para que, mais eu estou ficando alegre em cada discussões que a gente está vendo
1813 já estou começando a e da visibilidade a lá quando eu recebi no e-mail ne no
1814 diagnóstico que trás a questão da população rural ne que tem o retrato também das
1815 pessoas de extrema pobreza lá no campo significa que alguém está pontuando esta
1816 tendo este olhar e que nos estamos avançando é isso. PRESIDENTE - Conselheira
1817 Cristiane. CRISTIANE - É parabenizar a Adriana pela apresentação e na verdade é né
1818 do duvida em relação à relatoria porque ela foi muito clara, mais é nesse processo que
1819 a gente está agora de discussão é da nossa regulamentação em termos de PAS né
1820 (de PAS) na apresentação dela me veio uma questão eu gostaria de compartilhar com
1821 os conselheiros é (desse) dessa, desse plano de assistência social como que a gente
1822 ainda precisa aprofundar a questão do plano, do plano em se, e aí durante a fala da
1823 Adriana, (Adriana eu estou falando seu nome certo né? Adriana) me veio uma questão
1824 que é uma ação de assistência social que está prevista na resolução vinte e sete que
1825 é o assessoramento e a defesa de direitos né, e eu fiquei aqui pensando que na
1826 verdade nos deveríamos fazer com que isso constasse de uma forma mais afetiva nos
1827 planos de assistência social dos empreendimentos, essa ação de assessoramento e
1828 defesa de direito que devem ser feitas ne dentro do plano porque um aspecto que ele
1829 ressalta é exatamente isso ne você chegou num ponto aí (não tem na) pela sua
1830 análise, não tem naquele espaço ninguém que contribua com esse processo (é) de
1831 assessoramento de defesa de direito do mobilização de organização (é) do grupo e
1832 claro ne deveria esta previsto em outros planos, talvez de poder público ne local mais
1833 como não está e nos ne com nesse processo de empreendimento, identificamos, isso
1834 talvez seja uma dica nesse processo de adequação da regulamentação dos planos a
1835 gente fazer contar de uma maneira mais cara essa questão do assessoramento da
1836 defesa de direitos é só o que me veio enquanto você apresentava tá?! Obrigada!
1837 NÍVIA - Eu quero começar a parabenizando a Adriana tá, não pareceu que você é

1838 caloura em relatoria, eu vou confessar que eu já fiz duas relatorias não tive segurança
1839 e a clareza que você teve tá obrigada continue participando né, assumindo seu papel
1840 de titular mas que também traga sua suplente Maria de Lourdes que também é muito
1841 qualificada, contribui muito com esse colegiado e que a gente é governamental gente
1842 mais a gente não tem uma relação direta lá na secretaria ne a gente fica muito distante
1843 fisicamente, e, seja muito bem vinda, tá, continue assim. É eu tive algumas dúvidas,
1844 assim eu queria só mesmo esclarecimento para algumas questões que você pontuou
1845 no seu relatório. Primeiro eu não peguei se a empresa é a primeira vez que ela esta
1846 trabalhado com empreendimento em Minas Gerais? Com construção de barragem? É
1847 Hy Brazil Rosa? Ah tá então eu não entendi errado o nome da empresa é a Hy Brazil
1848 já responde, é segundo você falou em uma parte ai do relatório, que são vinte e sete
1849 moradores próximos à represa, né próximo a CGH, são vinte e sete moradores ou
1850 famílias? Vinte e sete famílias? ADRIANA - A assistente social né, a gente social não,
1851 é a assistente social do empreendimento ela teve muita dificuldade em identificar
1852 esses indiretamente né esses indiretamente atingidos e aí ela a começou a percorrer a
1853 visitas domiciliares, vinte e sete propriedades, foram vinte e sete
1854 visitas domiciliares. NÍVIA - Então são vinte e sete famílias? Vinte e sete grupos
1855 distintos, domicílios, indiretamente atingidos, que eles identificaram a principio como
1856 indiretamente atingidos é e esse vai ser o público? ADRIANA - Não aí é que está, não
1857 a ideia é a ampliação né então assim eu estou processos, nessas vinte e sete famílias
1858 é que eles tiveram esta dificuldade de identificar uma demanda clara que eles
1859 pudessem uma oportunidade clara que eles pudessem fortalecer como geração de
1860 renda entendeu Nívia? E aí nessa busca né, e no processo no correr do processo
1861 outra coisa que eles tiveram né que a gente tem que considerar a questão de muita
1862 chuva com a situação das estradas, então no inicio agora que esta construído, as
1863 estradas estão ótima, maravilhosas, então você imagina o que foi antes ne então teve
1864 eventos que eles tentaram organizar que foram até cancelados por esta razão, mais
1865 foi outro fator que dificultou sim a identificação e mobilização, então as ações foram
1866 mobilizadas com esse vinte e sete grupos mas eles perceberam que foi uma coisa ne
1867 fragilizada por "N" razões por especificidade, e agora a ideia é ampliar para aquelas
1868 regiões que são atendidas quer dizer eles vão entender (a ideia elaborada junto com o
1869 conselho municipal ne Rosa?) a ideia elaborada junto com o conselho municipal e com
1870 o CRAS é entender e utilizar a divisão geográfica dos grupos identificados no CRAS
1871 né, (então eles vão) a ideia é pegar três desses grupos três desses grupos seriam
1872 atendidos eles levantaram os grupos por proximidade e carência eles fizeram um
1873 cruzamento proximidade e carência, proximidade que nem sempre e tão próxima ne,

1874 mais são pessoas que tem referência com o local eu acho que o entendimento é esse,
1875 se esse grupos em termos de atendimento todos eles apesar da distância eles são
1876 atendidos naquele CRAS que fica tão perto da PCH, eles frequentam aquela igreja
1877 que está ali tão perto da PCH, então assim eles estão longe mesmo porque estão
1878 longe porque é área rural e esta tudo espaçado né, mais são entendidos como
1879 diretamente atingidos porque pertencem aquela região, tá?! NÍVIA - Então em função
1880 dessa extensão territorial deste distanciamento né, das moradias, das propriedades eu
1881 fiquei pensando como é um número tão grande de famílias né o que torna grande é
1882 pela extensão territorial torna grande a área de atuação desses técnicos da área social
1883 que esta sendo proposto aí para o atendimento por mais seis meses, então aí eu fico é
1884 pensando se não seria mais eficaz que tivesse uma equipe itinerante, assim como o
1885 CRAS volante porque se as pessoas tem dificuldade pelo distanciamento de ir até o
1886 CRAS de ir até a comunidade de referência, se não seria mais eficiente que essa
1887 equipe, essa equipe que esta sendo proposta aí para dar continuidade por mais seis
1888 meses ao atendimento social, se não seria ela que deveria estar é, indo até as
1889 localidades para fazer um trabalho itinerante de mobilização, de qualificação, de
1890 geração de renda porque é esta a proposta né do posto de atendimento social. Então,
1891 essa é a minha. É uma proposta que eu faço, caso esta plenária considere pertinente
1892 à manutenção por mais seis meses de assistência social, de atendimento social? Eu
1893 queria saber a opinião da Rosa que é a técnica que esteve mais. ROBERTA - Eu
1894 queria fazer a minha fala que esta em cima do que a Nívia esta colocando, que ai
1895 depois a gente podia fazer as colocações e as duas, a relatora podia fechar porque
1896 senão a gente vai no embalo de um pouco individual, pode ser? É eu queria chamar a
1897 atenção de duas coisas, primeiro nos temos que lembrar que isso aqui é de licença de
1898 operação não é de instalação, então o PAS já foi feito com a propostas para atingidos
1899 ne, e foi cumprido, pelo o que a relatora colocou, e ai eu queria que a gente refletisse
1900 duas coisas que me parece preocupante e um pouco acima da fala que o Marcelo
1901 colocou, eu acho que esta passando da hora desse conselho pensar em pautar
1902 proassische em cima desse conselho, porque a gente confundi, nos vamos
1903 misturando as coisas, parece que nos estamos deliberando as coisas em cima desse
1904 PAS e me parece que a gente esta confundindo um pouco o que é papel de política
1905 pública e o que é papel de empreendedor, e eu estou pensando nisso quando tem
1906 aqui uma proposta do CRAS fazer pesquisa junto com assistente social do
1907 empreendedor e olha a forma como esta escrito para ver, para conhecer novos
1908 interesses da região isso nos estamos aprovando aqui, então esta aberto uma
1909 pesquisa para novos interesses em seis meses o que esta sendo proposto é que fique

1910 o posto por mais seis meses, faça pesquisa entendendo dentro do que ela mostrou e
1911 mostrou muito claro uma região enorme geograficamente para ser trabalhada ne do
1912 ponto de vista de moradores e esse número de moradores é trabalho indireto ne não
1913 é trabalho direto então os atingidos é com perspectiva indireta porque não é direta,
1914 porque o direto foi atendido no PAS e ai a proposta é que nos estamos aprovando
1915 dizendo dele cumprir o prazo, mais ele vai ficar mais seis meses, ainda propondo que
1916 seja feita essa pesquisa do CRAS para poder ver outros interesses ne para (poder
1917 coisa) ai nos vamos deparar daqui um tempo gente nesse conselho com algumas
1918 denúncias de que não atendeu esses interesses que foram pesquisados porque é
1919 isso que acontece, ai levanta pesquisa ne, pesquisa de interesse, ai vai perguntar os
1920 municípios, os moradores, (parará), ai diz os interesses nossos são esses, então
1921 pressupõe que alguém vai ter que fazer, é empreendedor, é política pública que vai
1922 fazer? A gente precisa entender isso claro que nos estamos votando porque se não La
1923 na frente vai entender exatamente, é assim que começa os rumos dos conflitos e do
1924 cumprimento ou não daquilo que nos aprovamos, então a gente precisa ter claro essas
1925 questões assim, cumpriu o PAS? ok, vai ficar por mais seis meses para o que? Ela
1926 esta propondo que seja feita uma mobilização para outras questões como a população
1927 de zona rural que são atingidos indiretos não é isso? Agora eu acho que precisa ter
1928 mais claro qual que é a proposta de trabalho de seis meses, sob pena de daqui um
1929 ano nos estamos recebendo questões que diz assim olha aqui, levantamos interesse
1930 não foram atendidos ai passa a ser denúncia como é que nos ficamos, nos vamos
1931 entrar no emaranhado que a gente não percebe, porque é assim que a gente vai é
1932 deliberando, deliberando aquilo e com palavras gente que são muito perigosas, são
1933 armadilhas das pesquisas de interesses, uai, pesquisas de interesses é muito amplo,
1934 uai você vai levantar duzentas e noventa e nove expectativas, porque não são
1935 pesquisas de interesse, entendeu? Independente de quem vai fazer essa pesquisa
1936 você vai levantar um real de desejos, de sonhos que ai amanhã nós estamos com isso
1937 aqui, e o que fazer? Então assim eu acho eu precisa ser bem compreendido isso que
1938 a gente esta propondo é a mim ficou muito claro de que do ponto de vista do plano foi
1939 cumprido, agora precisa do PAS lá por mais seis meses, a gente precisa clarear qual
1940 é a proposta desse PAS para seis meses porque para mim não esta claro e assim e o
1941 risco da gente aprovar algo subjetivo, bastante subjetivo e que nos estamos mexendo
1942 com pessoas, pessoas de zona rural e que a gente esta lá tentando fazer alguma
1943 coisa em nome de empreendimento. MARCELO - Esse parecer técnico é o parecer da
1944 técnica Rosalice e essas propostas que estão apresentadas ali foi proposta é, foi um
1945 parecer técnico em cima das demandas que houveram lá no plano de assistência

1946 social, isso é o que esta sendo apresentado? Por isso que estou fazendo esta
1947 pergunta? Porque que eu digo isso: Porque da forma que esta transcrito ali, tá?! É,
1948 após a comprovação das implementações do PAS, ou seja, é do plano de assistência
1949 social ou é do posto de atendimento social? Então é... eu acho que a gente poderia
1950 clarear isso, as ações são ações do posto e as ações do plano de assistência social.
1951 Não, não estou dizendo do primeiro parágrafo, porque se for as ações do posto de
1952 atendimento (não olha no primeiro lá), após a comprovação das implementações das
1953 ações do PAS eu entendo que é do plano e não do posto né, e as ações são do posto,
1954 é então após a comprovação da complementação das ações do PAS, ou seja, do
1955 plano de assistência social pelo CEAS, quer dizer o CEAS quem vai comprovar de fato
1956 ne a implementação, o conselho municipal Bueno Brandão sugeriu que este continue
1957 por mais seis meses, este quem? O conselho o PAS ou o posto? É, então, faz favor.
1958 ROSALICE - Primeiro é a sigla PAS é para o plano de assistência social, nos não
1959 utilizamos PAS para posto tá, é aqui né a conselheira pegou trechos né, mais aqui
1960 depois da comprovação do CEAS que o PAS foi implementado nos estamos sugerindo
1961 que o posto ficasse em funcionamento em seis meses tá, isso foi uma sugestão do
1962 conselho municipal de assistência social para ampliar algumas ações e nas
1963 comunidades no entorno do empreendimento, visto que a comunidade de boqueirão. É
1964 esqueci o nome da comunidade. Eles se realizaram uma atividade que aquela oficina
1965 de eletricidade e eles sugeriram que levasse outras atividades para outras
1966 comunidades, visto que lá na comunidade as mulheres não quiseram realizar
1967 nenhuma oficina, já não só o de eletricidade assim dando uma melhoria para as outras
1968 comunidades que estão em torno do empreendimento, é só um ganho social que eles
1969 queriam mesmo. Sobre a questão da Nívia, quando ela fala do trabalho itinerante ah
1970 geralmente Nívia a equipe do posto de atendimento social ela tem que fazer esse
1971 trabalho já mesmo itinerante lá eles não ficam é no posto, eles fazem esse trabalho de
1972 mobilização com visitas, é quando tem um número maior de residências próximas eles
1973 fazem esse trabalho nesses núcleos né, então já o trabalho do posto é itinerante.
1974 MARCELO - É eu só quero terminar minha fala, dizendo o seguinte, olha é essa
1975 semana eu sentei com o ex- conselheiro estadual que foi presidente do conselho
1976 estadual o Fernando Aranhas não sei se vocês o conheceram e ele hoje é referência
1977 nessa questão ai de implementação de planos assistencial de usinas hidrelétricas, e
1978 ele me dizia da importância que é a continuidade dos trabalhos dos postos de
1979 atendimento social, porque é na visão dele enquanto empreendedor ne, esses planos
1980 assistencial muitas das vezes conseguem sanar situações que após a implantação do
1981 PAS, e situações novas inclusive que surgem e que esse posto ele tem essa

1982 perspicácia de poder continuar nessas ações, ele inclusive é muito importante quando
1983 a gente for fazer a nossa revisão a gente possa até contemplar isso mas aí eu até
1984 dizia pra ele, nem todos os casos é necessário essa situação né mas para alguns
1985 casos sim entende que é importante, lógico que cada caso é um caso né, e aí tem que
1986 analisar essa situação que foi colocada . ADRIANA - Essa aqui é essa coisa de
1987 apresentação tópicos a gente tem que falar e não se perder mais assim né o que ficou
1988 claro pra mim que ficou lendo o parecer da Rosa, quando na reunião e nas visitas foi o
1989 seguinte, o que houve na verdade foi um amadurecimento por parte deles no processo
1990 de intervenção de indicação dos atingidos entendeu, o processo passou por
1991 particularidades e de dificuldades, essas que a gente colocou, eu mesma tem uma
1992 convivência de campo enorme, eu nunca tinha visto um grupo de agricultura familiar
1993 tão desarticulado nesse sentido, é realmente eles passaram por um processo difícil né
1994 pra mobilização que tal propôs, e eu senti assim que existe uma proposta Roberto e
1995 que eles apresentaram proposta, tanto que assim que não ficou claro que me motivou
1996 aí, que realmente eu li e não identificaram quem que era esses indiretamente né, e o
1997 que aconteceu foi que eles foram perceber quem era esses indiretamente no
1998 processo, e agora com melhoria das estradas eles começaram a ter acesso lá, e
1999 houve uma aproximação entre o empreendedor em termo de assistente social com o
2000 conselho municipal de assistência social o entendimento comum, tranquilo de que
2001 existem sim demandas de geração de renda muito clara e objetivas, voltadas para
2002 agricultura daí eles colocam ne que a questão voltada para as questões dos gados
2003 questões do café e tal, e eles entendem que a possibilidade desse foco mais claro que
2004 se então daí quais as comunidades serão os grupos né os bairro. Não sei como eles
2005 chamam né. E que eles estariam envolvidos numa proposta que seria de
2006 fortalecimento destes grupos para acessar assistência técnica e melhorias em termos
2007 de produção né, isso ficou muito claro assim quanto no relato quanto na reunião,
2008 entendi assim, não é uma coisa que assim nos queremos o PAS para continuar, alias
2009 muito pelo contrário a gente vinha vagando aí tentando e foi difícil e tal, e a gente
2010 precisa desses seis meses a mais. ANA PAULA - Na realidade eu queria trazer em
2011 cima dessa fala do Marcelo, eu queria trazer uma questão aqui pra gente refletir um
2012 pouco em relação à extensão de prazo de continuidade dos postos de assistência
2013 social e não só em relação ao empreendimento né aqui de Bueno Brandão é se para a
2014 gente, e acho que a gente tem que se refletir até que ponto que nos acabamos de ver
2015 de passar por um processo é da mistura da ação do poder público e poder privado
2016 então eu acho que a gente deve ter um cuidado ate que ponto esta tribuna ate que
2017 posto que é do poder público, neste caso no campo da assistente social em função de

2018 CRAS e se tem um CRAS para cobrir uma vasta área geográfica é problema do poder
2019 público que eu acho que a gente tem que discutir, não que o município tem que
2020 discutir, pela área de abrangência lida mais que coberta, lida mais que cinco mil
2021 famílias ai na referência ne, eu acho que a gente tem que trabalhar é ate que ponto é
2022 nos aqui do conselho tem que discutir isso e reforçar o papel do poder público e uma
2023 discussão atrelada ao município lá da região é eu fico muito preocupada com essa
2024 questão porque nos não temos um indicadores para avaliar, é o caso a caso de mais
2025 seis meses mais um ano mais dez meses mais três meses pelo posto e todas as
2026 funções ate então eu tenho visto relatados no posto de assistente social, claro
2027 guardadas as atribuições que são especificas do PAS, e isso em funções do CRAS, e
2028 que o CRAS vem cobrindo e acompanhando dès do inicio do posto ne, porque essa é
2029 a função dele quanto política pública, então é uma questão que a gente tem que
2030 discutir melhor em relação aos empreendimentos aí. VOLNEY - Quando você disse,
2031 falta lideranças, organização dos sindicatos ou até mesmo uma associação ne, nesse
2032 encontro seu com o padre lá pela madrugada ne, qual é a percepção dele ne como
2033 líder da região da percepção dela com relação ao empreendimento essa organização
2034 social do município você teve essa oportunidade de dialogar com ele? ADRIANA -
2035 Olha eu não fiz uma entrevista muito profunda com o padre não, mas questão do
2036 padre é a seguinte assim como a do CRAS, queria dizer que quando a gente fala de
2037 continuidade do POS eu uso o exemplo do território é e é atendido pelo CRAS eu vejo
2038 o PAS como um todo e particularmente Bueno Brandão uma fragilidade assim é muito
2039 aberto a identificação de indiretamente, quando você chega no município, foi o que eu
2040 falei você chega no municio e você depara com grupo de assistência sócia que esta
2041 com dificuldade de imobilização envolvendo um público que é agricultura familiar,
2042 minha indicação é cadê a cooperativa cadê o sindicato, grupos organizados e a igreja
2043 é um deles né, então eu fui mais no sentido de constatar o que o próprio conselho já
2044 havia dito junto com a assistente social, de que existiam sim ne um grupo maior
2045 indiretamente atingido naquela região, partiu por essa já que não existia essas
2046 associação, cooperativa e sindicato então qual vai ser o contorno qual vai ser o limite
2047 ne, então falei assim, foram indícios pertinentes da região, ele coloca exatamente isso,
2048 ele coloca o seguinte que realmente o histórico do sindicato, o sindicato acabou tendo
2049 pouco tempo ne e teve uma dificuldade, divergências políticas né, regionais né, mais
2050 ele coloca assim que a igreja trabalha com os representantes regionais naquela região
2051 que a CGH Limoeiro eles identificam quanto igreja cinquenta e três famílias entendeu?
2052 O CRAS imaginam um pouco mais, e o conselho municipal identifica, e pontua três
2053 grupos além desses cinquenta e três mais dois grupos que poderia ser atendidos, ao

2054 suprir essa área de abrangência CRAS, nos fomos até o CRAS conversar com o
2055 CRAS assim como com o padre foi como identificação de grupos de atendimento para
2056 tentar fazer um limite. ROBERTA - é eu só queria insistir um pouco nesse texto que a
2057 Ana Paula colocou e queria chamar atenção para a gente não misturar, e acho
2058 Adriana que qualquer município menor com essas mesma características que não tem
2059 empreendimento vai ver a mesma coisa, você vai ver a falta da organização de
2060 mobilização assim você vai ter um cenário que é muito comum em municípios que tem
2061 isso quer dizer em oitocentos e cinquenta três municípios você tem um cenário é de
2062 zona rural principalmente geograficamente como foi mostrado aqui, quer dizer a
2063 capacidade de mobilização é extremamente difícil mesmo é isso que você falou, você
2064 viu lá o quê que a igreja uma possibilidade, eu acho que são fatos, ok, beleza, acho
2065 que foi muito importante você ter identificado agora o que eu estou chamando a
2066 atenção é para a gente não misturar essa questões assim, isso é uma demanda para
2067 a política de assistência social, com EMATER, com secretaria estadual de agricultura
2068 familiar, que trabalha com esse olhar nesse foco para essa capacitação e em
2069 municípios que tem esse empreendimento pode ser somado essa potencialidade ok,
2070 agora o que nos não podemos nos temos que tomar cuidado e estou chamando
2071 atenção nesses pontos que foram colocados, se nos queremos que o posto fique ok,
2072 se ele vai ficar por mais seis meses é essa a perspectiva é de trabalhar uma
2073 mobilização para criar formação de liderança, gente ok, não tem problema nenhum,
2074 mais vamos precipitar isso, e com uma característica também assim de não entender
2075 que isso possa ter uma perspectiva quase que de uma diretriz como o Marcelo coloca
2076 assim ah nos temos que rever isso e é isso que a Ana Paula falou, porque quem paga
2077 esse posto em funcionamento é o empreendedor e do ponto de vista do
2078 empreendedor é a questão de fiscalização e de controle per passa por outro lado
2079 gente com outro olhar, porque este olhar mesmo da violação de quem esta burlando
2080 (de quem) é do controle social, é de grupos organizados sim agora temos que tomar
2081 cuidado para gente não achar que nos estamos fazendo é deliberando aqui, ok,
2082 vamos aprovar mais seis meses e depois a gente passa por uma avaliação de achar
2083 que seis meses não é o suficiente pautado e nem um indicador, porque a gente não
2084 tem esses indicadores para dizer, assim a então tá nos vamos dar os seis meses, ai
2085 foi lá viu que não tem, a gente vamos dar mais seis meses vamos, porque nos vão
2086 estar sempre voltando essas questões, então por isso é que temos que tomar muito
2087 cuidado pra gente talvez não misturar as coisas assim, se essa plenária entende que é
2088 importante mais seis meses, agora seis meses pautado em que porque já tem
2089 mapeado os grupos e é possível (é) fazer reuniões e ele esta com uma metodologia

2090 em que... eu entendi conforme seu óculos que você esta usando, eu estou chamando
2091 atenção só nesse aspecto para a gente poder não ter isso quase que como uma
2092 receita. NÍVIA - Eu fui contempladíssima na fala da Ana Paula e da Roberta, queria só
2093 complementar que a gente tem visto, é nos planos de assistência social, proposta de
2094 construção de CRAS, construção de escolas e é ai surgiu né Adriana, consta ai a
2095 proposta de construção de uma escola não entrou, mas foi cogitado. (Sim) Como a
2096 gente ta é presta a fazer uma análise para reformulação das nossas resoluções que
2097 define os critérios para os planos de assistência social, eu gostaria só de chamar
2098 atenção para que a gente deixa isso muito claro para que a gente não enverede ne
2099 este caminho de misturar ou trocar papeis e o que é política pública, construção de
2100 escola é poder público, construção de CRAS é poder público, trabalho de CRAS é
2101 poder público, para a gente não cair no exemplo que a gente acabou de ver aqui hoje
2102 e que nos constatamos na pratica na intermediação do conflito de candonga, houve
2103 um total desprezo do poder público para a comunidade de nova soberbo que deixou
2104 toda responsabilidade de política pública na mão do empreendimento, a questão da
2105 extensão dos quintais ficou claro pra gente, foi uma negociação pós as negociações
2106 iniciais do plano de assistência social e hoje a gente viu aqui falar assim cem mil reais
2107 de indenização para um quintal que surgiu ai depois de funcionamento de alguns
2108 meses de PAS, então eu queria só reforçar para a gente, nos já tivemos aqui
2109 exemplos claros ne dessas questões aqui, eu acho que a gente esta deixando ou
2110 imperceptivelmente encaminhando para uma certa confusão de papeis ne de poder
2111 público e empreendimento, a gente tem que deixar isso muito claro na nossa
2112 legislação. PRESIDENTE - Nós temos mais duas inscrições na fala do Marcelo e aí a
2113 gente encerra as inscrições. MARCELO - É com certeza não me entenderam na hora
2114 que eu disse sobre é a participação do posto de atendimento por mais um período,
2115 então com certeza não me fez entender nas falas que me intercederam, quando eu
2116 digo, é de haver um processo de extensão desses postos de atendimento é porque
2117 nos não temos mais os mesmo indicadores, porque se nos tivéssemos os indicadores
2118 nos saberíamos muito bem até onde iríamos e de que forma iríamos chegar como nós
2119 não temos indicadores e justamente por isso que nos temos que estudar caso a caso,
2120 no caso específico que esta sendo colocado aí, e como muito bem falado pelas
2121 pessoas que me intercederam ai as minhas conselheiras de fato não é papel do posto
2122 de atendimento trabalhar com situações que são de obrigações do poder público, mas
2123 situações em que a necessidade considerando que os aspectos que foram colocados
2124 no plano de assistência social e que devem ser observados pelo empreendedor,
2125 consequentemente eu acho que é importantíssimo que esse posto de atendimento

2126 continue o seu trabalho, lógico caso a caso tem em vista ausência de indicadores.
2127 Aproveitando a conselheira Roberta disse, é porque a conselheira e eu sempre
2128 falamos do conselho do Pró-assiste né que o Pró-assiste esta na lei e não foi
2129 implementado quando a conselheira Roberta disse aí da grande importância é de se
2130 implantar o Pró-assiste, de se pautar, não é? Penso conselheira Roberta que seria
2131 interessante nos criarmos ate um GT aqui no conselho estadual, com a participação
2132 dos conselheiros para a gente poder é poder verificar como a gente vai começar a
2133 fazer esse Pró-assiste e ai até com a ideia do nosso presidente de ter a indicação de
2134 um ou dois representante de cada organização. GERALDO - Conselheiro Márcio.
2135 ROBERTA - Quero acrescentar ao Pró-assiste aqui Sr. presidente, só um minuto até
2136 porque Marcelo é interessante isso que os estamos falando, o Pró-assiste ao visitar a
2137 Lei ele diz de empreendimento público, você esta entendendo que nos estamos
2138 tratando aqui de empreendimento privado, você esta entendendo que a gente precisa
2139 revisitar e ai eu acho que você tem toda razão. MÁRCIO - Boa Tarde a todos. A
2140 comissão de normas ela tem recebido né, eu nem sei se estaria atropelando um
2141 processo, a solicitação de processo de empreendimento que já houve manifestação e
2142 aprovação de licença de operação por parte desse conselho, de uma emissão de
2143 uma declaração para fechamento de posto de atendimento ne, passado prazo
2144 estabelecido nas próprias resoluções, um dos caminhos que é a comissão de normas
2145 sempre percorreu e sempre esta percorrendo, é solicitar um parecer favorável do
2146 próprio conselho municipal local para que a gente posa ter baseado nesse relato do
2147 conselho municipal, da o seguimento e dar por encerrado e referendar o fechamento
2148 do posto de atendimento. Acho que a necessidade da gente criar os indicadores para
2149 fazer esse monitoramento já é uma pauta antiga e a gente construir esse objeto de
2150 monitoramento nas ações dos postos de atendimento. Então também é umas ações
2151 que a gente talvez levar para o GT que vai tratar da releitura da legislação do PAS,
2152 para que a gente pode estar inserindo outros elementos nas nossas resoluções, e em
2153 relação ao parecer que está colocado ali, uma leitura deste conselheiro não sei ela é
2154 equivocada, não há uma possibilidade de entendimento que existe condicionante
2155 naquele segundo parágrafo relatado uma vez que se não for realizado a pesquisa,
2156 abre um precedente de discussão posterior e se for correto minha leitura de uma
2157 condicionante não podemos fazer essa aprovação desse sentido, então é mesmo uma
2158 questão de esclarecimento, essa minha leitura é correta, porque ai esta, ainda que foi
2159 escolhida os conselhos municipais, que assistente social foi junto com o CRAS Bueno
2160 Brandão realiza pesquisa entre os moradores, realiza operação futura, então a gente
2161 esta provando que tem uma pendência futura que vai ser realizada, é isso pode ou

2162 não ser realizada como uma condicionante? PRESIDENTE - Estou entendendo aqui
2163 que nos temos duas situações, primeiro a comissão de normas esta debruçada sobre
2164 a revisão das normas, com alteração do calendário, pensa que fevereiro nos vão ter
2165 duas plenárias uma no inicio e outra no final num é isso? Aí pergunta? E também
2166 estou entendendo que foi sugerido e acatado a formação de comissão para trabalhar a
2167 questão do Pró-assiste, penso eu que essa comissão deve ser interna, mas não tão
2168 somente interna acho que a SEDESE deve participar disso talvez como uma
2169 musculatura maior. Posso te ouvir Roberta nesse quesito? ROBERTA - Não tenho
2170 dúvida disso não entendeu, até porque é ele envolve para além da discussão de toda
2171 essa experiência que a gente tem, e que veio com Condonga, ela envolve questão
2172 jurídica, e que a gente vai precisar conhecer a lei do jeito que ela esta pautada e que
2173 nos estamos falando, no meu entendimento tem um equivoco ai, nos falamos de uma
2174 coisa a lei fala de outra né, quando a gente fala de Pró-assiste aí o tempo inteiro que o
2175 Pró-assiste foi pautado aqui , então a minha sugestão e a gente criar essa comissão e
2176 adoçar essa comissão que esta discutindo normas de PCH como um todo.
2177 PRESIDENTE - Esse trabalho vocês entende que pode ser feito como concomitantes
2178 ou esperar a norma revisar primeiro? ROBERTA - Eu acho que pode ser com
2179 concomitante ou junto. PRESIDENTE - Ok! Então nos vamos aguardar indicativa da
2180 culpada SEDESE quem participou e sempre eles formam grupo dentro da comissão
2181 ok. E que vai ter uma força maior da SEDESE para fortalecer mais, como
2182 concomitante da resolução da norma. ROBERTA - Sugestão que a secretaria
2183 executiva encaminha um ofício para a SEDESE solicitando o nome em relação a isso.
2184 PRESIDENTE - Ok! Alguém ao contrário, conselheiro? Não? Sentimos a vontade para
2185 votar então? Pois não. Não entendeu o que? Eu sugeri aqui que fosse pelo menos
2186 cada um de cada comissão, é minha sugestão é um de cada comissão, agora nada
2187 impede de ter outros, por livre e espontânea vontade, queiram participar. Pois não,
2188 pode colocar Cris. CRISTIANE - É só uma questão Geraldo é que de um pouco que eu
2189 já vi dessa questão do pro assiste é, ele é uma ação totalmente intersetorial dentro de
2190 uma perspectiva de envolvimento das varias secretarias né (é) que trabalham com os
2191 direitos sociais, então nesse sentido eu acho que além da SEDESE deveria constar as
2192 outras secretarias, garantir a participação dos conselheiros, que representam neste
2193 conselho as outras secretarias para poder tratar dessa forma é mais intersetorial, não
2194 sei eu fiquei aqui imaginando. PRESIDENTE - Eu estou entendendo o Cris que aqui
2195 por parte nossa, pelo menos cada coordenador de comissão decide com a sua
2196 comissão quem vai participar pode ser ele, pode ser um outro qualquer, no que
2197 desrespeito a secretaria de estado penso que a SEDESE pode articular isso deve

2198 articular, não tem a necessidade da gente apontar aqui até mesmo porque não nos
2199 cabe isso. A SEDESE faz a articular e chama quem deve participar ou quem ela acha
2200 que... mais ela é o estado. Isso enfim. ROBERTA - Eu só queria clarear, Cristiane.
2201 Acho que vai ser uma estratégia totalmente equivocadas se sair daqui qualquer pedido
2202 para as secretarias de estados que não estão envolvidos nesse processo de
2203 discussão, invés da gente avançar nos vamos retroagir e nós (não) que seja de
2204 conselho o quê que nós temos que ver? Nós temos que ver porque de nós estamos
2205 querendo chegar com isso aí estrategicamente porque lá na lei está colocado –
2206 secretarias - a partir da hora que você fala a secretaria, pede-se autonomia para
2207 indicar quem é de conselho entendeu? Se você mandar lá para o secretário pedindo
2208 representante ele manda para quem ele quiser entendeu? Aí pronto invés da gente
2209 avançar nós vamos retroagir, eu acho que aqui primeiro tem que ser feito uma
2210 discussão, e depois sim futuramente, porque nos vamos ter que mexer na lei, se for
2211 mexer na lei nos vamos ter que fazer uma articulação muito maior. Eu acho que é não
2212 dá para gente misturar as instancias ai (pra gente) se a gente quiser avançar porque
2213 se quiser ser democrático nós vamos perder. PRESIDENTE - É conselheira Adriana.
2214 Toma o microfone, por favor, porque nós estamos gravando. ADRIANA - Não, eu
2215 queria é agora é entendimento né, eu deveria ter olhado isso antes, até com a Rosa
2216 eu não sei, mais é só para esclarecer o seguinte é eu entendo que existe o parecer da
2217 Rosa que eu fiz uma diligência e que essa diligência deve um objetivo e que eu posso
2218 acrescentar né, exatamente e o ponto que eu venho acrescentar vem muito em
2219 esclarecer isso aqui, a minha diligência foi exatamente por isso ne, então é só porque
2220 eu não sei se ficou claro para todo mundo mais que, depois da saída onde as coisas
2221 estavam claras e se dizia de pesquisa e tal no retorno em reunião com o conselho eles
2222 já apresentaram o esboço com foco e objetivo claro que é a articulação dos grupos ne
2223 para que eles possam acessar condições melhores de produção tá? Mais é só isso
2224 está claro e daí fechei. PRESIDENTE - Ok, ok Cris eu compartilho com a posição da
2225 Roberta acho que é o melhor mesmo a gente não dá conta de vencer, vamos deixar
2226 para a SEDESE depois, quando chegar a hora se for o caso a SEDESE vai cuidar
2227 disso, se for o caso o conselho fortalece. Pode ser assim? Ok. Então vamos votar
2228 pessoal? Pois não, conselheira Roberta. ROBERTA - Está confuso, porque veja bem,
2229 é o parecer é para aprovação do PAS que foi cumprido, aí tem uma proposta de nessa
2230 proposta de ampliar seis meses e fazer a tal pesquisa de interesse isso que são
2231 propostas, gente eu estou tentando entender o quê que nós vamos votar, porque o
2232 que deu polemica foi isso. ADRIANA - Então repito aquele parágrafo que diz de
2233 pesquisas que esta dentro do relatório que foi apresentado da Rosa foi um dos

2234 problemas que me levaram a diligência a campo, achei que coisa estava aberta
2235 demais, não estava entendendo que era esse processo que estava acontecendo,
2236 achei por bem ir, entendeu? Mais estou aqui relatando o parecer da Rosa. Digo que
2237 apresento o que na reunião com o conselho a esse respeito e visitando a região para
2238 ver se era isso mesmo que ficou constatado aqui no processo houve toda uma
2239 dificuldade de mobilização por conta de especificidades e que passado esse período o
2240 conselho municipal que solicita junto com o empreendedor e com os atingidos e da
2241 continuidade por mais seis meses ele já tem, agora é justamente por isso que eles
2242 pedem mais seis meses, porque eles já identificaram um foco objeto né que são essas
2243 famílias desses três grupamentos familiares que são os mesmos atingidos, então já
2244 tem claro o número de famílias quais são, quem são e uma demanda clara que pede
2245 articulação dos produtores para que eles possam melhorar sua condição de busca,
2246 quer dizer eles não vão prestar assistência técnica rural diretamente o que eles estão
2247 querendo é um tempo a mais que possam trabalhar esses três grupos que são os
2248 grupos mais carentes e tal e foram identificados agora como diretamente atingidos
2249 para ajuda-los a acessar e se organizar para ter ne para ter assistência técnica para
2250 buscar apoio a produção ne é trabalhar esses grupos entendeu aquele parágrafo é o
2251 fechamento do parecer da Rosa depois daquilo eu vou, dai a gente tem essa
2252 conversa, porque se não essas informações que eu estou dizendo Roberta.
2253 PRESIDENTE - ok conselheiro Marcelo. MARCELO - Roberta só para gente fazer o
2254 encaminhamento que eu gostaria de fazer é de solicitar da técnica que fez o parecer
2255 técnico, se para a lei daquilo que esta ali, que justifica os seis meses, se tem outras
2256 ações que justifiquem os seis meses a mais de manutenção do posto. ROSALICE -
2257 Tá, é primeiro aquele fechamento ali, ele esta na ata, foi o que foi registrado na ata de
2258 reunião, é e depois a questão dos seis meses que ou o conselho estadual vem
2259 aprovando isso há muito tempo é prorrogaram depois que o empreendedor obter a
2260 licença de operação o posto de atendimento social ele fica mais, geralmente de dois a
2261 seis meses e tem empreendimento de grande porte fica mais tempo para dar
2262 acompanhamento de possíveis demandas pós licença de operação porque nós
2263 sabemos que pode acontecer algumas questões, alguns impactos que não foram
2264 previstos durante o processo de construção da usina. Se acontecer algum impacto
2265 pós-operação o atingido ou a comunidade ela tem que ter uma referência em renda né
2266 não é receber a licença de operação e a equipe toda ir embora, então o posto continua
2267 ainda como uma referência caso ocorra alguma coisa e eles tem ainda que apresentar
2268 após a seis meses um relatório. Depois um relatório de impacto do empreendimento
2269 durante a sua operação, se acontecer algum problema se houve alguma demanda que

2270 não foi levantada durante a construção que foi acontecer só depois da geração de
2271 energia então esse também objetivo é o monitoramento que eles têm que continuar
2272 fazendo seis meses depois da licença de operação e isso já é previsto no PAS tá esse
2273 monitoramento seis meses depois da licença de operação. MARCELO - É então eu
2274 gostaria de agradecer a ... No meu ponto de vista, você clareou na medida em que é a
2275 finalidade de extensão de mais seis meses não é para aquela ação específica, mas
2276 para poder atender situações em caráter preventivo que poderá ocorrer ou não.
2277 ROBERTA - Agora, aqui só para, abre para mim a tela em que é o encaminhamento
2278 para gente votar o parecer. Volta à tela lá. É. Essa é a tela de encaminhamento pra
2279 gente votar? Não. Gente veja bem. Marcelo presta atenção no que está acontecendo
2280 aqui. Eu vou clarear para os conselheiros, o que está escrito aqui não é o que foi dito
2281 por ela e nem por ela concorda? Aí o quê que acontece isso aqui está no PAS, daqui a
2282 não sei quanto tempo tem denúncia nós vamos pautar em que, nós vamos pautar
2283 nesta gravação que nós estamos falando? Eu estou chamando a atenção o seguinte
2284 se é isto que ela esta dizendo e é isto que a Adriana esta dizendo tem que escrever no
2285 encaminhamento gente, parece que não foi apresentado e encaminhamento da
2286 relatoria. É isso que eu estou pedindo, estou pedindo bote o encaminhamento aqui
2287 escrito dizendo assim: a proposta da conselheira é de aprovação, acatando a
2288 sugestão de seis meses de extensão e aí Rosa não podemos confundir uma coisa que
2289 é de praxe, seis meses e a outra coisa que é uma pesquisa, gente porque lá na frente
2290 vai dar problemas pra nós, porque fica assim se isso, se aquilo, se impacto, então
2291 clareia, entrega a coisa certa pra gente poder entender e votar, porque fala uma coisa
2292 e escreve outra, aí fica muito difícil pra gente votar e na hora dos esclarecimentos vem
2293 o se na frente, não nós estamos votando porque se tiver impacto, se não tiver impacto,
2294 outra hora esta escrito é pra fazer uma pesquisa de interesse esta escrito claro lá na
2295 hora que dar a denúncia, nós vamos lá no processo e ninguém precisa ficar escutando
2296 gravação não porque ninguém sabe em quem que votou. ROSALICE - Roberta é eu
2297 vou exibir agora o termo de relatoria elaborado pela conselheira que foi apresentação
2298 que ela fez, o meu parecer final constou a seguinte frase, porque isso eu tirei da
2299 própria ate da reunião que realizei lá. Sobre a permanência do posto de atendimento
2300 social, após a comprovação da implementação das ações do PAS pelo CEAS, o
2301 CMAS de Bueno Brandão sugeriu que este continue por mais seis meses para
2302 acompanhar os possíveis impactos na comunidade após o inicio de geração de
2303 energia, esse é meu parecer, ainda foi sugerido pelos conselheiros municipais que
2304 assistente social com parceria com o CRAS Bueno Brandão realize pesquisa entre os
2305 moradores do entorno do empreendimento para conhecer novos interesses da região

2306 após o início de geração de energia, então temos que gerar outras oficinas de geração
2307 de renda. Ainda vou explicar o seguinte assistente social anterior a essa, eu vou por
2308 essa situação, ela teve um problema de saúde que ela não deu conta de realizar essa
2309 mobilização, ela teve um problema de saúde lá, eles tiveram agora no final do
2310 processo que trocar a assistente social, essa nova assistente social ela tem maior
2311 habilidade de mobilização de contato com outros, então foi uma proposta dela durante
2312 uma reunião que ela desse há ela mais seis meses, e aquilo que já tinha dito é
2313 previsto no PAS, mas que não foi realizado com qualidade que o conselho municipal
2314 gostaria que é essa mobilização, maior números de oficinas que foi realizado só uma
2315 oficina, porque a comunidade não quis participar, então eles quiseram, pedir mais
2316 essa oportunidade de seis meses, eles já tem esse levantamento dos interesses
2317 dessas novas comunidades, eles querem dar continuidade naquilo que começou.
2318 Agora estou exibindo o trecho final do meu parecer, é esse aqui que é o último
2319 parágrafo que foi acrescentado... ADRIANA - aí eu acho que falta inserir aqui então,
2320 que consta em ata da reunião do conselho municipal, desenvolvimento sustentável,
2321 que consta em ata e o levantamento que a gente fez lá falta à indicação dos três
2322 municípios então um link em termos. Estou querendo deixar claro o que a Roberta
2323 falou. Deixar claro que na minha visita houve já um indicativo de qual grupo que vai
2324 ser atendido e com qual objetivo é só isso que quero ampliar aqui. Eu não estava
2325 atenta, concordo com a Roberta que as coisas têm que ser mais claro possível então
2326 pronto. PRESIDENTE - Pessoal um minuto aqui, conselheira Adriana pensou que não
2327 prejudica em nada a apresentação que você fez. Foi muito bem colocada e foi ponto
2328 de elogio. O que gostaria agora é o seguinte nós vamos passar para o próximo ponto,
2329 e eu gostaria de pedir a técnica Rosa junto com a conselheira Adriana formulasse o
2330 final ali porque eu particularmente concordo com a fala da Roberta em número, gênero
2331 e grau, exceto o "afan" que ela colocou. Mais enquanto vocês fazem isso vou voltar
2332 aqui para a gente votar passo para o ponto seguinte. Pode ser assim? Porque sobre
2333 isso aqui, acho que está vencido a discussão. Pois não, conselheira Fátima. Só um
2334 minuto. Eu me esqueci que a Fátima tinha escrito, então, vai falar a respeito. Só.
2335 Fátima. FÁTIMA - Gente eu vi dois problemas aí até agora, que eu até pensei que
2336 estivesse no relatório. Porque eles falam que na estrada não é boa. Olha pra vocês
2337 ver o que eu observei a estrada não é boa, já tem esse problema da estrada e o outro
2338 problema que ficou definido que ia abrir uma escola, então isso tudo tem que estar no
2339 relatório, no meu ver em questão futura, porque se teve um acordo que poderia ter um
2340 abrindo uma escola como vai ficar aí, mais o acordo que eles fizeram e a estrada,
2341 gente lá no futuro eles não vão retornar isso aí não. PRESIDENTE - Ok. A técnica Rosa

2342 e a conselheira Adriana, por favor, só para a gente dar uma redação final ali, já está
2343 bem entendido e eu gostaria de pedir a conselheira Raquel que faça a sua
2344 apresentação do próximo item de pauta é que é a CGH cachoeirinha que vai fazer em
2345 substituição da nossa querida conselheira Tanit que não esta presente. RAQUEL -
2346 Eu vou fazer a exposição da relatoria que foi feito da central da CGH cachoeirinha que
2347 é no mesmo município, o relatório infelizmente não podemos fazer uma diligência do
2348 local então foi feito com base nos relatórios na discussão do caso com a Rosa. Então
2349 o PAS vai ser meio chato, que eu vou fazer mais uma leitura é também Bueno
2350 Brandão ta e o tipo de processo foi uma conclusão que faço implementação do PAS.
2351 O PAS da usina da CGH Cachoeirinha foi protocolado aqui no CEAS em maio de
2352 2009, aprovado em junho de 2009, em julho foi protocolado o relatório final de
2353 acompanhamento desse PAS.a CGH cachoeirinha foi instalado também no Rio
2354 Cachoeirinha, próximo a CGH Limoeiro, representado agora no município de Bueno
2355 Brandão, a previsão de obras é de seis meses e a contratação é aproximadamente de
2356 sessenta e cinco pessoas foram contratados no pico a produção de mão de obra direta
2357 e indireta, o local foi visitado pela técnica Rosalice em outubro desse ano, segundo o
2358 PAS que foi apresentado foram identificado três estabelecimentos rurais na área de
2359 influência direta sendo dois na margem direita e um na margem esquerda, sendo que
2360 um será atingido, pelo que nos apuramos que foi levantado, parece que foi uma área
2361 mínima das propriedades que foram atingidos, menos de um equipare que foi
2362 levantado, e apenas duas famílias residiam na área do empreendimento da inserção
2363 do empreendimento, não haviam crianças em unidades escolar, eram pessoas mais
2364 adulto, até um dos proprietários se mostrou bastante satisfeito com a seção do
2365 terreno, porque com a construção vai torna uma área de turística, além do ganho que
2366 ele teve com a venda do terreno, ganha com o local por ter se tornado turístico e ele
2367 também esta querendo de explorar mais adiante. São propriedades de relação de
2368 trabalho representada pelo trabalho salariado, que são áreas de agricultura familiar,
2369 então normalmente quando se contrata um trabalho temporário, esse tipo de relação
2370 não foi localizada sendo que todo trabalho agrícola e desenvolvida familiar, não há
2371 trabalhadores permanentes, e na área como toda agricultura familiar trabalha mais
2372 seus pripietarios e seus familiares, nessas propriedades atividade principal é a criação
2373 de gado e de leite, com o terreno não foi afetado com a construção da hidrelétrica, não
2374 foi afetado porque foi garantido na construção o lugar onde os gado vai beber água
2375 eles não perderam isso. É houve uma reunião com os representantes no dia dois do
2376 dez, no conselho municipal que confirmaram a geração de emprego que foi proposta
2377 pelo empreendedor e informaram que algumas pessoas eram atendidas no CRAS,

2378 que estavam desempregados, foram contratados no município de Bueno Brandão e
2379 Munhoz um total de cinquenta e seis pessoas, destacaram na atuação da assistente
2380 social, onde esteve presente no CMAS e durante a elaboração de um curso, eles
2381 promoveram curso de eletricista, na conversa com a comunidade viram o que eles
2382 tinham necessidades e solicitaram mais para poder cuidar das próprias propriedades,
2383 e não precisar contratar esse tipo de mãos de obra do que pra gerar renda para se
2384 mesmo. Os conselheiros e assistentes sociais do CRAS informaram que as mulheres
2385 da região não apresentaram interesse em participar de curso de geração de renda, já
2386 os homens durante a pesquisa realizada pelo posto de atendimento indicaram essas
2387 necessidades de participar do curso de instalações elétricas e foi atendido com
2388 sucesso. A equipe do posto de atendimento percebeu essa necessidade de orientação
2389 sobre saúde de mulher e exames ginecológicos na unidade cachoeirinha, foi
2390 promovida uma oficina de saúde da mulher que curiosamente pelo que a Rosa me
2391 relatou, pela cultura da cidade, isso tem que ser considerado também, não obteve
2392 muito sucesso, porque me parece que as mulheres são resistentes a tal atendimento
2393 médico por cultura local, não é por falta do atendimento, elas se preferem se tratar
2394 com chá com ervas, com os conhecimentos dessa natureza do que procurar um
2395 médico, sendo uma cultura delas não adiantou oferecer porque elas não aderiram.
2396 Isso temos que considerar e ser respeitado, porque sendo cultural não pode ser uma
2397 coisa imposta, que vai demorar e tem que ser trabalhado. Os proprietários relatam que
2398 as negociações foram tranquilas e rápidas e o empreendedor o que se propôs fazer
2399 cumpriu no tempo proposto, as pessoas ficaram satisfeitas com o resultado, os que
2400 foram e venderam seus terrenos também ficaram satisfeito com o valor pago e dentro
2401 do prazo e não havia tendo pendência, todos se manifestaram muito suas satisfações
2402 com atuação do empreendedor e principalmente deles ter concertado as estradas de
2403 acesso a sede do município de Bueno Brandão. Então os pareceres conclusivos do
2404 plano de assistente social foram previstos a comunicação sócia, articulação
2405 institucional, o projeto de negociação de terras que também foi cumprido, então dentre
2406 esses se destacam os programas de política social que foram ofertados, a partir do
2407 exposto a gente pede pela aprovação que o PAS foi cumprido conforme foi negociado.

2408 PRESIDENTE - Esta aberta aos conselheiros. Nenhum questionamento? Nenhuma
2409 posição? Nada? Então, ok. Eu voto com a relatora, pela aprovação. GEORGE –
2410 George, CMAS de Lagoa Santa, voto pela aprovação. MÁRCIO – Márcio, ASSPROM,
2411 pela aprovação. FERNANDO – Fernando do CMAS de Cataguases, pela aprovação.
2412 JÚLIO - Júlio do Instituto Sacramentino, pela aprovação. ANDRÉA – Andréa,
2413 SEDESE, pela aprovação. FERNANDO – Fernando, pela aprovação. EDIR – Edir,

2414 pela aprovação. MAURO – Mauro, pela aprovação. GUILHERMINA – Guilhermina,
2415 pela aprovação. NÍVIA – Nívia, pela aprovação. MARCELO – Marcelo, pela aprovação.
2416 ANA PAULA - Ana Paula pela aprovação. Por unanimidade, aprovado o projeto.
2417 Obrigado conselheira Raquel pela apresentação. Enquanto termina a colocação do
2418 outro projeto, como a gente não vai sair do tema, a gente tem um próximo ponto de
2419 pauta que é o item nove, e fala da distribuição de processos CGH, pelo Teixeira, quero
2420 comunicar-lhe que quem vai ser relator vai ser Fernando Henrique você foi premiado
2421 (não é o Cardoso), então Fernando está por sua conta que é o CGH Pedro Teixeira.
2422 Pois não conselheira Roberta? ROBERTA - Eu quero ate que a nossa companheira
2423 faça um relação do processo, eu queria colocar para esse conselho essa situação que
2424 foi vivenciada hoje de manha por mim, eu acho que a gente não pode deixar de fazer
2425 uma discussão em cima disso, eu queria muito que esse conselho tivesse uma
2426 posição qualquer que seja ela e oficial, porque, pelo que a primeira vez e olha que eu
2427 participo de conselho há muitos anos, pela primeira vez eu senti a minha integridade
2428 sendo colocada em uma situação pública, alguém né ou que seja uma fala do atingido,
2429 seja qualquer que for eu tenho o direito de ser protegida por este colegiado que eu
2430 estou exercendo uma função pública, é aquilo que eu falei hoje foi eu amanhã é
2431 qualquer um de nós, então eu quero manifestar e gostaria muito que esse conselho
2432 tivesse uma posição em relação há isso, eu acho isso extremamente desagradável,
2433 porque em nome de uma posição de democracia de protagonismo de usuário da
2434 política de assistência nós não podemos permitir esse tipo de coisa, de que alguém
2435 pegue o microfone e coloque numa discussão, que vamos para a discussão, das
2436 demandas discussão dos debates, não tem problema nenhum, podemos polemizar,
2437 podemos ser diferente, divergente, agora o que não podemos aceitar em hipótese
2438 alguma, seja quem quer que seja, seja usuário seja qualquer uma outra pessoa que
2439 esteja participando desta planaria que abre as postas, para qualquer um participar e
2440 porque e público, e assim a pessoa pegar o microfone em nome de uma participação
2441 dizer que é usuário, a pessoa colocar o que foi dito e pra mim é muito serio. E foi
2442 inclusive colocado com outra vidência, quando ele diz da SEDESE, ele diz você não
2443 Nívia é ele falou muito claro gente, é só pra quem quer ouvir e pra quem tem uma
2444 tendência de dizer assim, não aceito e acho que esse colegiado me deve qualquer
2445 posição do ponto de vista do CEAS de uma manifestação, porque aqui já saiu
2446 manifestações do CEAS oficial para outras coisas, agora porque não, numa plenária,
2447 quer dizer eu sou tratada e sou ferida pela minha dignidade, pela minha honestidade e
2448 ele falou no final pede desculpa a Nívia que quando ele estava dizendo SEDESE ele
2449 foi muito claro de quem ele estava falando da SEDESE, entendeu e não dar pra ler

2450 entre linhas não, porque foi bem claro, e minha posição e que saia qualquer coisa
2451 desse conselho em relação há esta manifestação até sob pena de que a gente
2452 entende que este colegiado não protege que as pessoas não podem ser divergentes,
2453 que as pessoas não podem fazer suas colocações a ponto de qualquer que seja
2454 ofender as pessoas, porque aqui a gente sempre teve um debate, caloroso do jeito
2455 que ele sempre quis que seja caloroso, a gente respeitou, agora a gente nunca usou
2456 palavras e frases que ferisse as pessoas do conselho, nem as pessoas de usuários
2457 nem a pessoas de convidado e qualquer que fosse o debate desse tema. A minha
2458 solicitação, quero lhe pedir Sr. Presidente que esse conselho faça uma manifestação,
2459 porque eu me sinto e me senti agora agredida e não me senti acolhida pelo colegiado
2460 da manifestação de palmas, quando na minha fala eu tive a sensação que ao bater
2461 palma, diz entendeu que eu estava dizendo alguns conselheiros se manifestaram no
2462 microfone, agora o que eu peço é uma posição oficial desse conselho com relação ao
2463 que aconteceu aqui hoje. PRESIDENTE – Ok. Vamos lá. Deixa-me clarear um pouco
2464 aqui a posição. Em se tratando de Candonga e pelas varias situações que já
2465 ocorreram eu lhe permitir e isso não é democracia, uma coisa é você dar a pessoa o
2466 direito de liberdade e expressão e a gente tem, outra coisa e confundir a democracia
2467 com excesso, também não me cabe a desrespeito e não cabe à ofensa pessoal,
2468 houve ofensa pessoal e ele citou mesmo o seu nome, então Roberta pode ter certeza
2469 de que em qualquer outra situação, qualquer que fosse outro conselheiro eu voltaria a
2470 falar e pediria licença se não abriria um outro plenário para gente fazer uma discussão
2471 interna era o mínimo que podia fazer, e se tratando de candonga, eu só me permitir
2472 ouvir e pedir até os dois antes de fazer a intervenção, e vamos garantir a fala dele ne,
2473 porque candonga traz na sua discussão, ao longo desse tempo uma serie de violação
2474 de direitos, uma serie de incompreensões, uma serie de erros e a própria promotoria
2475 da justiça não sabe se vai ou se fica, é uma situação de cada ordem, então pensei eu
2476 que o caso especifico de candongas, é preferível ouvir, porque no momento em que se
2477 discutiu uma resolução aqui, como ela foi discutida de forma coletiva, não do colegiado
2478 mas de forma coletiva, já existia um entendimento, de que há responsabilidades e foi
2479 transferida para SEDESE com consciência desse colegiado, e foi dentro da
2480 fundamentação que ele colocou, não porque ele falou também que o conselho foi
2481 manipulado, eu fiz questão de saltar que não foi manipulado, como assim teve
2482 consciência de todos que como o colegiado é incompetente para resolver aquelas
2483 questões que é do poder público, e assim houve entendimento, então não tem mais,
2484 então essa prova pode não justificar na cabeça de alguns de vocês e não quero que
2485 fique, mas é só para reflexão, mas é a minha fundamentação para ter como sentido.

2486 Mas Roberta no que desrespeita a posição não só sua, mas de qualquer outro
2487 conselheiro, eu acho que cabe uma reflexão nossa mesmo, porque se a gente da
2488 oportunidade as pessoas de se manifestar, se a plenária do conselho é aberta e ela
2489 não diria que seria fechada, então todos tem o direito de pedir de se inscrever para
2490 falar e cabe a mesa de dar o direito ou não pelo menos de quem participa e no
2491 momento que a gente da o direito, a gente da o direito de ser ofendido, e no momento
2492 a gente sabe que isso cabe até um processo de calúnia e difamação, porque a gente
2493 sabe que foi uma coisa que foi falado no calor da emoção, eu não estou aqui pra fazer
2494 defesa de A nem de B, mas com toda certeza pode saber ai que isso não é a primeira
2495 vez que vai acontecer e nos vamos ver outra palavras em outros momentos, vai ter
2496 gente ai que sabe que é por desespero e as colocações dele é situações de
2497 desespero, é situações que tem perdido de quem ele acha que ninguém saiu em
2498 defesa, apostava que o colegiado fosse em defesa mas de uma forma equivocada, e
2499 esse colegiado ainda que doa de coração de alguns, ainda que seja de posições que a
2500 gente toma e que não seja aquela por intuição mas ainda sim há posição de colegiado,
2501 então ela é ainda mais de responsabilidade do que até as vezes de excesso de
2502 sentimento de individualidade de cada um, então essa é a minha justificativa, no que
2503 desrespeita a posição do colegiado, você se expressou muito bem, esse colegiado me
2504 deve muito bem uma explicação de uma forma ou de outra eu quero ouvir, acho que
2505 você se posicionou muito bem, o colegiado deve dizer que sim ou dizer que não, quero
2506 manifestar novamente na minha justificativa que em qualquer outra situação ou
2507 qualquer outro processo que chegar aqui eu penso que o colegiado e quem tiver
2508 conduzindo, não necessariamente seja o presidente, seja interinamente outro, até
2509 momentaneamente, acho que o colegiado não deve permitir esse tipo de colocação,
2510 sobe pena de ferir individualmente uma colocação. Espero muito que a gente ainda
2511 que temos um pensamento de certa nobreza que a gente tivesse colisão, que seria
2512 amanhã que eu tivesse dispensado um colegiado se pensado coletivamente e temos
2513 que respeitar o voto de cada um, então sendo assim penso que esse colegiado deve
2514 entrar em defesa, agora estou manifestando a minha posição, agora deve estar em
2515 defesa de qualquer um dos conselheiros que foram ofendido em plenário, penso que
2516 dependendo da circunstancia do momento, pode quem tiver conduzindo a plenária que
2517 não necessariamente seja eu ou outro, pode no máximo pedir um momento de retirar
2518 com o colegiado e pedir os convidados que saiam para fazer uma reflexão, mas deixar
2519 este tipo de ofensa, com esse nível de acusação isto não é possível, essa é minha
2520 posição que desrespeita o colegiado, e mais uma vez volto a dizer, não aceito essa
2521 situação e não permitirei uma ofensa desta forma e que delicadamente se retire e nos

2522 vamos fazer uma reflexão do colegiado e vamos ver qual posição vamos tomar aqui,
2523 se não retiramos nos e simplesmente adiamos a plenária, para contorna La fechada,
2524 para fazer a discussão dessa natureza, então estou só retratando aqui. A minha
2525 expressão do possível colegiado é essa e ai quero que cada um se for manifestar
2526 fique a vontade. Conselheiro Marcelo esta em seguida. MARCELO - É de fato a
2527 conselheira Roberta tem razão quando o conselho estadual já se manifestou e outras
2528 situações em que conselheiro passou por situação constrangedora. A situação que
2529 ocorreu aqui foi constrangedora de fato e peço que o conselho estadual não deve se
2530 omitir, sob pena de colocarmos a credibilidade do próprio conselho e o conselheiro em
2531 uma situação, no meu entendimento deveremos sim primeiro vai constar em ata
2532 porque ela é degravada, a situação que ocorreu, o fato que ocorreu e inclusive essas
2533 manifestações que nós estamos colocando aqui agora e essa ata ela é pública, ela
2534 fica gravada no site do conselho estadual, mais nem por isso, penso que também nós
2535 poderíamos enviar uma correspondência também ao senhor Antônio lamentando a
2536 atitude que ele tomou e dizer que o conselho estadual se sente no direito de poder
2537 dizer a ele que nós temos liberdade e ai a construção da fala nós colocamos na
2538 melhor maneira possível, mas acho que ele merecia uma resposta para demonstrar a
2539 humanidade deste conselho, e a lisura da forma com que nós trabalhamos. Então
2540 somente isso. NÃO IDENTIFICADO - A fala do Marcelo já me atendeu, entendeu? O
2541 que eu sugeriria também era isso. Acho que nós não poderíamos deixar passar em
2542 branco, ele tem que saber quem realmente nós percebemos. PRESIDENTE –
2543 Conselheira Roberta. ROBERTA - Eu queria dizer Geraldo o seguinte, eu concordo
2544 com o que o Marcelo está colocando. Eu estou pedindo aqui é uma coisa escrita e vou
2545 te dizer por que, da mesma forma que ele fala isso e já falou em outros clamores, ele
2546 fala em qualquer plenária que ele entende, ele fala em qualquer lugar, qualquer lugar
2547 que ele pega o microfone ele repete as mesmas bobagens, então é por clamor ou sem
2548 clamor, o que estou dizendo é que eu como conselheira não aceito, porque quem está
2549 nessa plenária e quem me conhece não é estas pessoas que eu quero colocar nesta
2550 posição não, que essas pessoas aqui me conhecem, entendeu? Essas pessoas aqui
2551 sabem muito bem do meu trabalho é pelo contrario eu quero uma posição escrita
2552 desse conselho (escrita) porque isso que ele fala aqui, ele fala em qualquer canto do
2553 mundo e eu quero que tenha alguma coisa escrita, porque amanhã qualquer questão
2554 que eu quiser inclusive eu tenho, (e qualquer questão) porque da mesma forma que
2555 ele pública para o bem, ou ele pública para o mal. E eu acho que o conselho não tem
2556 que proteger esse tipo de coisa não, entendeu? Eu acho que nós caminhamos com
2557 seriedade, buscando direito ok, se estar no clamor da defesa ok, no clamor agora não

2558 podemos, não nos manifestar por escrito entendeu? E isso é muito claro, não é uma
2559 correspondência entre linhas não, é dizer mesmo da gravidade do que ele disse,
2560 porque isso cabe processo e ele sabe, se ele não sabe o Leonardo deve saber,
2561 entendeu? é desagradável, é preciso que eles inclusive sejam freados na boca deles
2562 para saber o quê que eles podem falar, vão para discussão, choraram o tempo todo
2563 que eles estiveram aqui, eles fizeram clamor, choro, até aí tudo bem todo mundo ouviu
2564 com respeito com tudo, agora o que não dá é para ouvir e ficar calado e não ser
2565 indignado quando cita o seu nome, porque uma coisa é citar CEAS, CEAS é abstrato,
2566 dizer o CEAS foi manipulado, CEAS é muito abstrato, agora outra coisa é dizer
2567 Geraldo você foi corrupto, você recebeu alguma coisa? Isso é grave entendeu? e foi
2568 dito isso aqui em alto e bom tom agora eu não posso aceitar, e espero que este
2569 conselho me mande algum documento por escrito, mande para ele também,
2570 entendeu? Porque eu preciso disso, isso para mim é uma proteção porque do mesmo
2571 jeito que ele fala aqui, ele não tem pudor de falar em qualquer lugar, ele fala em
2572 qualquer lugar, e é em nome disso que todo mundo tem dó, coitadinho, é que está
2573 desse jeito. GERALDO - Conselheira Raquel. RAQUEL - Eu acredito e concordo com
2574 a indignação da Roberta como conselheira e como assistente social (porque eu acho
2575 que o Marcelo) nós assistentes sociais nós não pode colocar o usuário neste papel de
2576 que ele é sempre (o que né) que está sendo ofendido e disso receber esse tipo de
2577 ofensa, esse tipo de fala, justificando a posição que ele se encontra, (eu acho que isso
2578 tem) infelizmente eu não acompanhei todo o processo, falo em cima daquilo que eu
2579 sei, mais eu acho que esse conselho teria que se manifestar, como eu acho que nós
2580 deveríamos levar isso (até o nosso), ao nosso próprio conselho de assistência social
2581 porque isso a partir do momento que fala que uma profissional da nossa área não agiu
2582 com a lisura ele macula todos os outros profissionais da mesma área se ele tivesse
2583 por exemplo acusado de não ter agido com clareza um profissional da área da
2584 psicologia com certeza os profissionais da psicologia se mobilizariam nesse sentido.
2585 Então eu proponho não só que o CEAS se posicione a respeito, inclusive que isso seja
2586 também colocado para o conselho de assistência porque nós assistentes sociais é que
2587 estamos no acompanhamento desse tipo de público e ser colocado a nossa
2588 integridade moral isso é muito grave. GERALDO - Conselheira Andréa. ANDRÉA - Em
2589 análise o Geraldo eu gostaria de compartilhar meu sentimento, eu acho isso
2590 inconcebível e muito desrespeitoso com qualquer um de nós que somos conselheiros
2591 eu acho que é uma falta de ética porque mexe com a integridade profissional e nós
2592 não estamos aqui brincando, estamos todos trabalhando, então eu acho que é uma
2593 falta de respeito, e a falta de desrespeito a gente não pode deixar que aconteça aqui,

2594 porque hoje foi com a Roberta, amanhã, esse mundo é muito redondinho pode ser
2595 com qualquer um de nós em qualquer posição que nós estejamos, então eu acho que
2596 tem que ter sim uma formalização para o atingido, para o advogado, porque de uma
2597 certa maneira ele também conduz a fala deles aqui para que isso não ocorra mais
2598 para tentarmos evitar e cortar o mal pela raiz é minha posição também quanto
2599 conselheira. ANA PAULA - Eu quero concordar com a fala de todos os colegas, claro,
2600 mais quero concordar com a fala do Marcelo na questão da formalização tem uma
2601 dúvida aqui com relação o caráter da formalização uma vez que a fala foi pública,
2602 então se o documento fosse dirigido somente ao atingido ou ao advogado ou se fosse
2603 dirigido a todos como nota de repúdio no sentido de um documento do expedido pelo
2604 conselho como uma nota de repúdio é um posicionamento, um tanto ético da postura
2605 que fere a postura ética e com base em toda a conduta do conselheiro e ao próprio
2606 estabelecimento da instituição CEAS, eu acho que isso foi dito publicamente dirigiu só
2607 para ele, como ele diz em outros fóruns, eu acho que teria que ter uma publicidade
2608 pelo menos envolvendo as pessoas que estavam aqui. ROBERTA - Eu só queria
2609 acrescentar aqui conselheira, talvez as pessoas não têm noção, quem não trabalha no
2610 estado não tem noção da seriedade do que aconteceu aqui, porque se isso cair no
2611 estado no disse me disse até que eu prove, meu nome já foi, então por isso que eu
2612 acho que quando a Ana Paula fala isso, seguinte eu gostaria muito que estivesse sim
2613 uma carta de repudio e mandaremos para ele, manda para quem, eu preciso mandar
2614 isso internamente no estado porque é isso, até que caia na boca do estado entendeu?
2615 Aí qualquer coisa até provar que A é B eu já dancei (eu já dancei) entendeu? Então,
2616 ao longo do tempo sempre preservei para a minha conduta entendeu? Eu gostaria
2617 muitíssimo que se possível espalhássemos entendeu? Como uma ação de repudio
2618 mesmo o quê que aconteceu sobre pena inclusive de inibir a participação dos
2619 conselheiros porque você não pode falar nada porque isso você começa debater e aí
2620 vem o outro do outro lado e abre o microfone e fala o que acha que deve falar e pronto
2621 acabou, então os conselheiros ficam até inibidos de colocar as suas posições porque
2622 quem é mais afoito que coloca com clareza tem esse tipo de reação agora então
2623 vamos fechar a boca e não vamos falar (uai) porque você não sabe o que vem do
2624 outro lado entendeu? PRESIDENTE - Algum outro conselheiro gostaria de se
2625 manifestar? Conselheiro Mauro. MAURO - Só para reforçar que a partir do momento
2626 que ele falou isso essa conversa já estava vinda de outros lugares, da boca de outras
2627 pessoas, então é uma circulação que já estava acontecendo, então ele por se só não
2628 tirou isso desse momento, porque a gente sabe como que é um fuxico, ele se espalha,
2629 lá no conselho aconteceu isso então se não tiver manifestação, ele não pode sair

2630 falando e muito menos vim aqui e jogar isso na cara do conselho e que saiu vantajoso
2631 nessa conversa, então é só pra apoiarmos esta situação. JOSÉ FERNANDO - Eu
2632 quero também manifestar o meu apoio em relação à fala de todos os demais
2633 conselheiros em relação a essa nota, essa medida porque realmente, só endossando
2634 o que já foi colocado todos nós seja no executivo, ou seja, na sociedade civil ninguém
2635 está aqui por acaso, todo mundo tem uma representação e representatividade então
2636 se nós nos tornarmos refém do que o nosso olhar, do que a nossa busca, do que a
2637 nossa visita essas mediações, esses aconselhamentos da nossa parte (principalmente
2638 de) eu posso falar que eu estive em candonga, e aí na questão do mérito mais não
2639 podemos deixar de colocar, uma coisa é a gente fazer a garantia dos direitos, dos
2640 serviços, dessa comunidade, outra coisa é a gente não perceber como a ida primeira
2641 neste local a gente vê as realidades e a gente com o percurso com o percorrer do
2642 tempo analisar as espertezas os barganhas e a gente pode ouvir aqui nessa plenária
2643 hoje por parte de representação deste grupo, de usuários que querem inclusive fazer
2644 transferência de valores, tem uma terra, tem uma expansão de terra que nasce ela
2645 quer ver se tem jeito que se transforme urbano, então só para gente ponderar e
2646 analisar que tipo de agonia que esse usuário trouxe que agonia é essa até que ponto
2647 essa fundamentação ela é verdadeira? (Até que ponto) ao ponto, por exemplo, de expor
2648 levemente da parte do usuário uma conduta inibida ao um cidadão, ao um servidor
2649 público em detrimento de razões que não caberia jamais porque quem diz que alguém
2650 é ou não é de boa conduta de índole ou corrupto como ele disse, não é um cidadão
2651 comum que diz a uma apuração que não foi respeitada que é o mérito judicial eu não
2652 estou falando isso porque tem que haver o crítica do servidor não, porque não é por aí,
2653 mais eu acho assim o despreparo de um comunidade ao lado uma assessoria jurídica
2654 que deveria precavê-los de incorreções de erros dessa forma e que hoje foi a Roberta,
2655 mais amanhã pode ser como a Aline colocou com qualquer um de nós. (E também
2656 nós) nós que eu falo assim conselheiros da sociedade civil que estão aqui também
2657 (com) inibidas com certeza indicação e representação dos movimentos que pertence
2658 então eu estou de acordo a esse repudio a essa carta para que realmente isso não
2659 leve a lesões de um servidor ou de um diretor ou de um representante de uma
2660 sociedade civil pra o futuro porque com certeza são poucas as usinas e barragens que
2661 tem esse problema no Estado de Minas Gerais mais não é por ser pouca que um
2662 servidor ou que um representante da sociedade civil tem que passar por uma situação
2663 como está. MÁRCIO - A indignação é muito forte, compartilho com todos aqui essa
2664 fala solidarizo com a publicação dessa Moção de repúdio pelo conselho, porque é uma
2665 forma da gente está demonstrando o nosso compromisso ético e essa construção que

2666 este conselho vem tendo ao longo desses anos em relação aos tratamentos das
2667 garantias de defesa de direitos, então eu acho que é importante que a gente resgate
2668 esse princípio do conselho porque aqui representantes aqui da sociedade civil de
2669 governo, mais antes de tudo nós temos um comportamento ético com os nossos
2670 governos, e principalmente com as nossas profissões e com todos aqui, eu acho que
2671 esse tratamento que este conselho tem que dar para esse episódio. CONSOLAÇÃO -
2672 É extremamente pertinente, mais eu queria neste momento inclusive falar um pouco
2673 deste papel de conselheiro. Papel inclusive de uma comissão de ética que nós temos
2674 dentro do conselho tem determinadas coisas que eu sempre aprendi na minha vida
2675 técnica que são bandos da historia também, porque às vezes perdemos em
2676 determinado momento então eu acho que esse aprendizado é para o conselheiro ficar
2677 atento e manifestar na hora também eu acho que esta união de ser conselheiro de
2678 estar todo mundo junto então nós temos que começar a pensar na acessibilidade no
2679 momento em que a situação esta ocorrendo porque seria muito importante também no
2680 momento dessa manifestação e nós temos um código de ética, nós estamos
2681 aprendendo isso até o Ivan depois vai apresentar, ele é o coordenador do código de
2682 ética e nós temos que ter esse olhar porque não é só a ética no sentido de tentar ver
2683 se o conselheiro está ferindo a ética mais aqui o que está de fora que fere o colegiado,
2684 então temos que ficar atento nestas questões. MARCELO - Eu estava vendo o nosso
2685 código de ética e ele fala que o código de ética do CEAS tem dentre as finalidades a
2686 de preservar a imagem e a reputação de CEAS e quando nós falamos no caso
2687 específico que ocorreu a imagem do CEAS também esta sendo colocada em cheque,
2688 eu vou fazer o encaminhamento depois das falas, tá?! ROBERTA - Eu só queria
2689 acrescentar aqui Consolação, eu acho o seguinte, eu não me sinto lesada da não
2690 manifestação dos conselheiros na hora, eu acho que estrategicamente, por exemplo,
2691 no momento em que eu falei que teve uma manifestação das palmas eu entendi que
2692 aquilo foi uma resposta a outra respostas que eu entendi. É que de toda a discussão
2693 que foi feita na hora da votação ficou muito claro a expressão de dizer assim olha não
2694 misture água com bugalho, entendeu? Eu acho que no encaminhamento e penso que
2695 não poderia ter também estas manifestações que nós estamos tendo aqui agora,
2696 porque nós íamos misturas as coisas, tirar o foco e que ao meu ver estrategicamente
2697 foram duas tentativas se nós fizéssemos isso, teve uma tentativa de mudança de foco
2698 para que nós não votássemos nisso, isso é muito comum estrategicamente fala assim
2699 olha não vai votar eu polemizo e tiro o foco da discussão e quando você assusta fala
2700 não podemos mais votar então eu acho que sabe a mente essas colocações eu puxei
2701 essa pauta porque eu ia deixar para o final da plenária mais eu puxei porque eu acho

2702 que a hora certa de discussão é somente com o colegiado, não da pra discutir e
2703 colocar essas colocações que foram feitas com a presença de muita gente, porque
2704 isso é uma questão interna do colegiado, eu acho que inflamava e a coisa ia tomar
2705 uma outra dimensão que não era o que a gente queria, a gente queria era resolver o
2706 problema de candonga. E ao tentar resolver, eu concordo presidente que você coloca
2707 que é uma fala desesperadora, agora porque se é uma fala desesperadora não lhe dar
2708 o direito de ferir, ele podia ter feito qualquer outra colocação, como ele vem fazendo e
2709 como a gente vem ouvindo a gente vem ouvindo ao longo desses anos uma porção de
2710 bobagens, e a gente ouvindo tranquilo e encaminhando, até o momento em que ele
2711 manifestou o nome e disse claramente o quem que era, e tenho certeza que qualquer
2712 um de nós aqui fosse o Sr. Presidente que disse se o Sr. esta sendo corrupto, que
2713 quando fala o CEAS esta falando abstrato, agora esta falando e deu o nome e foi o
2714 meu e ele reafirmou a fala dele ao pedir desculpas há Nívia, ao dizendo SEDESE você
2715 não Nívia você esta fora, e a Nívia fez a fala dela de indignação e ele disse você esta
2716 separada, você não é desse jeito ou seja quem é desse jeito, então só para me
2717 encerrar gostaria muito que viesse essa carta de repúdio, fosse encaminhada para ele
2718 e fosse encaminhada há todas as representações aqui existente a todas as secretarias
2719 aqui existentes para que todos tomassem conhecimento do que aconteceu e como é
2720 que esse colegiado protege e defende direitos dos usuários e defende direito dos
2721 trabalhadores, porque aqui somos trabalhadores, então se esse colegiado não se nos
2722 proteger ninguém mais vai nos proteger não. RAQUEL - Eu ainda complemento a fala
2723 da Roberta Sr. presidente, eu acho que isso tinha que ter sido enviado para nosso
2724 conselho também, como uma forma de proteger a gente como profissional.
2725 PRESIDENTE - Penso eu que aqui no colegiado está muito claro, as manifestações
2726 que ratificaram as palmas, foram a conselheira Roberta recebeu solidariedade e
2727 compreensão da justiça que recebeu no momento que ela foi aclamada com as
2728 palmas e as falas aqui agora ratificaram essa situação. Penso eu que no
2729 encaminhamento que a conselheira Raquel nos da acho que não é o caso e com
2730 muita propriedade quero fazer a minha defesa. De que cabe há esse colegiado fazer
2731 uma manifestação e faremos, e penso que aqui nós teremos uma representação do
2732 CRESS, não é o caso de socializar com eles, porque com certeza eles chegando lá,
2733 eles vão fazer uma nova discussão, vão precisar do colegiado para nova discussão.
2734 Penso eu que não é o caso, se quiser levar pode levar, penso eu. E no que
2735 desrespeita a minha posição sobre número, gênero e grau em defesa sua não por ser
2736 a Roberta, qualquer outro conselheiro aqui que fosse. Já manifestei aqui a minha
2737 posição e sempre ouvirei, mas sempre penso e vou voltar a dizer, que esse colegiado

2738 é bom que ele entenda o que a Roberta falou, Roberta falou que já manifestei a minha
2739 posição, ouvi e sempre ouvirei, mais penso e vou voltar a dizer o seguinte este
2740 colegiado é bom que ele entenda o que a Roberta falou. Roberta já teve experiência
2741 no meio sindical e o meio sindical é bom para dar experiência “N” para nós. Que é esta
2742 de saber qual é a estratégia que o adversário está usando, e nós já tivemos outras
2743 empreitadas dessa da pessoa vim para abafar à plenária não deixar acontecer em
2744 função de prazo, em função de estratégica, então é bom que o colegiado se sofrer
2745 outro tipo de ataque desta natureza ainda que não seja similar, nós temos que parar e
2746 refletir, nós já fizemos isso em outras ocasiões vamos parar o colegiado vamos ali
2747 para dentro só nós, vamos discutir o caso e que nós vamos fazer para tirar uma
2748 posição conceituada inclusive de repente tirar opinião sobre todo tipo de
2749 comportamento de conselheiro até na votação que posição que devemos tomar,
2750 então Roberta quero ser solidário mais uma vez e volto a repetir no caso específico de
2751 candonga, por ter acompanhado tanto tempo eu me permitir ouvir sim, isso é um luto a
2752 favor de não confunda democracia com liberdade de expressão não, sou muito a favor
2753 da liberdade das pessoas e no momento em que ele feriu, deixa ele acabar de falar,
2754 depois a nossa manifestação vem da forma que achamos que deve, de defesa, então
2755 com toda certeza o Conselheiro Marcelo, embora seja conselheiro aqui e desempenha
2756 a função de conselheiro mais por formação em direito pode perfeitamente fazer um
2757 rasuado jurídico em que desrespeito esta carta e outras contribuições nossas que
2758 quiser contribuir na carta, acho que deve ser uma carta realmente aberta, não sei
2759 ainda tem que pensar melhor se vale a pena endereçar melhor e eu acho que sim tem
2760 que ser endereçada aos outros atingidos, todos os participantes que aqui estavam
2761 presentes está gravada, está degravada a ata. Eu acho que deve fazer manifestação
2762 de tudo com menos generalizada todas as pessoas que aqui estiveram deve receber
2763 cópia para saber que o conselho foi solidário, unânime e saíram em defesa da
2764 conselheira que teve o nome citado como sairia o nome de qualquer outro conselheiro
2765 que foi citado. Pode ser assim o encaminhamento? Também estamos com o Bernardo
2766 aqui ele pode contribuir no processo. MARCELO - Eu acho que se for nota de repúdio,
2767 temos que entender o seguinte nota de repúdio ela não é direcionada a ninguém
2768 especificamente, ela é algo que vai ser público e vai ser colocado a disposição da
2769 coletividade agora se nós queremos algum instrumento que vai direcionar
2770 especificamente a alguém então, eu penso que seria uma correspondência (não é?) e
2771 da forma como será esta correspondência se for um ofício porque nós vamos
2772 direcionar a todos que aqui estiveram a todas as entidades que compõe o conselho e
2773 as demais que devemos entender que deverá ser encaminhado, mais se for como

2774 nota de repudio ela não vai ter direção, ela vai ser de forma direcionada. Aproveito
2775 também para falar com a minha colega, assistente social que o caso específico não é
2776 caso específico do trato ético da situação, do profissional no exercício da profissão
2777 aqui a ofensa foi para uma conselheira que por sinal é a subsecretária de estado. Com
2778 essa fala presidente eu acho que se formos fazer da forma como Roberta está
2779 solicitando então eu acho que deveria ser um ofício mesmo com uma correspondência
2780 mais direcionadas as pessoas. FERNANDO - Não sei se seria resguardar demais.
2781 Mais talvez nós devêssemos submeter às duas situações uma para proteger todos os
2782 conselheiros em outros fóruns que não estaríamos presentes para se defender não
2783 sabemos em que caso que ele vai falar novamente e também um ofício para todos que
2784 estavam presentes aqui, como repúdio, todo mundo discutiu aqui que (como? Não
2785 mais, pelo o que o Marcelo disse a nota tem que ser mais genérica, então uma nota
2786 genérica para poder defender a conselheira Roberta no caso de todos os outros que
2787 vem e também um ofício específico ao caso para todo mundo que estava presente).
2788 MARCELO - Contribuindo em cima da sua fala, utilizando aqui sua fala e também da
2789 Consolação, um ofício encaminhando a nota de repudio não é e aí teríamos a nota de
2790 repudio com ofício encaminhado para a pessoa e se for o caso publicando essa nota
2791 de repudio no site da SEDESE no site do conselho estadual e outros sites.
2792 PRESIDENTE - Eu penso que a nota de repudio é pouco pela gravidade da situação
2793 pela acusação que foi feita, duplamente personalidade pública, primeira como
2794 conselheira estadual e segundo como subsecretaria de estado então eu acho que foi
2795 muito sério. Eu acho que é pouco a nota de repudio e penso que a ideia do
2796 conselheiro Fernando é boa, quando falas assim vão fazer uma nota de repudio e
2797 encaminhar para ele, mais pendo que nota de repudio nós devemos deixar claro que
2798 tem uma situação específica que foi de lesa ao conselho de retidão a pessoa, mais
2799 enquanto nós pensamos mais um pouquinho na construção desta carta de repente dá
2800 para construir hoje mais aqui já fica muito claro a posição que cada um manifestou de
2801 estar solidários em defesa do colegiado nós não podemos permitir esse tipo de
2802 situação, mesmo porque foi uma situação que Roberta entrou na situação porque o
2803 colegiado exigiu e porque a força de função dela enquanto ela gestor exigiu, então não
2804 foi porque ela queria estar presente, alias se fosse para querer nenhum de nós
2805 queríamos estar presente nessa situação tão desgastante. Ok pessoais vão encerrar o
2806 assunto e aí só fica aqui então a procuração dada porque eu assino e o instrumento
2807 que é que nós vamos fazer, e vamos encaminhar eu pendo que o instrumento deve
2808 ser encaminhado também para a o secretario de estado em nome do colegiado para
2809 fazer valer isso em todos os órgãos públicos para a defesa desta situação. (Pois não

2810 conselheiro George) Não caberia o pedido de retratação não? Bom aí fica a caso dele,
2811 mais eu acho que cobrar esse tipo de situação, vamos deixar a vontade dele. O
2812 pessoal nós temos as comissões para fazer apresentações sabendo-se que a
2813 comissão de orçamento e financiamento está vencida porque não tem nenhum
2814 assunto para deliberação, nós estamos com um lanche de confraternização a servido
2815 vamos dar uma paradinha de quinze minutos, porém antes (vamos a então está bom
2816 já está construída? Pronto, então vamos lá conselheira Adriana com essa competência
2817 que lhe é peculiar, por favor. ADRIANA - Tem que ler tudo? Só o parecer? Posso ler
2818 só o parecer? Final? Então o meu parecer conclusivo final ficou. PRESIDENTE -
2819 Pessoal, por favor, a hora do recreio é daqui a pouquinho. ADRIANA - Com base nas
2820 falas coletadas em reuniões com os aspectos locais visualizados na diligência que foi
2821 realizada apresento parecer favorável ao relatório técnico elaborado e reforço a
2822 necessidade de continuidade das ações do posto de atendimento social de CGH
2823 Limoeiro por mais seis meses tendo como objetivo acompanhar os possíveis impactos
2824 da comunidade após o início da geração de energia o fortalecimento dos grupos
2825 produtivos e familiares rurais indicados na reunião de vinte e sete de novembro de
2826 2012, em acessar apoio a produção e comercialização. Ficou mais claro? Porque daí a
2827 ata das reuniões vão em anexo, tranquilo? Agradecida quem encaminha é o
2828 presidente. Pois não. PRESIDENTE - Roberta está claro a situação agora? Melhor.
2829 Ok. Então vamos lá a votação. Geraldo Gonçalves, pela aprovação do projeto.
2830 MARCELO - Marcelo, pela aprovação do projeto. GEORGE - George - CMAS – Lagoa
2831 Santa pela aprovação do projeto. MÁRCIO - Márcio - ASPROM pela aprovação. JOSÉ
2832 FERNANDO - Sou o Fernando da CMS de Cataguases pela aprovação. JÚLIO – Júlio,
2833 Sacramentinos, pela aprovação. ANDRÉA – Andréa, SEDESE, pela aprovação.
2834 ANÁLIA - Anália - CONGENAS , pela aprovação. CRISTIANE - Cristiane – ISJB, pela
2835 aprovação. FERNANDO - Fernando, pela aprovação. ANA PAULA - Ana Paula, pela
2836 aprovação. EDIR - Edir, pela aprovação. RAQUEL - Raquel, pela aprovação.
2837 GUILHERMINA - Guilhermina, pela aprovação. MAURO - Mauro, pela aprovação.
2838 NÍVIA - Nívia, pela aprovação. NÍVIA - Pessoal eu queria fazer uma sugestão, de
2839 deixarmos a confraternização para o final porque nós temos pontos importantes para
2840 ser deliberados principalmente na comissão de política e tem conselheiro que já
2841 avisou que precisa sair. Conselheiro titular que esta na condição de votação.
2842 Podemos? Gente nós perdemos o risco de perder conselheiros que estão na condição
2843 de votar, ou nós vamos, outra sugestão, gente estávamos elogiando aqui que é a
2844 primeira plenária deste ano que nós temos todos os conselheiros do início até agora.
2845 Nós temos um ponto importante para deliberar e nós vamos correr o risco de perder

2846 voto agora? A equipe técnica do CEAS vai nos servir na mesa olha que bacana, pode
2847 ser gente? Podemos prosseguir? Colegas conselheiros, podemos prosseguir?
2848 PRESIDENTE - Pessoal não tem ninguém que vai sair agora nos próximos cinco
2849 minutos ou dez não, vai? Então vamos comer ali então, pronto, Nívia ninguém vai sair
2850 não pronto. (Pausa) Responsabilidade social, né, é pessoal vamos retomar os
2851 trabalhos, e antes mesmo de passar as comissões eu, gostaria de... Ah muito
2852 obrigado, agradeça ao colegiado né, é, eu gostaria aqui de colocar pra vocês que o
2853 boletim informativo que vocês receberam aí do CEAS, num é, foi com muita
2854 competência, comprometimento e vou abraçar a causa, por parte da nossa querida
2855 jornalista Cesarina, tá aqui a Cesarina, chegou? Tá aqui pronto. Por favor, Cesarina tá
2856 aí. Na roça a gente aprende que galinha que bota tem que Cantar, senão gamba acha
2857 o ninho na frente, então acho que esse conselho precisa divulgar mais as suas ações,
2858 e aí dá um boletim mais no sentido de prestações de contas durante o ano, né, e é
2859 bom ressaltar aí as iniciativas n do nosso colegiado gestor que é a SEDESE.
2860 Principalmente com as aulas telepresenciais e com as iniciativas de capacitação do
2861 interior, fica o nosso agradecimento aí, é, antes de entrar pras comissões eu pedi uma
2862 inclusão de ponto de pauta e queria ressaltar pra todos, pois não Cesarina? Quer fazer
2863 uma fala? Por favor, o Microfone que nós vamos gravar. CESARINA - Boletim
2864 Informativo será encaminhado a vocês todos por e-mail, e vocês podem disseminar
2865 reecaminhando pra quem vocês acharem conveniente. Que é uma forma de a gente tá
2866 assim informando e preparando já para o próximo ano ok? PRESIDENTE - Obrigado
2867 Cesarina seja sempre bem-vinda viu, com essa contribuição efetiva sua e
2868 comprometida. A. eu pedi um ponto de inclusão de pauta aqui é, o foro nacional dos
2869 conselhos estaduais é, ele tem tido um papel importante no sentido de troca de
2870 experiências e até de estar em paralelo com o avanço normativo da política pública de
2871 assistência é no sentido propositivo e assim sendo é, existe o entendimento, o
2872 entendimento muito maciço dentro do fórum que tem realizado as suas reuniões com
2873 entorno de 20 estados participantes, existe um entendimento de que a gente devia
2874 avançar um pouco mais no sentido de torná-lo realmente um fórum inclusive
2875 estatutariamente, essa reformulação estatutária foi feita e aprovada com participação
2876 de todos é, o foro tem recebido muitos elogios no sentido das iniciativas e temáticas
2877 que tem sido discutidas inclusive com os convites a quem a gente tem formulado,
2878 sempre MDS, com CEAS é, e alguns atuantes da sociedade civil o que se soma, e
2879 assim sendo houve um entendimento deles e com muita veemência que Minas Gerais
2880 continuasse a frente na presidência do foro nacional até que desse a expirar o
2881 segundo mandato, o segundo mandato expira em junho é, portanto nos temos mais

2882 duas reuniões que são trimestrais, a próxima reunião vai ser, em Pernambuco, Recife,
2883 a de março e a de Junho será no Amapá, no Macapá. Num é, então é, importante que
2884 pela deliberação do e reforma do estatuto do foro nacional é que exista uma
2885 deliberação dos conselhos estaduais em tá apontando quem é que deve representar o
2886 conselho de estado naquele foro, porque democraticamente houve um entendimento
2887 de que necessariamente não tenha que ser presidente ou vice-presidente do
2888 colegiado, E sim um conselheiro que o colegiado delegar pra fazer a representação
2889 junto ao FONACEAS e assim sendo eu coloco a mesa mais uma vez num é, é por
2890 força até de, de continuidade na presidência do foro nacional a, o meu nome como
2891 representante do conselho de estado que não quer dizer necessariamente que só eu
2892 possa representar tanto é assim que a última reunião, a derradeira o conselheiro
2893 Marcelo esteve conosco no FONACEAS. Então fica aberta outra indicação se não
2894 houver a manifestação por parte de um conselheiro governamental, o que eu acho até
2895 que é mais importante até para uma formação paritária embora também não existe
2896 essa compreensão por todos. Deve ser, deve ter liberdade, independência dois da
2897 sociedade civil, dois do governo ou de forma paritária, eu primo pela paridade.
2898 Conselheira Roberta. ROBERTA - É, eu só queria entender, porque eu não conheço o
2899 estatuto do FONACEAS é, o que eu sei é que, Minas Gerais está na presidência do
2900 FONACEAS não é isso? É, a presidência do Fórum, do FONACEAS é do presidente
2901 do conselho que representa ou o nome da pessoa? Isso que eu preciso entender.
2902 Essa é a primeira pergunta, entendeu, porque tendo em vista, porque a pergunta, nós
2903 estamos já em janeiro com mudança de presidência desse conselho né então se for a
2904 presidência do conselho, aí obviamente é a sequencia do nome, estaríamos aqui
2905 discutindo um outro nome que quisesse compor como sempre foi tranquilo. O se é a
2906 presidência do FONACEAS é votado o nome da pessoa é que é nesse caso seria o
2907 conselheiro Geraldo, é essa a minha pergunta. PRESIDENTE - Ok, é que, a primeira
2908 situação é que, é o nome da pessoa uma vez que o próprio estatuto, ele do
2909 FONACEAS ele rege que a cada momento existe o rodízio, então a cada mandato,
2910 assume a presidência, assume a mesa diretora as regionais então nos temos, norte,
2911 nordeste, sul, sudeste e centro oeste. Então esse é o momento do sudeste o momento
2912 que foi o sudeste aí foi eleito Minas Gerais através da minha pessoa como presidente
2913 o regimento estatuto, o estatuto hoje não diz que deve ser o presidente ou o vice-
2914 presidente ele diz que é o conselheiro que o colegiado deliberar pra fazer a
2915 representação do estado naquele fórum. Isso é que diz o regimento hoje. Roberta,
2916 então é a pessoa, não é o presidente, inclusive, necessariamente, por exemplo, é se o
2917 Geraldo afasta hoje, porque deixou de ser o presidente nesse entendimento, não é o

2918 outro presidente que assumiria, teria um outro processo eletivo. Segundo o regimento
2919 do foro nacional. ROBERTA - Aí é, veja bem, eu só queria colocar... GERALDO -
2920 Presidente é só porque isso altera lá, Roberta, só pra entender, isso altera a
2921 composição é de forma participativa das regionais do país. ROBERTA - Eu tô
2922 entendendo, eu só acho o seguinte que do ponto de vista da questão jurídica e legal, o
2923 presidente do conselho representa o conselho em juízo ou fora dele não é isso? Então
2924 por exemplo, quando eu tô dizendo você tem um foro de conselhos estaduais aí você
2925 tá dizendo que nesse regimento lá não é o presidente do conselho que representa o
2926 conselho lá nesse foro é a pessoa um pouco diferenciado, por exemplo, no
2927 FONACEAS quem representa são os titulares, os secretários de estados, porque o
2928 foro fala é, foro de secretários estaduais de assistência social, assim como o
2929 FONACEAS, foro de conselhos estaduais de assistência social entendendo que o
2930 representante do conselho estadual, é o presidente, agora você tá dizendo que, nessa
2931 circunstância aí não é o presidente. É quem esse plenário entender e indicar. É isso?
2932 GERALDO - é exatamente isso. Então veja, pode ser o presidente ou não, mas o
2933 colegiado pode, isso eu penso que traz um benéfico participativo que amanhã é se,
2934 caiu pra sudeste aí em Minas Gerais o Presidente não pode estar presente o
2935 colegiado pode eleger um outro que vai fazer a representação de Minas Gerais. Está
2936 no regimento hoje. OK? Então tá aberto, Clareou Roberta? Tá aberto para o pessoal
2937 óbvio que, esse plenário tem toda a liberdade de escolher quem quer que seja pra tá
2938 fazendo a representação o ideal para o foro penso que é ter uma participação paritária
2939 é o meu pensamento particular deve ser uma participação paritária porque o
2940 aprendizado é muito grande e é bom que tenha a fala do conselheiro lá, mas enquanto
2941 pensamento de gestor, enquanto conselheiro da sociedade, do governo, enquanto
2942 outra vez em momentos é importante ter uma fala de um conselheiro que pense como
2943 a sociedade civil isso se soma conselheira Roberta e Conselheiro Marcelo. ROBERTA
2944 – Eu só queria dizer o seguinte, eu discordo de representação de dois porque lá tá
2945 representando o conselho né, quer dizer, o conselho de Minas Gerais é representado
2946 pelo conselheiro A ou B. e não é posições do conselheiro, dos conselheiros e da
2947 representação que é posta nessa discussão, porque senão é eu acho que não faz
2948 sentido quer dizer, quando eu falo o conselho de Minas Gerais tá no foro o conselho
2949 significa essa plenária aqui e a posição não é nem governamental e nem sociedade
2950 civil, é do conselho. Quer dizer, as pautas que lá forem discutidas e deliberadas ou se
2951 ele é consultivo putadas, é uma representação desse colegiado, não é uma
2952 representação de sociedade civil ou de governo se não fica uma discussão no meu
2953 entendimento esquizofrênico para a representação, pra dizer que a representação do

2954 conselho estadual. MARCELO - eu estive presente na última plenária do FONACEAS
2955 e vi o quanto foi rico a participação dos conselhos estaduais neste fórum nos que
2956 participamos desde a sua construção, eu fui um dos diretores da primeira diretoria, e
2957 hoje o quanto é participativo, e essa participação, ela vai inclusive aos secretários de
2958 estado, que estão participando ativamente, e lá neste encontro eles até dizem: - que
2959 bom que tem esse fórum porque aqui a gente tem condições de discutir ativamente a
2960 política pública de assistência coisa que, na fala dessas pessoas, no encontro do
2961 FONACEAS, é um encontro mais rígido um encontro mais.. não é um encontro assim
2962 tão burocrático, é menos burocrático e mais participativo e com isso hoje o
2963 FONACEAS tem um encontro, ele tem uma participação assim de 17, 20 estados, e
2964 quando se fala de participação de conselho eu concordo plenamente com a Roberta, a
2965 participação é do conselho num todo, e a ida de conselheiros que ela seja um, dois,
2966 três, eu acho que as discussões que estão sendo postas lá no FONACEAS, no meu
2967 ponto de vista foi muito mais rico a minha participação no FONACEAS do que no
2968 encontro nacional de CNAS de tão participativas de tão profundas foram as
2969 discussões que se fizeram lá no FONACEAS, considerando a metodologia que
2970 utilizada no encontro do CNAS, é por isso que eu vejo que a participação então do
2971 conselho no encontro ele não se traduz na participação de um único conselheiro, se a
2972 gente entender conforme a pauta que vai ser discutida lá que deva ir mais
2973 conselheiros eu acho que só vai enriquecer a participação de Minas Gerais que por
2974 sinal é fundamental lá no fórum considerando inclusive a liderança que o Geraldo
2975 traduz ali, o Geraldo ele recebe por parte dos conselheiros que lá participam, de todas
2976 as representações de todos os estados uma credibilidade muito grande, e a gente
2977 sente que o Geraldo consegue, não só lá como aqui também mas lá principalmente, já
2978 que a gente está falando de lá, congrega a participação dos conselhos, e lá como há
2979 embates muito fortes e calorosos, ele consegue de uma forma democrática traduzir
2980 aquilo lá, então eu acredito que nós aqui no nosso conselho a gente referendando o
2981 nome dele está engrandecendo o nome de Minas Gerais. PRESIDENTE – Só
2982 acrescentando que, por exemplo, como eu falo e por isso que eu disse antes aqui
2983 Roberta, existem posições diferenciadas e a gente respeita, por mais que se
2984 represente um colegiado a visão, existem posições diferenciadas na visão, no
2985 conselheiro da sociedade civil e do governo, por mais que você tente fazer o papel da
2986 responsabilidade da visão do conselho, tem visões diferentes e isso enriquece o
2987 debate, mas colocar que quando a presidência do fórum nacional carrega a árdua e
2988 espinhosa missão a secretária executiva do colegiado que faz a presidência, porque
2989 na realidade ela assume também pra presidência do colegiado nacional na secretaria

2990 executiva, e dá um trabalho medonho essa infraestrutura é enorme, desgasta muito
2991 tempo e dinheiro também, e recentemente também mudou, pra assumir o papel de
2992 fórum mesmo, passou a ser uma coisa mais horizontalizada na mesa diretora com
2993 coordenações diferenciadas, mas eu gostaria muito que a gente tivesse a participação
2994 não só do Geraldo, que tivéssemos a participação de dois conselheiros e mais a
2995 secretária executiva, acho que é de primordial importância e sendo assim, a minha
2996 preferência é que seja de forma paritária. ROBERTA - eu estou discutindo aqui do
2997 ponto de vista do conteúdo, sabe Geraldo, mesmo que tenham posições divergentes,
2998 eu entendo que no fórum é levado o entendimento do conselho do estado de Minas
2999 Gerais, quer dizer, podemos ter todas as divergências aqui, mas as colocações e as
3000 posições desse fórum, elas devem ser espelhadas de uma discussão desse conselho,
3001 senão, mesmo que eu mande dois paritários em nome de uma democracia, chegam lá
3002 eles tem duas posições diferentes o que fica é o seguinte, o conselho de Minas Gerais
3003 tem posições... Entendeu? Para o ponto de vista das discussões do fórum, eu acho
3004 que é péssimo ter uma posição de um conselho com duas posições até porque, as
3005 pautas devem ser precedidas de uma tratativa dessa plenária, porque qualquer um
3006 que for representar lá no fórum ele não pode ter uma posição, seja ele na Presidência
3007 seja ele delegado a ser representado, não espelhar a posição desse colegiado aqui,
3008 sob pena de ficar a posição de fulano, aí é uma posição pessoal não é a posição do
3009 colegiado, é por isso que eu defendo essa questão assim, de nos elegermos um
3010 representante, entendendo que, Assim como o Marcelo colocou, da experiência de
3011 tudo o que você agregou lá eu também não tenho dúvidas que seria o nome mais
3012 indicado pra dar sequencia ao que vem sendo trabalhado, e com isso que o Marcelo
3013 colocou, no momento em que se entender, que é uma pauta que requer uma
3014 participação com um grupo maior, ele deve ser pautado aqui e aqui se delibera. Hora
3015 pra reunião do conselho do mês tal nós vamos discutir um assunto importantíssimo e
3016 nos precisamos levar mais conselheiro pra que possa o debate ser mais enriquecedor,
3017 que isso seja tratado e que seja feito o envio de mais duas pessoas, agora gostaria de
3018 refletir aqui também, é que nós precisamos pensar Geraldo, quando a gente tá
3019 assumindo essa questão da presidência é isso, assim, a gente tem um valor nisso, a
3020 gente tá na frente, mas a gente tem uma questão financeira que é do estado pra
3021 assumir isso, temos um desgaste da secretaria executiva que ela assume todo esse
3022 trabalho, esse conselho estadual ele é específico porque além da discussão da política
3023 de assistência tem PCH, agora nos estamos continuando a presidência do
3024 FONACEAS que descarrega em todo o trabalho da secretaria executiva, isso também
3025 a gente precisa refletir do ponto de vista do custo benefício qual é o benefício que nós

3026 estamos agregando, porque de repente nos só estamos sacrificando, sacrificando do
3027 ponto de vista financeiro, sacrificando do ponto de vista da própria secretaria executiva
3028 que fica sobrecarregada pra desempenhar esse papel tão bem desempenhado como
3029 ela faz, eu acho que a gente precisa refletir isso pra saber, se isso tem sido um ganho,
3030 em que ponto que isso tem sido um ganho, e eu quero colocar aqui que eu registro e
3031 endosso as palavras do Marcelo, eu acho que você exerceu um papel fundamental
3032 nesse fórum, quando esse fórum foi criado, eu desacreditei da proposta desse fórum
3033 porque em determinado momento ele criou um conflito existencial, ele não sabia pra
3034 que veio e nem aonde veio, e pelo que eu estou entendendo agora, parece que tem
3035 propostas e lutas bem completas, que vocês tão desencadeando, agora, nós
3036 precisamos também tomar cuidado nessa questão, pra saber até que ponto nós
3037 estamos também sobrecarregando o conselho de estado de Minas Gerais do ponto de
3038 vista financeiro e até do ponto de vista de trabalho pra secretaria executiva.
3039 CRISTIANE - fui até contemplada em muitas das falas tanto da Roberta como do
3040 Marcelo, também Geraldo, fico aqui imaginando que enquanto participação a proposta
3041 feita pelo Marcelo me atrai melhor, me atrai mais de ter essa indicação do seu nome e
3042 ter a possibilidade de outros conselheiros em participar em momentos específicos,
3043 sem que isso demonstre uma dualidade do conselho, uma hora é um conselheiro que
3044 fala, outra hora outro conselheiro, acho que isso não é importante, reafirmar esse
3045 posicionamento que é do CEAS e não um posicionamento específico acho que isso dá
3046 mais transparência a esse processo em Minas Gerais como tem sido. Agora na hora
3047 que falou da secretaria executiva eu fiquei aqui preocupada, assim como a Roberta
3048 colocou, eu vejo aqui, nós todos aqui sabemos do empenho, do esforço, dessa
3049 secretaria executiva em atender a todas as demandas desse conselho, é inegável o
3050 trabalho dessas trabalhadoras e desses trabalhadores pra atender a todas as nossas
3051 demandas e a todas as questões que aparecem, e fico assim, bastante preocupada
3052 como a Roberta colocou, em ano de conferência, em ano que a gente quer dar, pelo
3053 menos foi colocada essa proposta, a gente vai discutir melhor em Fevereiro, nos
3054 vamos precisar ter uma atenção maior em relação às uniões regionais, em relação aos
3055 encontros regionais, e em outro aspecto que eu gostaria que você me esclarecesse
3056 Geraldo, como é que tá a questão, porque eu estou recebendo muito os informes do
3057 CNAS, por e-mail e estou vendo vários informes dele falando dessa intenção, desse
3058 planejamento de se articular melhor os conselhos estaduais, como tem sido feito isso?
3059 Como isso se relaciona com o FONACEAS, é uma dúvida que me veio aqui, porque
3060 eu li várias mensagens por parte do CNAS de haver uma articulação dos conselhos
3061 estaduais de assistência, em dois aspectos não é, primeiro essa questão da secretaria

3062 executiva principalmente na pessoa da Consolação que é quem responde mais
3063 imediatamente pelas demandas do FONACEAS e segundo essa questão mesmo dá...
3064 Do que é que tem de demanda para o próximo ano em relação ao FONACEAS nessa
3065 questão da articulação do CNAS. MARCELO - Dois pontos: primeiro quando a gente
3066 trata da questão orçamentária, dos recursos financeiros, esse é, toda vez que se faz o
3067 planejamento do CEAS, dentro do planejamento já constam essas despesas
3068 orçamentárias da participação do conselho nesse fórum então acho que nesse
3069 aspecto está resolvido. No que diz respeito à secretaria executiva a Consolação é que
3070 deve falar, mas só pra lembrar que me parece que o Geraldo na conferência passada,
3071 Cris, já era presidente do FONACEAS e já com todas as situações que a gente está
3072 discutindo aqui agora e que passou tranquilo, mas também lembrando que a sua
3073 presidência lá vai só até junho. CONSOLAÇÃO - Sem sombra de dúvidas é um
3074 trabalho maior do que a gente tem, porque tem que acompanhar não só e-mail mais
3075 uma série de coisas, mas eu me comprometi com o presidente nisso, eu me orgulho
3076 dessa representação de Minas lá porque eu acho que deu uma visibilidade muito
3077 grande pro conselho estadual, mostrar como a gente tem tratado matérias que eles
3078 ainda nem pautaram nem começaram, a experiência de Minas tá oportunizando a
3079 reorganização de muitos estados eles estão se sentindo mais fortes, o FONACEAS ele
3080 conseguiu se fortalecer com a presença do Geraldo lá dentro, os Gestores passaram a
3081 participar do FONACEAS com a presença do Geraldo lá dentro, quer dizer, com tudo
3082 isso e em termos de militância pra área da assistência social é lógico que eu tenho
3083 que dizer que independente desse trabalho que é um pouco a mais pra um
3084 fechamento do mandato, logicamente eu estou à disposição do Geraldo se a plenária
3085 assim definir por esse encaminhamento porque eu considero que pra Minas até o
3086 respeito em relação ao conselho nacional vem muito a questão do FONACEAS até de
3087 se ouvir de onde que ele está que Minas aparece hoje, ele tem uma nova cara pra
3088 isso. PRESIDENTE - Ok, Cris só dando a resposta a uma pergunta que você fez duas
3089 delas penso que já está respondido o CNAS tenta hoje se aproximar dos colegiados
3090 estaduais, e eu diria que deveria ter sido um papel dele a mais tempo, porque ele é o
3091 órgão máximo no que diz respeito à diretriz nacional, é um órgão evolutivo, porque ele
3092 tem as tratativas da diretriz nacional para os colegiados estaduais e municipais, ainda
3093 que tardia, é bem vindo que ele chegue agora pra fazer esse papel, mas penso que,
3094 não quero ser redundante, mas a nossa presença lá fortaleceu muito o fórum nacional,
3095 fortaleceu porque as adversidades que Minas Gerais têm, eu acho que carrega todas
3096 as adversidades que esse país carrega, porque a gente tem levado, a riqueza de
3097 discussões que a gente tem aqui, as problemáticas, principalmente se tratando de

3098 PCH's, a gente tem levado pra eles com visão pra mineração e extração de canaviais
3099 e mobilidade urbana, então a gente tem extrapolado pra título de direito e além, disso
3100 a gente tem feito, pautado discussões no fórum nacional, demos um rumo pra eles no
3101 sentido de sermos positivos e caminharmos lado a lado nas discussões, não é
3102 Roberta, pra pautar até o CNAS então existem iniciativas hoje dentro do CNAS que
3103 não tenho duvida nenhuma que saíram de dentro do Fórum, o fórum não compete, o
3104 fórum não delibera o fórum nacional ele é propositivo e isso precisa, no meu
3105 entendimento, acontecer pra que a discussão seja feita de uma forma mais efetiva,
3106 porque representatividade o fórum nacional tem muito maior que o próprio CNAS que
3107 eu diria, porque a composição dele é uma composição onde tem informação de
3108 conselheiros governamentais e das sociedades civis representantes dos colegiados
3109 estaduais, mas alguma colocação pessoal pode vencer ok? Alguma posição contrária?
3110 Não, ok? A gente faz questão de levar a deliberação pra lá que tá que a nossa
3111 participação fica até junho, a partir de junho esse colegiado vota outra pessoa, e aí
3112 independente de presidente e vice, o estatuto permite que se vote em qualquer um.
3113 Ok? Comissão, atendendo a reivindicação da conselheira Nívia, a comissão de
3114 políticas faz a apresentação, e dentro dela nos sugerimos que fizesse a apresentação
3115 do plano de assistência, lembrando que são só as ressalvas que foram feitas e os
3116 destaques porque a grande parte já foi apresentada. Conselheiro Volney. VOLNEY -
3117 Dados da SEDESE sobre a população em situação de extrema pobreza no estado de
3118 Minas Gerais, o material foi enviado pela secretaria, a gente tem sempre falado da
3119 importância de a gente se aproximar da universidade, aí coincidentemente eu recebo
3120 na minha casa uma revista da PUC Minas e nesse último número foi uma reportagem
3121 muito interessante sobre a população quilombola que é um trabalho que vem sendo
3122 feito desde 2009 em parceria com outras faculdades dentro da universidade. Então,
3123 nós estamos sugerindo, a comissão que teve a participação, minha, do Júlio e da
3124 Maria de Fátima, a gente tá sentindo a sua falta, Edir na comissão. A Dolores também
3125 não esteve com a gente, o Francisco também não esteve então a gente está
3126 solicitando, pra que vocês deliberem pra gente e solicite a PUC o envio da revista, ao
3127 CEAS pra que o CEAS a receba permanentemente e juntamente que nós peçamos à
3128 universidade que faça uma apresentação desses estudos e desses avanços junto com
3129 as comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais. Eu acho que isso vai
3130 contribuir em muito para o Gestor. Deliberam já de uma vez ou deixam pra deliberar
3131 no final? Oi? Também pegando a experiência da conselheira Adriana da SEAPA, ela
3132 tem experiência com grupos étnicos, Quilombolas, Indígenas, Geraizeiros,
3133 Catingueiros entre outros, também que faça uma apresentação para esse conselho

3134 aqui da sua experiência, para que a gente possa também tirar diretrizes, o pessoal tá
3135 querendo saber o que é Geraizeiros. ADRIANA - então gente, é um dos pontos que
3136 nos vamos discutir, mas a verdade é a seguinte no plano nacional que definem grupos
3137 étnicos nós temos acho que 27 categorias que são já reconhecidas em âmbito
3138 nacional Uma delas Geraizeiros. Os grupos étnicos têm alguma relação específica
3139 com o lugar onde vivem e com o qual atuam. Os Geraizeiros têm uns grupos que
3140 vivem nos gerais, nos campos gerais então eles têm todo um modo de vida,
3141 relacionado com o ambiente em que vivem, a gente chama os Geraizeiros, são como
3142 os Catingueiros que vivem na caatinga, assim como os Ribeirinhos, que tem uma
3143 convivência com as beiras de rios, os Quilombolas e os Indígenas que são os mais
3144 conhecidos, mas nós temos Quilombolas Geraizeiros, Quilombolas ribeirinhos,
3145 Quilombolas catingueiros. VOLNEY - Nós estamos pautando pra solicitar a SEDESE o
3146 material disponibilizado pelo MDS para a capacitação sobre os novos formulários do
3147 Cad-Único que tem campo específico para os grupos étnicos, dados atualizados da
3148 expansão das equipes volantes em Minas Gerais, os critérios para a seleção de
3149 municípios que receberam a expansão das equipes volantes, informações sobre o
3150 plano Brasil Quilombola em Minas. E por último, nós queríamos entender melhor qual
3151 que é a definição por parte da SEDESE o que caracteriza uma área Rural, o que
3152 caracteriza uma malha rural, eu gosto desses conceitos. Ah sim, Ok. ROBERTA - Só
3153 uma sugestão aqui gente, é só mandar pro INCRA, que o INCRA é, isso é
3154 especialidade do INCRA, é só mandar pro INCRA que eles explicam tudo direitinho,
3155 manda a legislação da terra, manda tudo. Entendeu? É fazer um ofício aqui e
3156 perguntar. VOLNEY - Então mandamos isso como encaminhamento? Ok? Bom então
3157 esses dois, já vota de uma vez esse encaminhamento ou não? Com relação à
3158 solicitação a PUC para o envio da revista e que seja também já agendada uma visita
3159 desse grupo pra expor os resultados desses estudos ok, aprovado? Ok, Aprovado! A
3160 apresentação da Adriana, aprovado também, alguém contra? Ok. Compatibilizar
3161 agenda né Adriana? Ok. Número Dois, listagem do censo SUAS 2011, após avaliação
3162 conjunta com a comissão de apoio, os dados, mais de 50 itens, foram filtrados pela
3163 secretaria executiva para deliberação, encaminhamento dos bancos de dados tratados
3164 pela secretaria executiva do CEAS a todos os conselheiros e técnicos da comissão
3165 visando que se apropriem dos conteúdos para proporem ações para o planejamento
3166 do CEAS de 2013. Ok, alguma dúvida aí gente? NÃO IDENTIFICADO - Não sei se eu
3167 vou falar Bobagem? O senso SUAS não é aquele que a gente discutiu que a SEDESE
3168 tem o papel enquanto órgão gestor de estar notificando o município, providenciando
3169 plano de providências, acompanhando? É do senso SUAS conselho, e desse que

3170 vocês estão falando? Então é Bobagem. VOLNEY - Complete aí, Nilce, Senso SUAS
3171 Conselho. Só acrescentar conselhos lá. ROBERTA - Eu queria dar uma sugestão
3172 gente, assim, Veja bem, trabalhar informação em senso não é algo tão simples e trivial
3173 como a gente tá colocando aqui. Nós temos um observatório na SEDESE, que a mim,
3174 eu entendo o seguinte, se aqui a comissão de política, comissão de conselhos
3175 municipais quer dados do senso SUAS, não sei quantos relatórios que possam ser
3176 tirados pra contribuir nessa, eu sugiro que seja pedido ao observatório, criamos o
3177 observatório pra fazer tratamento dessas informações, porque não basta entender da
3178 política, entender do sistema pra preencher fichas SUAS, você tem que ser estatístico,
3179 você tem que a prender a cruzar dados pra você gerar informação inclusive com essa
3180 responsabilidade de que são informações que vão ser tomadas de decisões pra
3181 planejamentos, o risco de você puxar a informação de um senso, isoladamente, sem
3182 fazer cruzamento de variáveis pra você tirar uma informação pra tomada de decisão
3183 de planejamento, se não for o setor competente para fazer isso, você vai ficar fazendo
3184 aqui um trabalho exaustivo que pode não atender a demanda inclusive de se fazer o
3185 planejamento desse CEAS, existe um observatório lá com o banco de dados com os
3186 sentidos do estado inteiro, inteiro, que eles podem fazer não sei quantos cruzamentos
3187 de variáveis pra poder responder as indagações que nós precisamos pra fazer
3188 planejamento. VOLNEY - Então que esse encaminhamento seja feito então para o
3189 observatório Nilce, podia colocar aí, como encaminhamento. NILCE - Na Verdade os
3190 dados foram trazidos na plenária anterior e aí são 74 colunas de informação de 800
3191 municípios do estado, informações que interessam claro de uma forma geral, mas
3192 mais especificamente, por exemplo, uns conteúdos da comissão de orçamento, em
3193 fim, e todos, muito a comissão de apoio ao município, quando a gente pensou
3194 Roberta, em encaminhar pras comissões, pros conselheiros, é pra que eles também
3195 se apropriem desse material que a gente conseguiu enxugar um pouco essas
3196 informações, pra que eles consigam visualizar, porque aí também, porque a gente vai
3197 fazer a solicitação ao observatório da SEDESE com qual foco? Acho que até para a
3198 gente fazer a solicitação, a gente tem que saber o que é que a gente vai pedir ao
3199 observatório também. ROBERTA - Eu acho que as comissões, quando você vai pedir
3200 informações, você não tem que anteceder leitura de informação pra pedir informação
3201 quer dizer, cada comissão, por exemplo, comissão de orçamento, comissão de
3202 política, no mínimo ela tem, que ter as suas inquietações e suas indagações para com
3203 o sistema único de assistência social em relação ao estado, ela tem que ter sua
3204 indagações, entendeu, agora onde ela vai ter as respostas, é no senso, onde está o
3205 banco de dados lá, e vou ser muito sincera gente, não é uma tabela dessa aqui ó, não

3206 é uma tabela dessa, se ela não for consolidada, que vai dar alguma informação pra
3207 conselheiro, sabem porque? Vamos ser práticos aqui, manda um negocio desses aqui
3208 pra comissão, você vai contando, sim, não, sim, não sim, não, é isso, o que eu estou
3209 dizendo é que o observatório ele estratifica, ele te dá números, ele vem aqui nesse
3210 banco de dados e diz pra você, no estado de Minas Gerais conforme o senso SUAS
3211 você tem, perfil dos conselheiros, 30% são assim, 30% são assados, então não é ver
3212 tabela, essa tabela aqui, vocês vão ficar dias vendo tabela e não vai levar vocês a
3213 lugar nenhum o que vocês precisam é consolidado, são dados consolidados, de um
3214 banco de dados que é o sistema SUAS que vai levar vocês a tomar a decisão, dizer
3215 assim, por exemplo, a comissão de conselho, vai ler lá, olha aqui gente o perfil dos
3216 conselheiros tantos por cento é assim, então nós vamos fazer capacitação, vamos ver
3217 qual é o perfil dos conselheiros municipais, o senso é pra isso, é pra você ter dados,
3218 você tem um banco de dados, você não pode ficar vendo tabelas, disso aqui, isso aqui
3219 não leva ninguém a nada não. Isso aqui vocês vão ficar... Porque a tabela do jeito que
3220 ela está espelhada ali, se ela não for consolidada, vocês vão ficar em cima do nada,
3221 porque vocês vão ficar contando, sim, não, sim, não sim, não, sim, não. E é assim,
3222 estou dizendo isso porque o que acontece no Governo Federal, o Governo Federal
3223 quando fecha o Senso na CIT são apresentados os dados do senso. Agora apresenta
3224 consolidado, fala-se olha, tantos CRAS existem em BH o indicador dos CRAS pela
3225 resposta aqui ó, tantos por cento dos CRAS tá nessa condição, tantos por cento dos
3226 conselhos tão funcionando, 10%, você entendeu, você recebe consolidado pra você
3227 discutir a informação e tomada de decisão, e pra isso tem o observatório lá, que tem
3228 essa especialidade, pra que vai ficar quebrando a cabeça dos conselheiros com isso.

3229 VOLNEY - Eu sugiro então que volte pras comissões, que as comissões façam as
3230 suas indagações e encaminhem para o observatório, então, pra que eles respondam.
3231 Vocês concordam? PRESIDENTE - Eu penso que é pertinente o que a Roberta coloca
3232 com muita propriedade, porque realmente não é uma coisa só de resultado e
3233 entendimento, a gente corre o risco em não fazendo a leitura com a qualidade
3234 requerida e a gente sair de repente com o resultado distorcido. Então é bom que a
3235 comissão use o observatório Volney e a comissão peça ao observatório e te de aquilo
3236 que você queira. VOLNEY - Precisa Júlio porque todas as comissões têm suas
3237 inquietações as suas perguntas, não, não, que cada comissão, observatório. É o que
3238 nos queremos. Sim, ok? Podemos fazer esse encaminhamento então, que vá pra cada
3239 comissão e elas façam as suas perguntas? As suas indagações, suas perguntas? Ok,
3240 Nilce? E volte pra comissão de política consolidado, ok, Nilce? Esse encaminhamento.

3241 NILCE - Considerando o tempo que a gente tem pra propor o plano de ação do

3242 conselho, a gente precisa de uma forma disso mais rápida, pra que as comissões
3243 consigam trabalhar suas demandas em cima desses dados também. ROBERTA -
3244 Estou dizendo o seguinte, eu acho que não pode colocar a base dessa informação pro
3245 planejamento, não pode. Eu acho que é o seguinte, faz o planejamento com aquilo
3246 que a gente sempre fez, até antes de ter Censo SUAS, faz e inclusive no momento
3247 que estiver fazendo o planejamento vão surgir uma série de indagações de
3248 informação, entendeu? Aí vocês vão anotando as suas perguntas, mandem lá pra
3249 SEDESE, pede, aí é o tempo que vai demorar pra voltar, agora eu só acho que não é
3250 possível condicionar um planejamento da SEDESE com base de informação no Censo
3251 SUAS, porque nós nunca fizemos isso. Até porque a gente sempre fez o planejamento
3252 do conselho, e outra coisa, o Censo SUAS fechou agora se não me engano, novembro
3253 e dezembro, então estratificar essas informações não é algo tão simples, por isso é
3254 que eu estou insistindo, não bote o planejamento do CEAS, poderia ser uma
3255 possibilidade, pode ser uma possibilidade, pode, ok. Inclusive com o olhar de
3256 conferência, falar olha, se a gente tiver esse perfil vai facilitar uma serie de coisas,
3257 agora não dá pra colocar isso como base não, porque possivelmente não vai ter, aí vai
3258 dizer não vai fazer? Vamos fazer o nosso planejamento, contando o que vai ter as
3259 conferências, as capacitações e depois vocês selecionam a temática com outras
3260 informações que podem surgir. VOLNEY - E além do mais são informações de 2011,
3261 essas aí são de 2011 quer dizer, um ano tem muita diferença, já houve muita
3262 mudança, pois é. Podemos fazer esse encaminhamento que a Roberta sugeriu?
3263 Vocês concordam? CONSOLAÇÃO - Eu particularmente Roberta, gostaria até de uma
3264 orientação sobre a solicitação ao observatório porque quando encaminha também pra
3265 ele fazer, pegar os dados e jogar, ou ele associar a outros, até que tipo de pergunta
3266 que a gente, que o conselho vai ter pra que isso possa ser tratado, porque o que eu
3267 entendi na comissão, a gente ia fazer, ia levantar alguns problemas, por isso foi
3268 selecionado alguns aspectos pra que isso subsidiasse a elaboração de priorização de
3269 ações e regiões, quer dizer eu estou trabalhando com um dado mais bruto mesmo, e
3270 um levantamento mais genérico, do que eu colocar outros indicadores e fazer essa
3271 tratativa, então até pra mandar para o observatório, eu sei que em outros momentos
3272 eles vão ligar e falar assim, mas o que realmente, o que vocês querem, é talvez nesse
3273 momento nesse primeiro planejamento, pelo menos o que eu havia entendido quando
3274 estive na comissão nessa hora, seria simplesmente, esses aspectos, relativos a
3275 secretaria executiva o que foi apontado pelo senso mesmo e considerando que ele é
3276 uma ferramenta da política de assistência social neste momento então como é que a
3277 gente poderia pra, se vai ser pra discutir as questões das uniões, fortalecer a união em

3278 que região, fortalecer a questão da existência da secretaria, que tipo de mobilização,
3279 chamar municípios que não contemplaram aqui, fazer aquele mutirão que
3280 anteriormente a gente fazia regionalmente, era pra isso essa tratativa desses dados, aí
3281 eu não sei se houve... ROBERTA - Eu vou insistir, primeiro que vocês estão na ilusão.
3282 A sua fala, que vocês vão encontrar isso no Senso. Você acabou de fazer uma
3283 perspectiva de planejamento aí, sem precisar do senso. Segundo, os dados que estão
3284 no senso são de 2011 porque em 2012 não foram tratados, ok, não foram tratados de
3285 2011 é possível dele fazer e eu não acredito, não acredito que não consiga ter, por
3286 exemplo, de cada comissão, três perguntas que você quer responder, relativo a cada
3287 comissão e manda pra ele, se ele não entender gente, chama o cara do observatório,
3288 o Flávio e super parceiro, fala, Flávio olha a gente esta querendo fazer o
3289 planejamento, aqui nós estamos perguntando essas questões, eu estou evitando,
3290 evitando, porque quando você fala em trabalhar com material bruto, aí e que corre o
3291 perigo, porque quem trabalha com material bruto de informação, algumas coisas se
3292 tornam verdade, e quando você vai lá no banco de dados não é verdade, eu estou
3293 cansada de perceber isso, por exemplo, você tem uma estatística lá de material bruto,
3294 aí você pega lá, aquilo vira verdade, a pessoa leu lá, olha aqui o Contem deu 10% deu
3295 50, mas ô Consolação, quando eu tô trabalhando com tomada de decisão passa a ser
3296 uma verdade, porque vocês pautaram essa informação pra fazer planejamento,
3297 planejamento é tomada de decisão, então vocês estão correndo um risco muito
3298 grande, porque aí é isso, vira verdade, assim tem 3 conselhos, tem 10 e não é gente,
3299 você tem que entrar na informação, cruzar variável, se não a gente é acometido de
3300 uma falha brutal no planejamento do que é uma informação errada. NÍVIA - Eu queria
3301 fazer uma proposta pra comissão, pra ser deliberada aqui, eu proponho que a
3302 comissão, através da Nilce ou dá Consolação, agende uma reunião com o gerente de
3303 observatório, eu tenho certeza que ele pode vir aqui, ou se vocês quiserem agendar lá
3304 na SEDESE, pra fazer uma conversa preliminar, antes de mandar papel, porque as
3305 vezes, Roberta tem razão no que ela diz, o dado que vocês pensam, querem, ele vai
3306 dar outra opinião, não por aí a gente não consegue, mas consegue importar o dado,
3307 tá? Que vocês façam, a comissão faça primeiro uma conversa com o Flávio pra
3308 chegar num entendimento de qual dado é possível o observatório tratar, a partir do
3309 Censo SUAS, e devolver pra comissão da forma que seja, contemple a indagação, o
3310 desejo da comissão, Ok? É super tranquilo, não precisamos de formalidade, nesse
3311 primeiro momento eu peço a Consolação e a Nilce, tá Consolação? Passe esse
3312 contato ao observatório, eu me coloco a disposição pra intermediar se for necessário,
3313 Gilvânia, é tranquilíssimo, o observatório está lá pra servir a SEDESE, e a partir dessa

3314 reunião com o observatório, o Flávio mais as técnicas dele lá, vocês façam o
3315 encaminhamento direto com ele, e ai sim nós vamos formalizar, porque ele gosta de
3316 formalizar, pra ele ter registrado lá, mas a partir do consenso que for feito com ele,
3317 com relação aos dados possíveis de serem filtrados, de serem tratados pelo
3318 observatório. Ok? ANÁLIA - Fazer só uma observação com relação ao planejamento
3319 porque parece que uma das grandes inovações da NOB, da nova NOB, é ter um
3320 diagnóstico, é ter um conhecimento para fazer o planejamento, então assim, de onde
3321 vierem os dados serão muito importantes e que a gente possa fazer essa checagem,
3322 se a gente checar, olhar hoje, por exemplo, o senso do IBGE tem municípios que tem
3323 27% de pessoas com deficiência e nós sabemos já, que as pessoas que fizeram o
3324 senso, chegaram e a pessoa tinha problema de coluna e ele colocava deficiente,
3325 estava cardíaco, deficiente, então nós temos um dado erradíssimo hoje no IBGE,
3326 então as informações devem chegar e a gente ter o bom senso na hora de realizar o
3327 planejamento. Ok. VOLNEY - Então, vamos então ao próximo Item, Ofício da
3328 prefeitura de Belo Horizonte, alterar ordem, houve uma alteração de ordem, Item 4,
3329 Ofício da prefeitura de Belo Horizonte 336/2012 da data de 04/12 que foi encaminhado
3330 parecer da procuradoria geral da prefeitura de Belo Horizonte, sobre limites e atuação
3331 do poder público em especial no problema, a população de rua, nós sugerimos aí que
3332 o parecer seja encaminhado aos conselheiros do CEAS pra conhecimento. Ok?
3333 Aprovada a Deliberação aí? Ok? Oi? Agora pra conhecimento, ela é informe não é?
3334 Resolução da SIB 12 de 2012 e 13 de 2002, resolução 12 de 2012, trata de alteração
3335 de condição de gestão inicial para básica em Coronel Pacheco, Muriaé de básica para
3336 plena, e a resolução 2 de 2012 aprovação do plano de previdência no âmbito do sul
3337 hoje em 22 municípios, só pra informação, só pra conhecimento. Só pra conhecimento
3338 ok? Vamos pro CEAS agora, pronto. Bom o plano foi apresentado na plenária passada
3339 e houve a necessidade da contribuição de conselheiros e também de complementação
3340 de diagnóstico, só pra facilitar pra vocês, as partes sombreadas de amarelo
3341 correspondem a alterações já realizadas pela sua SEDESE em função da contribuição
3342 de conselheiros, esse verde né, é verde. Isso é verde amarelo, as partes escritas em
3343 vermelho, são propostas de inclusão em função de outras contribuições, vermelho, é
3344 não tem como ler. Depois no final do documento segue análise das deliberações da
3345 nona conferência estadual se foram ou não incorporadas e já foram cumpridas ou
3346 estão sendo, ou estão sendo, análise de pertinência e as competências entre outras
3347 questões. As contribuições incluídas com sugestão de alteração pela comissão de
3348 política estão em destaque na cor azul turquesa, como o texto já foi apresentado em
3349 plenária vamos nos ater somente aos destaques, tá? Então vamos lá então Nilce,

3350 Vermelho, o que é o vermelho? NILCE - Então, o que tá destacado de verde já foi
3351 aprovado, discutido, né? Aqui a gente a comissão sugere fazer a solicitação a
3352 SEDESE pra monitoramento do plano de informações das propostas pelas superações
3353 dos desafios e vulnerabilidades destacadas acima apontados no CEAS, no CEAS
3354 ações Intersetoriais em relação às demais políticas envolvidas, não seria pra inclusão
3355 no plano, mas pra informação posterior pra que seja monitorado. ROBERTA - Eu acho
3356 que não cabe nem solicitar a SEDESE porque é claro que existe, isso aqui é o plano
3357 estadual, da política estadual de assistência social e compete por lei a SEDESE
3358 monitorar e executar esse plano, tá lá escrito, nas competências da SEDESE tá lá
3359 escrito, agora, compete a esse conselho cobrar os resultados desse plano, eu acho
3360 que isso aí é extremamente redundante, entendeu? Dá impressão que a gente tá
3361 fazendo um plano parecido de Candonga, fora do contexto, não gente, pelo amor de
3362 Deus, é isso, a gente tá fazendo um plano, aí solicitar SEDESE monitoramento não faz
3363 sentido. NÍVIA - Esse monitoramento, ele já tá previsto no próprio plano. ROBERTA -
3364 Tá previsto no próprio plano e outra coisa, pega as competências do gestor, e pega as
3365 competências do conselho tá escrito aqui ó. Entendeu? Eixo 7 tá aqui monitoramento
3366 então não cabe essa questão aí não. Pra mim é supressão. NÍVIA - inclusive, eu
3367 participei da reunião da comissão, e a proposta Volney é o que a gente entendeu na
3368 comissão, é que a comissão traria apenas esclarecimento dos destaques que foram
3369 apresentados aqui na última plenária já inclusive com o indicativo da comissão pra que
3370 a gente passasse a deliberação, porque se nós formos analisar propostas de inclusão
3371 aí, nós vamos voltar com o plano todo. E eu concordo com a Roberta quando eu não
3372 estava na comissão nessa hora que foi dito, que foi sugerido essa proposta, faz parte
3373 do processo de monitoramento do plano, gente. Das ações da SEDESE, inclusive está
3374 descrito no plano de assistência social, então a proposta que foi definida ontem na
3375 comissão eu não entendi que seria dessa forma. Eu queria sugerir que a gente
3376 passasse, os senhores devem se lembrar que na última apresentação houve
3377 discussão e proposta de deliberação deste plano nessa plenária, ficou acordado que a
3378 partir de algumas demandas que surgirão do conselheiro Mauro, na época, a gente
3379 voltaria com o plano pra ser discutido na comissão, após ele ter ido para a SEDESE
3380 para a inclusão, para análise e inclusão, a SEDESE fez isso em tempo hábil fez a
3381 análise fez a inclusão e ontem nós estivemos aqui na comissão discutindo as
3382 inclusões das propostas do conselheiro mauro, e outra, hoje a gente ainda teve o
3383 cuidado, porque ontem o conselheiro Mauro não pode estar na comissão de conversar
3384 com ele, e explicar pra ele, como que ficou a inclusão das propostas dele, pra que se
3385 ele concordasse com o formato que a gente deu, a elaboração que a gente deu, e

3386 onde a gente incluiu as propostas dele no plano, se ele concordasse a gente traria pra
3387 cá da forma como foi definido na comissão ontem, ele concordou, então eu acho que
3388 se a gente for voltar a discutir dessa forma Volney, nós vamos voltar a discutir o plano
3389 todo, queria sugerir que a condução fosse feita conforme discutido na comissão
3390 ontem. NÃO IDENTIFICADO - na mesa diretora a gente, eu queria só completar Nívia
3391 que nós não só fizemos as inclusões das propostas do Mauro, nós fizemos uma
3392 resposta pra cada apontamento que a secretaria executiva desse conselho fez com
3393 relação ao plano como um todo, então ele veio respondido todos os apontamentos
3394 feitos pelo conselho tá? Só estou esclarecendo pra plenária. CRISITIANE - Deixa eu
3395 só entender, desculpa Volney é porque, o que está em vermelho é a análise que a
3396 comissão fez, não é isso? Deixa eu só entender. Não? Porque eu estou só tentando
3397 aqui me apropriar do processo pra ver o seguinte, eu entendi que hoje a gente ia ver, o
3398 que que o Peas, no sentido assim, atendeu e o que não atendeu, porque hoje é pra
3399 aprovação, não dá mais pra a gente sugerir mais nada, então assim, é verificar assim,
3400 é pra a gente avaliar se atendeu ou não atendeu as questões que nós já colocamos na
3401 plenária, faltou associar as ações estratégicas para solucionar e minimizar, ainda é
3402 uma avaliação de que faltou isso aí no plano, não é isso? O que tá em.
3403 CONSOLAÇÃO - como solicitado na última plenária eu peguei tudo aquilo que havia
3404 sido falado aqui e que ainda não havia sido incorporado e coloquei e uma das coisas
3405 Cris, até foi isso, que foi uma contribuição sua falou-se, faltou isso, isso não foi
3406 localizado, então agora eu tô repetindo, faltou isso porque não foi localizado naquele
3407 documento é por isso que tá ali, inclusive é o que saiu na plenária, e coloquei tudo do
3408 Mauro, distribuindo da mesma forma como foi solicitado, em quadros de propostas,
3409 aonde cabiam, foi uma análise feita minha, tecnicamente. Então pode ter divergência,
3410 mas foi a minha análise técnica. ANÁLIA - Com relação ao monitoramento olhando
3411 aqui o eixo 7 da pra perceber que aqui fala sobre o sim, a vigilância social, a vigilância
3412 sócio existencial, e não traz realmente o monitoramento das ações do estado, eu não
3413 estou assim fazendo uma leitura rápida aqui, porque eu já tinha lido antes, mas parece
3414 que cabe bem o que está aqui, que a comissão colocou queria que fosse considerado.
3415 JÚLIO - Presidente, eu penso assim a maneira mais fácil eu acho de resolver isso,
3416 vamos item por item, de acordo com o que foi proposto na plenária passada, por
3417 exemplo, o primeiro item aqui. Não foi apresentado diagnóstico oficial do estado que
3418 subsidiou o plano, não vou ler tudo não, então o que foi apresentado agora, de novo
3419 sobre esse assunto aqui? O segundo item do mesmo jeito, vamos tópicos que nós
3420 vamos votar o plano pra incompleto de novo. Não seria mais fácil isso? Mas é esse
3421 aqui que nós discutimos lá ontem. NILCE - Júlio, a forma como for, porque o plano já

3422 existia, essas questões elas foram distribuídas dentro do plano, buscando, quer dizer,
3423 o que foi questionado é o que a Consolação acabou de explicar, então foi questionado,
3424 por exemplo, um conselheiro pontuou a necessidade de associar a ação estratégica
3425 pra solucionar as questões os desafios, então tentou identificar dentro do plano onde
3426 se encontrava alguns, eles estão imediatamente, eles estão juntos, outros no
3427 diagnóstico ou dentro dos itens, dos eixos, tá? Aqueles que não foram respondidos
3428 eles continuam aqui em destaque, entendeu? Sim. CONSOLAÇÃO - ô gente, por isso
3429 que foi deliberado na plenária passada, encaminhado a todos os conselheiros, foi
3430 encaminhado esse compilado para que todo mundo fizesse a leitura e trouxesse pra
3431 plenária as suas considerações, agora essa discussão, por exemplo, da comissão,
3432 então a comissão inclusive a tratativa seria o que? Já tá ali, faltou isso, eu li o plano,
3433 todo mundo leu pressupõe-se que sim então, isso aí foi constatado? Porque na hora
3434 que fala assim, faltou ações, nós não estamos falando, faltou associar as ações
3435 definidas como estratégicas para a solução e enfrentamento, faltou uma associação
3436 que é o que foi detectado pela comissão naquele momento, eu só fiz o compilado
3437 Roberta, espera aí, eu fiz só o compilado, não é porque você me olhou com uma cara,
3438 No outro, foi só uma inclusão que foi pedido, o resto do plano, diagnóstico já está ali
3439 foi mostrado com uma cor diferenciada o acréscimo que teve do plano anterior para
3440 esse segundo plano, então as outras questões foram respondidas? Foram. Isso que
3441 foi, agora para confirmar para os conselheiros que foi respondido, houve o que, eu
3442 assinalei tudo o que foi incorporado, então assim, foi, tá ali tá provado, agora eu acho
3443 que na plenária, não seria o caso de pegar todos os pontos e falar assim, o que que
3444 ficou pendente e a proposta assim, vai ter essa incorporação e outra, senão é voltar
3445 uma análise do plano todo novamente, e desculpa Roberta. NÍVIA - Bom pessoal a
3446 comissão fez esse estudo, esse exercício que a Consolação acabou de dizer ela fez
3447 todas as inclusões nos lugares que ela achou adequado a partir das contribuições dos
3448 conselheiros, a SEDESE, analisou incorporou, justificou onde não cabia incorporação,
3449 ontem cada item desse que foi enviado para a SEDESE , ele foi devolvido pela
3450 SEDESE com as devidas justificativas e inclusões foi discutido na comissão, item a
3451 item, então eu acho que não cabe aqui a gente voltar e discutir tudo de novo, acho que
3452 aí nos vamos abrir novamente pra novas propostas e inclusões, e aí não tem problema
3453 nenhum, não tem problema nenhum pra SEDESE, nos vamos voltando, vamos
3454 analisando e vamos incorporando, só que nós nunca vamos fechar esse plano, e nós
3455 estamos executando, nós já executamos 2012, o que tá aí 2012 já executamos, muitas
3456 ações já estão no nosso planejamento pra 2013, e iniciamos janeiro já executando, e
3457 vamos embora, não tem nenhum problema pra SEDESE não, só que eu acho que a

3458 gente precisa ter uma definição. Até pra saber que a gente tá trabalhando, dentro da
3459 linha de proposta do plano aprovado por este conselho. ROBERTA - Eu só queria
3460 clarear, o seguinte, só pra a gente entender, pra a gente saber o que, então só pra
3461 lembrar, o que tá de vermelho, foi o que tava faltando, o de verde tá mostrando assim,
3462 sabe aquilo que você perguntou? Tá aqui. Não é isso? O que perguntou aqui, tá aqui
3463 ó, tava lá no plano, ok. Mas aí o que estou entendendo é que o azul e continuo
3464 insistindo é que não cabe o azul aqui, porque o azul tá perguntando, Ok, você já achou
3465 lá no plano, e como é que você vai monitorar isso, vamos perguntar a SEDESE? Aí eu
3466 estou insistindo monitoramento é do plano como um todo não é só de desafio não,
3467 pelo amor de Deus, então sugestão minha, apaga a azul, não tem nada há ver aqui,
3468 dá pra confundir, aí pergunta, alguém perguntou assim, quais os municípios e regiões
3469 prioritárias? Aí tá de verde aqui a resposta, isso vai subindo aí, claro. Pronto aí
3470 perguntou lá, quais são os municípios prioritários? Tá aqui a relação dos critérios para
3471 prioritários, porque ninguém pode relacionar município em plano, você relaciona os
3472 critérios, ok? Continua, vamos pra vida, depois, se concorda ou não. MARCELO -
3473 Porque esse planejamento estratégico pra discutir os indicadores, considerando os
3474 indicadores isso tem alguma coisa a ver, perdoe a minha ignorância, para efeito de
3475 critério de partilha de Recurso? ROBERTA - não, por enquanto, não, porque veja bem
3476 gente, num plano, a gente tá fazendo um plano da política de assistência aí cada ano
3477 que você discute critério de partilha, me ajuda aí, esse aqui o critério que ela tá
3478 perguntando, para as questões estratégicas ou os municípios estratégicos, para, o
3479 critério é esse aqui, tem haver com o IDH, pra planejamento de intervenção, agora lá
3480 na frente vocês definem outros critérios não tem nada à ver. Continua a vida. Aí tem
3481 um vermelhinho assim, esse vermelhinho é uma pergunta ou já é preposição?
3482 Inclusão. Aí alguém entendeu que devia incluir isso aqui não é isso? Fortalecer as
3483 ações de combate a pobreza e a fome em Minas Gerais incorporando perspectiva e
3484 ética de gênero com todas as ações de assistência social, de segurança alimentar e
3485 nutricional e nos programas de transferência condicionada de renda do governo
3486 estadual, com prioridade as mulheres e chefes de família, o governo estadual não tem
3487 transferência de renda, tá gente, já aí começa o erro, já começa o erro aí. NÍVIA -
3488 Roberta, eu expliquei ontem na comissão, exatamente isso que você está dizendo, os
3489 programas de transferência de renda são do governo federal, o único programa que
3490 nós temos que transfere renda é o poupança jovem, mas mesmo assim, ele está em
3491 parte dos municípios, ele não está na totalidade dos municípios, mas ainda sim a
3492 comissão achou por bem inserir dessa forma inclusive eles propunham, eu deixei
3493 claro, nós não temos, nós tínhamos alterado isso aí ontem, transferência de renda é

3494 do governo federal. Nós estamos tratando de ações do estado, então eu não vou
3495 colocar aqui, objetivo que é de programa federal. Nós tínhamos tirado. NILCE - Na
3496 verdade, nas várias contribuições dos conselheiros apareceu essa questão então da
3497 transferência, e aí, foi conversado com o conselheiro hoje, dessa alteração, então na
3498 verdade quando eu corrigi esse documento passou esse parágrafo aqui tá? Ok?
3499 ROBERTA - Garantir a política de renda, cidadania e assistência social para a
3500 população Negra, Quilombola, Indígena, Cigana e de comunidades de Terreiros. Eu
3501 quero fazer um destaque aí, a gente podia ir fazendo destaque e depois volta pra
3502 deliberação, pode ser? Pode. A minha proposta é contrária eu tinha pedido o
3503 destaque, porque a gente faz tudo e depois volta no destaque aí você fecha o plano
3504 como um todo. Põe destaque aí ou volta? Gente é o seguinte, nós estamos fazendo o
3505 plano aí isso aqui é o que, isso é proposta ou isso é diretriz? Porque quando fala
3506 garantir na política, isso é diretriz? Qual que é esse item aí? Objetivo específico, aí
3507 como objetivo eu entendo que nós vamos colocar algo que nós não vamos cumprir do
3508 ponto de vista de garantir política de renda, porque o governo do estado não trabalha
3509 com transferência de renda, nós não trabalhamos com transferência de renda, quando
3510 você pega a política de assistência social descrita lá, não compete ao estado criar
3511 transferência de renda compete, financiar serviços, benefícios, programas e projetos,
3512 agora programa de transferência de renda é uma coisa que a gente vai colocar aí e
3513 que não está no universo do governo, se vocês entenderem, se esse colegiado
3514 entender de votar de continuar aí é algo que nós vamos estar brigando o tempo inteiro,
3515 mas que nós vamos conseguir nós não vamos não, entendeu? Porque não é num
3516 plano de assistência social que você cria transferência de renda para benefício, e ali tá
3517 falando garantir, entendeu? Ok. Mais garantir, olha ali gente, até porque quem trabalha
3518 a política de trabalho não somos nós. NÃO IDENTIFICADO - Roberta, a comissão e o
3519 Mauro, parece que essa foi uma colocação até feita pelo Mauro, eu acho que o Mauro
3520 tava querendo contemplar as demandas das comunidades tradicionais que é a
3521 seguinte, garantir acesso à, entendeu? Ou garantir que sejam, às vezes, na escrita dá
3522 esse entendimento, isso mesmo, leitura texto quanto mais a gente ler melhor ele fica
3523 né? Mas eu queria conferir com o Mauro e com a Comissão... Garantir que os grupos
3524 étnicos tenham acesso real, de fato as políticas de renda, que existem varias políticas
3525 do governo federal que é pra dar acesso à renda, mas que a gente não tem condições,
3526 o estado não favorece condições pra que eles realmente tenham acesso a essas.
3527 Estou entendendo que é isso. ROBERTA - É isso Mauro? Garantir acesso à... NÍVIA -
3528 Eu quero fazer uma explicação antes gente, nós explicamos exatamente dessa forma
3529 ontem na comissão nos temos ações, e está ali na explicação que são possíveis de

3530 serem contempladas, inseridas por meio da intersectorabilidade da articulação com
3531 demais secretarias e nós podemos atender de forma a possibilitar o acesso das
3532 populações e comunidades tradicionais a essas demandas e têm questões ligadas à
3533 transferência de rendas, criar programas, criar projetos que não cabem nesse plano.
3534 Nós teremos que fazer isso no PPAG. Eu não posso garantir aqui que eu vou criar um
3535 programa de transferência de renda, ou criar uma área de transferência de renda,
3536 porque essa não é uma deliberação minha, enquanto subsecretária nem da Roberta,
3537 nem do meu secretário nós temos que garantir isso no PPAG, porque nesse plano nós
3538 estamos falando de ações exequíveis, dentro do que é possível, dentro do
3539 organograma da Secretaria do Estado, e dentro da previsão orçamentária que a gente
3540 tem para os próximos quatro anos, nós tínhamos alterado esse texto eu não sei
3541 porquê... Não. ROBERTA - mas ô Nívia eu acho que aqui contempla, vê Mauro,
3542 garantir o acesso a política de renda até porque quem faz a política de renda também
3543 é o trabalho, emprego e renda, isso que eu disse, tá lá é a secretaria do trabalho, é só
3544 eliminar isso aqui o gente ó. Não, ok gente, mas é aquela história, nós estamos
3545 fazendo um plano que não pode ser com um asterisco explicativo não, vamos
3546 eliminando as coisas aí ó. Caminhou? Acabou? Ela passou um vermelhinho,
3547 Desenvolver mecanismo de controle social de políticas, programas e ações de
3548 desenvolvimento social de combate a fome garantindo a representação de todos os
3549 grupos étnicos sociais, na estância de controle social. Entendi isso não. Está como
3550 meta, eu se tivesse que executar essa meta, sinceramente eu não saberia não gente
3551 ok. Meta tem que tá claro, você vai desenvolver mecanismo de controle, a meta é isso
3552 mesmo? Que metas doidas. Ô gente, eu vou ser muito sincera aqui, aqui ó, do jeito
3553 que esta escrito, aliás, são todos, porque isso aqui não é descrição de meta não ó,
3554 Meta é assim ó, Garantir o financiamento efetivo de 12 reuniões da CIBE, entendeu?
3555 Você põe 12, meta é 12, a meta tem que ser quantitativa, ela não é, gente, mas tá em
3556 tempo de, Pelo amor de Deus. Vamos amadurecer aqui, tá em tempo, Garantir o
3557 efetivo funcionamento, garantir o desembolso de orçamento, financiamento e
3558 cumprimento do planejamento do CEAS... porque ninguém garante o efetivo
3559 funcionamento, porque meta você tem que aferir Gente, você tem que aferir, toda
3560 meta você afere, como é que é o indicador de aferição aqui ó, Garantir vagas por
3561 exemplo, Garantir no mínimo, aqui gente, pra meta você tem que ter aferimento, então
3562 quando eu falo vagas você tem que falar, garantir 50% de vagas para as capacitações,
3563 porque aí eu afiro. Entendeu? Aí eu sei se a meta foi cumprida ou não, porque se eu
3564 colocar aqui, garantir vagas de capacitação continuada pra conselheiro se eu fizer
3565 uma vaga, acabou. Então toda meta ela tem que ter aferimento. NÍVIA - Eu tô

3566 querendo fazer uma proposta e o Marcelo também, eu acho que se a discussão que a
3567 comissão fez ontem, infelizmente não foi possível à participação do conselheiro Mauro
3568 que trouxe muitas contribuições que foram incorporadas ou foram justificadas a não
3569 incorporação nesse plano, mas conversamos com ele hoje, mostramos pra ele como
3570 que ficou, porque ele não estava na comissão ontem, ele disse que ele teria
3571 concordado, diante dessas ainda, dessas alterações, diante desses questionamentos,
3572 eu proponho que o documento pare novamente, que a gente volte ele pra SEDESE
3573 que a gente abra mais um espaço para definições, agora o que já tá aprovado ali
3574 gente, o que já passou por essa plenária, o que já passou pela comissão, que a gente
3575 não mexa mais, porque senão a gente não vai acabar esse plano nunca mais, Vamos
3576 ouvir a proposta do Marcelo. ROBERTA - É só pra eu entender aqui, se tá entendendo
3577 que esses de cima foi aprovado, o que eu tô colocando gente é o seguinte, toda meta
3578 tem que ter uma capacidade de aferição, então assim, ok gente, isso aqui pressupõe
3579 que vai ter que voltar pra você colocar números aqui. Porque meta tem que ter
3580 número. MARCELO - Pois é, é justamente isso presidente que eu queria propor, é de
3581 retirar isso de pauta considerando tantas discussões e incoerências, e propostas que
3582 estão sendo novas e estão sendo colocada então a gente retira isso de pauta e traz
3583 pra próxima plenária. PRESIDENTE - Conselheiro Mauro. MAURO - É porque as
3584 alterações em vermelho, não sou eu todas as que estão ali que apontei não, gente, eu
3585 o conselheiro Mauro parece ser ... não sou eu não viu. PRESIDENTE - Só vou falar
3586 uma coisa, nós precisamos fazer uma auto reflexão e entender que todos nós temos
3587 uma contribuição pra dar. Os documentos estão sendo passados via eletronicamente
3588 e a gente não tem dado o valor que merece para esses documentos, aí quando chega
3589 em plenária a gente fica desse jeito aqui nessa loucura, então desculpe mas o que foi
3590 encaminhado era que só traria pra cá aquilo que foi ponto de destaque, tá trazendo
3591 coisa nova, tá trazendo incursões e aquilo de destaque, aí não há plenária que
3592 aguenta vencer essa situação, ah eu quero compartilhar com alguns sugestões, isso
3593 volta sim, pra ser tratado aqui só os pontos de destaque, já foi aprovado, não. Mas do
3594 jeito que está aqui não dá para sair sem plenária não. Desculpa mais não dá. Então eu
3595 prefiro passar. Conselheira Cris. CRISTIANE - Geraldo, eu só quero fazer uma
3596 pontuação, assim eu acho que a questão, não é falta de leitura dos conselheiros, não
3597 é falta de entendimento, eu acho que questões que foram apontadas pelos
3598 conselheiros na primeira leitura elas estão voltando, aqui a gente gritou aqui na hora,
3599 nos tivemos uma discussão aqui de que, até o conselheiro Volney que foi o primeiro a
3600 falar que essas metas, não estavam om características de metas, então assim, são
3601 questões, tem questões no plano que, são de origem, que mesmo a gente discutindo,

3602 mesmo a gente tratando, a gente não tá vendo alterações, eu acho que não foi falta de
3603 leitura, não foi falta de propor, acho que o conselheiro Mauro já se defendeu, acho que
3604 não é porque as propostas do Mauro estão sendo incorporadas, é porque tem
3605 questões que realmente o plano, e a gente teve uma discussão aqui com relação a
3606 essa questão das metas já na primeira reunião, então só, Geraldo acho que colocando
3607 dessa forma, fica parecendo que não houve participação dos conselheiros em relação
3608 ao plano, muito pelo contrário, ouve sim, os conselheiros leram, foram passadas várias
3609 questões, entendeu? O Volney fez um estudo, quer dizer, houve sim participação o
3610 tempo todo, houve participação de conselheiros na discussão, mas as coisas voltam, é
3611 o que foi constatado hoje, acabamos de ver que as metas não estão quantificadas e a
3612 gente tinha falado que as metas deveriam ser quantificadas. CONSOLAÇÃO - Ô gente
3613 então a gente pode, Desculpa presidente, eu poderia falar? Então a gente vai ter que
3614 pegar a ata da plenária passada e tentar lembrar houve uma discussão sobre a
3615 quantificação de metas e houve uma justificativa, e foi apresentado que
3616 metodologicamente existem algumas diferenças na elaboração, se a gente pega,
3617 inclusive, planos de outros estados, eles tem sim metas que não são fechadas, não
3618 são quantificáveis. Então foi falado que metodologicamente uma linha isso houve uma
3619 justificativa. No entendimento da secretaria executiva aí eu tenho que assumir não é a
3620 SEDESE, então é um entendimento meu, porque eu é que fiz o consolidado eu
3621 entendi que essas questões estavam vencidas na medida que o plano veio pra
3622 plenária e só ficou faltando a identificação das incorporações, inclusive aquela questão
3623 eu até frisei bem porque aquilo não tinha sido feito a associação e ficou faltando a
3624 questão do Mauro que na planária passada falou, que aquelas propostas dele também
3625 por uma questão de encaminhamento pra secretaria executiva que entendeu que
3626 aquilo era para o PPAG e não para o CEAS, então eu levei isso pra incorporar essas
3627 contribuições, e mais nada naquele momento foi falado isso a gente pode recuperar a
3628 ata, graças a Deus eu tenho também uma boa memória, então foi isso, inclusive nos
3629 tivemos uma discussão na comissão dia anterior e não houve assim, nos vamos
3630 deliberar. Tem que voltar pra quantificação, isso não ficou claro como uma
3631 deliberação, então a gente pode agora, é só pra esclarecer Cristiane, agora a gente tá
3632 voltando nessa discussão, falasse, olha nos repensamos e tem mais pessoas talvez
3633 que tenham o mesmo entendimento a cerca de um tipo de planejamento que tá
3634 trazendo isso aqui pra questão da incorporação, é só pra a gente falar assim, houve a
3635 incorporação porque eu fiz questão de pegar tudo aquilo que você, né que a
3636 colaboração efetiva que a gente teve mesmo de contribuição foi Cristiane e Mauro, eu
3637 peguei um por um pra ver se realmente tava lá dentro, ali é falada a questão que pra

3638 mim, como eu disse, essa questão de metas, em termos de metodologia, o que é
3639 quantificável o que não é, foi aqui justificado, em termos de modelos metodológicos e
3640 o modelo que a secretaria utilizou então no meu entendimento, naquele momento isso
3641 ficou como uma matéria vencida uma vez que inclusive em plenária, isso não havia
3642 voltado então se houve algum erro nesse encaminhamento e de inclusão é da
3643 secretaria executiva. FÁTIMA - primeiramente gostaria de agradecer vocês pela
3644 companhia de estar aqui até agora nesse momento que a gente sabe que a luta aqui
3645 não é fácil e eu quero desejar a todos vocês um feliz natal e que Deus abençoe todos
3646 vocês juntamente com seus lares seus filhos e toda a sua família e que 2013 seja de
3647 muita paz e alegria pra todos, obrigado pela companhia e obrigado pela amizade, tudo
3648 de bom pra vocês. NÍVIA – Bom pessoal, nós precisamos então dar algum
3649 encaminhamento? Eu quero saber do conselheiro Volney e dos demais conselheiros
3650 se vocês concordam? A minha proposta é que a gente volte o plano para a análise da
3651 secretária executiva no que diz respeito às sugestões as demandas por alterações e a
3652 gente tente definitivamente para a próxima plenária fazer as alterações possíveis com
3653 as justificativas das não possíveis, que nem metas, nós não temos como quantificar
3654 algumas metas, mas, a gente faz esse exercício novamente, eu peço a Consolação
3655 que colha as sugestões da plenária dos conselheiros e faça novamente a organização
3656 que ela fez pra nós que foi muito, que contribuiu muito com a nossa análise da forma
3657 como a Consolação enviou o documento pra nós da última plenária, mas a gente faz
3658 esse exercício novamente, aí nós temos que abrir pra essa plenária, se a plenária
3659 entender que deva fazer mais solicitações, nós estamos abertos a análise eu acho que
3660 a gente tem que definir uma linha de tempo aí pra, um limite de tempo, se não nós
3661 vamos lá pra 2014 e execução e não foi aprovado. ROBERTA - Eu queria dar uma
3662 sugestão que é o seguinte eu acho que deva haver uma devolução desse plano a
3663 SEDESE e é o seguinte, aqui tem tudo o que foi discutido inclusive da comissão que
3664 foi discutido dessa plenária quer dizer, ele tá gravado, então obviamente que nós da
3665 SEDESE, sabemos ao reler o plano, aonde que está os gargalos, e aí eu acho que
3666 seja encaminhado com o seguinte dizer, pautado no debate que houve na plenária
3667 com aqueles indicativos que ainda não é consenso, que são algumas coisas que
3668 foram colocadas e nós sabemos realmente, a gente refaz o plano, e traz pro próxima
3669 plenária, que aí dá um tempo maior pra a gente rever o plano como um todo do ponto
3670 de vista do órgão gestor e trazer um redesenho dele pra cá pra ver se atende, e com
3671 a perspectiva de encaminhar isso a ponto de a comissão, de normas, é a comissão de
3672 política, não é isso, a comissão de política tem o conhecimento daquilo que foi
3673 acolhido e não, agora quero registrar aqui gente, a experiência de quando a gente

3674 trabalha com algumas contribuições, quando você, por exemplo, quando a gente
3675 trabalha com contribuições, por exemplo, as vezes de audiência pública, consulta
3676 pública que você faz tem uma porção de coisas que as vezes é factível de ser
3677 colocado e não é, necessariamente não precisa entender assim, a não ser que venha
3678 pro debate e fala assim, olha, o que que aconteceu com a NOB, do jeito que nós
3679 trabalhamos com a NOB, veio contribuições do Brasil inteiro, umas que iam pra lua,
3680 outras que iam pro sol outras que iam pra terra e aí o que é que eu fazia, eu pegava
3681 todas as contribuições, e dizia, essa não foi incorporada por causa disso, disso e
3682 disso. Essa foi incorporada entendendo isso, isso e isso. Porque eu acho que merece
3683 também uma devolutiva de porque é que não foi incorporado, agora tem que ser claro,
3684 nem tudo o que é colocado, deva ser incorporado, porque às vezes são questões
3685 equivocadas. Agora volto a insistir porque a gente comete um grave erro nesse
3686 conselho, a gente fala uma coisa e escreve outra, quando apresenta lá no painel tá
3687 escrito uma coisa, aí quando você vai na essência, não, não é isso não. Então a gente
3688 tomar cuidado também com aquilo que a gente escreve pra redação ficar clara, pra
3689 não ter polemica, viu senhor presidente, porque o senhor já está olhando pra mim com
3690 olhar de censura. PRESIDENTE - Não, conselheira Roberta, eu penso que você está
3691 correta, nos vamos retornar isso pra SEDESE vamos aguardar as contribuições que
3692 esse plenário tem pra dar com 15 dias, a secretaria trabalha atrás disso. Eu só
3693 lamento que a Roberta não está participando da comissão a mais tempo é isso que eu
3694 estou rindo pra você viu Roberta, você é sempre bem vinda aqui, principalmente na
3695 comissão. Cris. CRISTIANE - Gente é só fazer mais um esclarecimento que eu acho
3696 que tem umas questões que ficam indo e vindo, a Consolação fez alguns
3697 esclarecimentos muito pertinentes aí mais eu quero assim, fazer um posicionamento
3698 como conselheira, não é pelo fato de ter havido uma justificativa da SEDESE ou não,
3699 que o conselheiro vai aprovar ou não, acho que assim, a prerrogativa de aprovação é
3700 do conselheiro, ou da conselheira, assim, essa justificativa é satisfatória, é essa a
3701 avaliação que o conselheiro tem que fazer, não estou dizendo que não houve
3702 justificativa, houve justificativa, aliás, tudo o que nós colocamos até hoje, e aqui o Júlio
3703 tá levantando, toda hora ele mostra o papel aqui, tava escrito, pois é, tudo o que a
3704 gente colocou teve justificativa, agora essa justificativa é aceitável, ela me dá conforto
3705 pra votar? Não. Então é só pra esclarecer isso, e é por isso que, quando falou da
3706 questão da meta quantificável eu logo me armei olha nós falamos disso e isso
3707 realmente é uma questão, pronto. Pronto Geraldo. PRESIDENTE - Conselheiro Volney
3708 ok? A comissão Terminou? Tá de acordo? Plenamente de acordo com o
3709 encaminhamento. Ok. Consolação 15 dias de prazo pra contribuição e a SEDESE

3710 volta com o Documento pra trabalhar nele novamente e volta. Ok? Terminou sua
3711 comissão? Ok. Comissão de apoio então com o Gilvânia. Comissão de normas? Então
3712 pronto. Está com você Ana Paula. ANA PAULA - ponto um, comissão de apoio, um e-
3713 mail de Três Marias retornando a denúncia da falta da equipe de referência da casa
3714 lar, por se tratar de um equipamento público. Então o encaminhamento proposto pela
3715 comissão, tornar a resposta que esse conselho já encaminhou ao município insistindo
3716 no encaminhamento anterior de que segundo a NOB-RH o serviço de Casa Lar,
3717 mesmo sendo governamental pode funcionar sob referência da equipe de RH do
3718 CREAS, no entanto cabe ao município verificar a necessidade de ampliar a equipe
3719 visando melhorar o atendimento as crianças e adolescentes institucionalizados.
3720 Vamos seguir, depois vota tudo. 2 - E-mail da conselheira Anália Maria Ferreira
3721 encaminhando solicitação da assistente social do município de Cristais quanto ao
3722 fechamento do CRAS no município, encaminhamento, encaminhar ofício ao CMAS
3723 informando sobre a denúncia e solicitar o envio de relatório sobre a veracidade da
3724 mesma. Aí a gente sugere que esse ofício seja encaminhado digitalizado por e-mail
3725 para agilizar o procedimento e vai com cópia para o prefeito. ROBERTA – espera aí.
3726 Acho que temos que encaminhar para o órgão. GILVÂNIA - Hoje já fizemos o
3727 encaminhamento cabível a SEDESE, ficou pra comissão discutir o encaminhamento
3728 com relação ao conselho municipal, aí nós encaminharíamos o ofício para o conselho
3729 municipal já com cópia com o que foi pela SEDESE. O da SEDESE já foi, tem
3730 financiamento, federal e estadual. NÃO IDENTIFICADO - Cristais, é um município de
3731 pequeno porte, todos já estão co-financiados, não. Essa denúncia de fechamento do
3732 CRAS é de agora, é de Novembro? Desse mês. É coisa recente. Não, o MDS ainda
3733 não tá não. ROBERTA - Aí eu insisto também que deve ser comunicado ao MDS, se
3734 ele recebe recursos do MDS, tá fechado, nós recebemos a informação aí ninguém
3735 suspende, quer dizer é uma forma. NÍVIA - Sim, a gente perguntou para o gestor se a
3736 denúncia procede, e pedimos evidências, a gente deu prazo até 17 de dezembro,
3737 então tá no prazo de verificação. 3 E-mail de Rio Casca, reafirma, como é que é?
3738 Pode não resolver porque o tempo, o MDS já pode inclusive ter pago a parcela de
3739 dezembro quando a gente mandar esse comunicado lá pra Brasília, aí realmente não
3740 vai dar tempo de suspender essa parcela, como? Sim, tudo bem, eu tô dizendo pra ele
3741 que pode ser que pra esse mês não resolva mesmo não, mas é logico que o
3742 procedimento tem que ser encaminhado, tô esclarecendo pra ele. 3 e-mail de Rio
3743 Casca, reafirma denúncia s de irregularidades na administração dos serviços públicos
3744 no município, proposta da comissão, Depois, Roberta nos não teríamos que esperar a
3745 resposta do órgão gestor pra SEDESE? Porque é até dia 17 de dezembro, pode ser

3746 concomitante, acrescenta? Plenária no encaminhamento, sim mais aí o procedimento
3747 da SEDESE é formal né, tem que fazer o encaminhamento ao gestor e cobrar a
3748 questão. ROBERTA - ô gente eu vou só clarear o seguinte, do ponto de vista de fluxo
3749 do sistema, você recebe uma denúncia você está passando recurso para o
3750 funcionamento daquele equipamento, ai você recebe uma denúncia , o que se faz,
3751 você bloqueia até que se responda aquela coisa, o ato de bloquear inclusive provoca o
3752 município a tomar uma decisão imediata, é assim que o sistema funciona, entendeu?
3753 Então é a sim, até que a primeira, até que você, porque você não está cancelando o
3754 financiamento, você está bloqueando, e comunica o órgão gestor dizendo está
3755 bloqueado, até que se apure e se caso ele estiver fechado, só volta a receber a hora
3756 que ele abrir isso é fluxo do sistema, agora eu acho que tem que comunicar o MDS e o
3757 governo do estado, tem que bloquear o repasse pra ele, porque se teve uma denúncia
3758 , não foi uma denúncia anônima, foi uma denúncia de alguém que participa do
3759 conselho, que é gestor, é um pedido pra bloquear, depois se ele recebe, recebe
3760 retroativo sem nenhum problema. NÍVIA - ô Roberta, nesse caso de Rio Casca, nos
3761 fizemos um encaminhamento formal e agendamos um assessoramento técnico, uma
3762 visita de assessoramento técnico ao município pra verificar a denúncia. GILVÂNIA -
3763 Essa que ela está falando, nós estamos falando de Cristais. NÍVIA - Cristais também
3764 foi à mesma situação, então a gente está verificando, nós não podemos bloquear
3765 recursos sem verificar a denúncia. ROBERTA - Veja bem Nívia, todas, se você pegar
3766 o SUAS e se você pegar o SUS, todo sistema de financiamento você tem alguma, é
3767 igual à bolsa família gente, indicio de irregularidade o que é que faz, bloqueia, bloqueia
3768 apurou não tem fundamento ele recebe e recebe retroativo, o ato de bloquear, significa
3769 resguarda primeiro o ordenador de despesa, porque para o tribunal de contas, se você
3770 recebe uma denúncia e você não bloqueia até que se apure, e se tiver fundamento
3771 como diz o indicio que tem porque não foi qualquer pessoa que denunciou então o que
3772 é que acontece, você que é reordenador de despesa é o responsável por não ter feito
3773 nenhuma medida preventiva ao gasto público, mas nós temos que dar o direito de
3774 resposta ao município. Mas eu não estou dizendo que não é, são duas coisas
3775 distintas, uma coisa é você bloquear e apurar, resolveu, viu que não tinha nada ele,
3776 recebe e recebe inclusive retroativo, bloqueou, viu que tinha alguma coisa segundo
3777 coisa é a suspensão do recurso gente. NÍVIA - nós já estamos dando
3778 encaminhamento pra esse caso aí. Mais eu não concordo com esse encaminhamento.
3779 GILVÂNIA - A plenária concordou? NÍVIA - Eu não concordo com essa... Bloquear
3780 recursos a partir de uma denúncia sem verificar a denúncia, não concordo. MARCELO
3781 - Nós temos uma resolução que trata das denúncias que chegam ao conselho

3782 estadual, e uma delas é de que, chegando à denúncia, tem que formalizar e tem que
3783 dar oportunidade do direito da ampla defesa do contraditório não é? Pra poder depois
3784 tomar a posição viu Roberta, como essa denúncia chegou, pois é, mas como a
3785 denúncia chegou, pois é como a denúncia chegou ao conselho estadual, eu penso que
3786 a gente deveria seguir a resolução nossa, vê fica sabendo e se tiver fundamento
3787 manda bloquear. Sugere o bloqueio é lógico né. GILVÂNIA - Com relação a Cristais o
3788 que é que a gente colocou que já foi feito o encaminhamento do órgão gestor, para o
3789 órgão gestor do município, não foi isso? E que nós vamos juntar cópia dentro dos
3790 procedimentos da resolução e comunicar ao CNAS, a Roberta sugere colocar no
3791 encaminhamento também o encaminhamento da denúncia ao MDS. Com Cristais?
3792 Com Cristais sim, por e-mail. Não. Mais aí o procedimento do órgão gestor também é
3793 pedir evidências comprobatórias que a gente deu o prazo até 17 de dezembro. NÍVIA -
3794 O nosso contato com o município Anália tem que ser formal, em princípio a gente
3795 ligou, conversou com a gestora, pra ouvir a gestora num momento mais rápido, mais
3796 urgente, pra saber da situação, ela deu os esclarecimentos, nos formalizamos a
3797 denúncia para o município, a situação que foi denúncia da, e pedimos a resposta
3798 formal do município com dados comprobatórios, pois é. PRESIDENTE - Gilvânia, sim,
3799 duas situações, essas denúncias, parece que tá meio confuso aqui, as situações
3800 foram encaminhadas passando pela mesa diretora, passando pela comissão, está
3801 cumprindo o que estabelece na resolução? GILVÂNIA - Sim. Está. PRESIDENTE - No
3802 caso de Cristais também? Eu estou entendendo que não. GILVÂNIA - Eu só estou
3803 falando de Cristais até agora, tá. GILVÂNIA - e as medidas foram tomadas cumprindo
3804 a resolução tá. GILVÂNIA - a mesa diretora encaminhou pra SEDESE, e a SEDESE
3805 encaminhou ao órgão gestor. A comissão recebeu, sim. A comissão recebeu essa
3806 questão ontem e discutiu o encaminhamento para o conselho municipal, que é o que
3807 coloca a resolução aqui do CEAS, ok tá, é isso que tá colocado. GILVÂNIA – Ok.
3808 GILVÂNIA – fica então o encaminhamento? 3 e-mail de Rio Casca, reafirma denúncias
3809 de irregularidades na administração dos serviços públicos no município, esse e-mail
3810 de Rio casca é sem identificação, anônimo, exato, então nos recebemos aqui ontem a
3811 gestora municipal de Rio casca, e o presidente do conselho municipal do município,
3812 então vamos ler, através da explanação da gestora e do presidente do CNAS
3813 presentes na reunião dessa comissão dia 10/12 podemos constatar que as denúncia s
3814 procedem pois segundo as informações relatadas ficou claro que as entidades não
3815 efetivaram a sua inscrição no CNAS que por sua vez não realizou as visitas em loco
3816 às entidades não apresentaram relatórios ao conselho municipal a composição do
3817 conselho não se estrutura por comissões temáticas e ocorre grande rotatividade de

3818 conselheiros. Quanto à gestão municipal de assistência social ficou evidente a
3819 necessidade de orientação por parte da SEDESE em vários aspectos. Não. Ficou.
3820 Evidente a necessidade de orientação por parte da SEDESE em vários aspectos,
3821 competências do CRAS e do CREAS, atividades do PAIF e do PAF benefícios
3822 eventuais, gestão da rede sócio existencial, constatamos a necessidade de
3823 capacitação da equipe técnica de serviços e dos conselheiros municipais, mediante a
3824 gravidade dos fatos a comissão sugere que a intervenção seja efetivada no início do
3825 próximo ano após a troca da gestão municipal, porque nós discutimos que o prefeito
3826 não foi reeleito a gestora vai sair 31 de dezembro e também o conselho será alterado.
3827 Ok? 4, não é pra deliberação, 5 retorno da visita ao município de Ipatinga pelos
3828 conselheiros Gilvânia Francisca de Paula e André. Encaminhamento, encaminhar
3829 ofício a CNAS com sugestão de calendário anual de atividades competências e
3830 orientações relativas ao papel do conselho, encaminhar ofício ao gestor municipal e ao
3831 conselho, notificando-os sobre a irregularidade de suspensão dos serviços sócio
3832 existenciais municipais, encaminhar ofício a denunciante explicando a intervenção
3833 realizada no município orientação efetuada e encaminhamentos realizados.
3834 Observação os ofícios para o conselho municipal e gestor municipal deverão ser
3835 encaminhados no início do próximo ano e a resposta à denunciante deve ser feita
3836 imediatamente, também devido à questão da mudança de gestão tanto de prefeito
3837 quanto da gestão de assistência do município. O município suspendeu os convênios
3838 com as entidades é, não são os serviços próprios não, recebe financiamento também.
3839 ROBERTA - Olha aqui gente, eu tô querendo chamar a atenção, o seguinte, se for
3840 questão de cumprir resolução e isso não está na resolução, eu gostaria muito que a
3841 gente pensasse nisso, você vê o exemplo aqui de, desse município, de Ipatinga,
3842 Ipatinga suspendeu os recursos da entidade, aí eu perguntei, nos passamos recurso, o
3843 governo federal passa recurso, passa. Mas também a gente não toma nenhuma
3844 providência em relação à suspensão dele, porque já foi comprovado isso lá, eu tô
3845 entendendo que a gente tá tratando essas questões desatreladas da lógica do sistema
3846 como um todo porque assim quando você toma uma medida de suspensão ou
3847 bloqueio de recurso e é comunicado ao conselho municipal, a câmara legislativa, isso
3848 provoca uma reação que ajuda o controle social tomar pé do que é que está
3849 acontecendo, porque assim, algumas medidas a gente fala, nós vamos intervir outras
3850 a gente vai intervir o ano que vem com mudança de gestor, quer dizer eu estou
3851 falando do ponto de vista da lógica do fluxo do sistema como um todo, porque você
3852 existe um co-financiamento que é repassado e que a grande briga é que seja regular e
3853 automático, mas você também tem que ter regras de bloqueio e de suspensão até que

3854 se apure, sim. Até que se apure, mas para o legislativo e o conselho municipal recebe
3855 um comunicado dizendo, olha recebemos essa denúncia, primeira ação, tá bloqueado
3856 até que se apure. Vamos apurar. Resolveu gente? Ele tem direito a receber retroativo
3857 com tudo, mas eu falo do ponto de vista preventivo, até que do ponto de vista pra
3858 gasto desse dinheiro de forma irregular, porque quem fecha um CRAS quem
3859 suspende recurso, ele não tem muita responsabilidade pública com o sistema único de
3860 assistência social, pra a gente estar caminhando simplesmente seguindo resolução,
3861 pra mim são impactos que você faz, e medidas que ajudam no controle social lá.
3862 NÍVIA - Roberta, Ipatinga, não sei se não ficou claro, acho que não, nos conversamos
3863 com o gestor e com o conselho então a gente não precisava impactar o controle social
3864 não, porque a gente já falou com ele foram duas reuniões e o que a gente percebeu
3865 no município que foi já no adiantado do ano é que era tamanho o caos que eu. Não tô
3866 falando da sua questão do bloqueio do recurso não tá, só tô contextualizando a
3867 situação da execução da política no município, era tamanho o caos que não cabia
3868 mais uma intervenção no final de 2012 e também a questão da notificação para o
3869 ministério público pra responsabilização do gestor ela já tinha sido feitas pelas próprias
3870 entidades que tiveram os convênios suspensos, então, a gente avaliou que era uma
3871 situação assim de Caos de Gestão, tanto da gestão quanto do controle social,
3872 realmente não tomamos essa medida de bloqueio de recursos que eu acho que a
3873 gente, esse conselho precisa amadurecer essa discussão, eu concordo, mas todas as
3874 duas situações tanto a de Ipatinga quanto a que ontem eu vi de Rio Casca era
3875 tamanho o caos de gestão que não faz sentido você fazer ofício fazer intervenção pra
3876 um gestor que vai sair no final do mês, eu acho que a gente tem que começar.
3877 PRESIDENTE - Conselheiro Marcelo tá escrito aí? NÍVIA - não. Tá. Eu só estou
3878 dizendo a gente tem que discutir essa questão que você está colocando, mas no
3879 nosso ver assim do ponto de vista contextual. PRESIDENTE - Conselheiro Marcelo e
3880 logo em seguida conselheiro Fernando. MARCELO - Ô Roberta, em cima das suas
3881 reflexões eu quero me pactuar com ela e entender que realmente a gente precisa de
3882 algumas atenções mais específicas pra determinados casos a gente tornar isso de
3883 forma geral eu acho preocupante, por exemplo, quando é caso de alguma denúncia
3884 anônima que pode vir a ocorrer, agora situações como essas situações como outras
3885 que a gente conhece que de fato a gestão tá inoperante e não está acontecendo que
3886 já foi feita diligência que já foi feito planos de providência que não foram acatados, eu
3887 acho que situações como essa devem ser mesmo providencia, então eu sugiro,
3888 porque já que a comissão de normas já está trabalhando também em outras
3889 resoluções, que a gente já trabalhe no sentido de colocar uma situação que atende

3890 essa situação de bloqueio. FERNANDO - queria só complementar aqui na análise
3891 dessa problemática é o seguinte, a gente não evoluiu pra uma medida assim mais
3892 diretiva em relação a bloqueio porque um dos municípios tem plano de providencias e
3893 tem prazo como a Gilvânia já falou até 17 de dezembro, segundo é que como houve a
3894 denúncia a automaticamente a comissão tomou a iniciativa de verificar se o órgão de
3895 controle tá lá, seria o seguinte, esse órgão dizer pra comissão que realmente,
3896 confirmar isso. Porque em se tratando de uma denúncia anônima pode ser guerra
3897 política que a gente sabe que os municípios pequenos têm e se a gente “starta” isso
3898 pra frente e ontem nos nem pensamos em bloqueio, imagine que a gente encaminhe
3899 um bloqueio pro ministério do desenvolvimento social e depois seja rixa política então
3900 quer dizer, e o terceiro ponto a gente tá seguindo a resolução porque ao abrir o
3901 processo de denúncia à gente tá pegando todos os quesitos esgotados todos eles a
3902 gente vê qual medida a ser tomada, e o segundo ponto que também já pontuei aqui
3903 que é a questão de guerra política, são os dias de vigência que restam pra você agora
3904 abrir um plano de providência bem apurado o controle social ou de outras questões
3905 que a gente fez, o tempo pra que esse gestor ou quem quer que seja, ele nem olhar
3906 pra isso e não dar nenhum encaminhamento, então assim, a gente, não é questão de
3907 omissão ou protecionismo a gente ficou assim, tá, mais se, a primeira coisa que a
3908 gente olhou, qual a situação política do município? Daria tempo de “startar” um plano
3909 de providência com esse gestor, e até quem “starta” isso é a própria SEDESE, um
3910 deles tem um prazo, quer dizer até 17 de dezembro é semana que vem, então, a
3911 gente não poderia dizer que cumpriu ou que não cumpriu nessa situação por isso é
3912 que a gente não avançou pra uma medida de interrupção ou de bloqueio em
3913 detrimento dessas peculiaridades que eu acho que na discussão da comissão isso não
3914 poderia ter deixado de lado. PRESIDENTE - O entendimento parece que está claro até
3915 então, pelas colocações, eu quero concordar com a Roberta nos precisamos
3916 realmente rever a norma, temos que ter. Nós temos que ter o cuidado de não violar
3917 direito, tirar o direito de defesa, mas também tem alguns casos que nós precisamos
3918 denúncia r mesmo porque, está coberta de razão quando a Roberta fala, porque aí
3919 nos não contribuimos para consolidação e ratificação do sistema único como um todo.
3920 Porque aí a gente vai e faz a nossa parte enquanto estado, mas o governo federal
3921 continua repassando e o município pegando o dinheiro, então não é por aí também.
3922 Acho que precisamos rever, não é Ana Paula, pegar nesse momento então já está
3923 previsto fazer isso e ver essa resolução também retornar a participar ok? Conselheira
3924 Roberta depois Gilvânia. GILVÂNIA - Ipatinga é que o encaminhamento o ofício pra
3925 denunciante seja encaminhado agora tá. GERALDO - eu penso que sim, o caso de

3926 Ipatinga em si, eu penso que sim, a gente pode ver se tem posição contrária vamos
3927 dar, mas é porque a gestão muda, e o caso de Ipatinga foi tão “gritante” que a minha
3928 entidade, posso garantir isso aqui, que nós movemos uma ação civil pública contra a
3929 prefeitura de lá fizemos paralizações várias fiz audiência pública dentro da câmara
3930 com o presidente da câmara presente, movemos uma ação civil pública, ganhamos na
3931 justiça, e foi uma determinação legal no ultimo dia 5 agora que a prefeitura tinha 48
3932 horas pra pagar os convênios os 5 meses atrasados, se não pagasse tinha uma multa
3933 de 20 mil dia, e a prefeitura já pagou todas elas. ROBERTA - queria retificar aqui o
3934 seguinte em hipótese alguma na minha fala eu quis trazer de bloquear recurso com
3935 irresponsabilidade partindo do principio o que eu quero dizer de responsabilidade se
3936 você tem uma denúncia anônima você não ter o cuidado de perceber no processo
3937 esses indicativos que possam ser políticos e indicativos de que pode não ser verdade
3938 que não é o caso de que nós tratamos aqui porque por exemplo, Cristais por exemplo
3939 foi à gestora que colocou, o outro também foi o gestor ok que a gente tem que ter a
3940 institucionalidade de papel pra lá e pra cá, agora eu sei que nós temos algumas ações
3941 que você tem que tomar pé dela enquanto gestor porque isso provoca um movimento,
3942 seja quem tá saindo seja quem tá chegando gente essa fala nossa de falar assim,
3943 determinadas coisas eu não vou fazer porque está trocando gestor isso pode nos
3944 imobilizar pra certas ações que são pertinentes de decisões que você tem que tomar
3945 enquanto gestor público, tem que fazer, então por exemplo, já tem evidência de que
3946 não é falso e que não tem nenhum indicativo político, eu continuo insistindo bloquear,
3947 isso é uma ação do gestor, o gestor pode fazer isso, bloquear os recursos, encaminhar
3948 para o MDS dizendo recebemos isso estamos nessa, nessa e nessa tratativa, mas é
3949 importante que o saibam, entendeu? Para que amanhã não sejamos chamados de
3950 omissos dependendo da gravidade que tomam essas questões, se tribunal de contas
3951 vai lá pra ponta, secretaria, qualquer órgão de controle externo que vai lá pra ponta
3952 encontra o serviço fechado e o recurso sendo repassado e em nome de algumas
3953 coisas que eu acho que não cabem é claro que temos que ter responsabilidade saber
3954 se é verídico ou não, dar o direito à defesa, é inclusive, é por isso que eu estou
3955 falando, bloquear, eu não estou falando cancelar, porque isso é uma decisão que o
3956 impacto é político, por exemplo você manda pra câmara que é um órgão de controle
3957 também, olha estamos cancelando o recurso, bloqueando o recurso, em cima de
3958 algumas irregularidades... Entendeu? E outra coisa que nos temos que tratar, nós
3959 estamos tratando é com entes federados e com prefeitura, vai receber,
3960 documentações institucionais indiferente de que prefeito é que está saindo ou que está
3961 entrando nós estamos comunicando é com entes federados, dizendo olha, tá

3962 bloqueado até que se apure, e mande para o conselho municipal pra não sei o que,
3963 porque esse é um mecanismo que vai formar discussões políticas ali dentro, pra quem
3964 tá chegando, é inclusive informação pra quem tá chegando, a equipe de transição,
3965 então nós temos que pensar nisso e não fazer, essa questão de dizer que tem gestor
3966 novo não nos levar a tomar alguma decisão, que aí também eu acho errado, porque se
3967 não vai chegar daqui a dois anos nós estamos mudando de governo de estado, não é
3968 isso, e aí falar, não vamos não sabe por que, vai mudar o governo do estado, então a
3969 gente vai esperar mudar pra depois a gente mandar eu não acho que é por aí eu acho
3970 que tem que seguir o fluxo normal e com responsabilidade é obvio entendeu, de saber
3971 aquilo que é verdade e aquilo que é questão política. PRESIDENTE - Conselheira
3972 Gilvânia. GILVÂNIA - Nós já votamos todos os encaminhamentos só ficou por último
3973 esse de Ipatinga. PRESIDENTE - penso que não tem ninguém contrário a esse
3974 posicionamento aí não tem? GILVÂNIA - Fica como está, ou fica como a Roberta está
3975 sugerindo, as comunicações para o município para o conselho municipal e para a
3976 denunciante já? PRESIDENTE - eu acho que, veja bem, dentro das circunstâncias,
3977 penso que nós devemos fazer mesmo porque essa gestão nova que assume agora se
3978 ela toma ciência do que está acontecendo ela já entra sabendo o que vai fazer muito
3979 embora tem coisa aí para o colegiado, eu tive denúncia lá, no dia da audiência pública
3980 eu tive denúncia da presidente do conselho que estava presente na audiência pública.
3981 E eu cobrei dela lá na hora só não misturei os espaços mais eu cobrei dela na hora e a
3982 situação tipo assim, a entidade vai lá no conselho fazer inscrição e eles exigem uma
3983 documentação, entre as quais a CND, aí fala eu não posso dar a CND porque tem 4
3984 meses que eu não recebo aí a prefeitura vai e dá uma declaração como se declaração
3985 de prefeitura, de prefeito, valesse para o ministério da previdência então vira um
3986 circulo vicioso em detrimento da entidade e prejuízo pros empregados pra defesa da
3987 minha entidade. GILVÂNIA - então eu queria só fazer uma colocação aqui que eu acho
3988 que é relativo muito a essa visita que eu fiz em Ipatinga é obvio que esses
3989 procedimentos de comunicação e de ofício e de bloqueio de recursos que a Roberta
3990 está acrescentando eles são todos necessários são todos do processo, mas o que a
3991 gente viu em Ipatinga e o que a gente viu ontem em Rio Casca, passa, vai muito além
3992 desses atos formais sabe, eu acho que traz pra a gente, conselheiro, a Anália e o José
3993 Fernando podem me ajudar nisso aí, traz pra gente conselheiro do conselho estadual
3994 uma obrigação muito maior que os procedimentos formais porque os municípios estão
3995 com gestão e com controle social assim esfacelados e aí eu acho que o nosso
3996 procedimento enquanto controle social do estado ele é muito além desses
3997 procedimentos formais que a gente tem que tomar isso é só uma reflexão.

3998 PRESIDENTE - na fala anterior o que eu coloquei é o seguinte, tá no momento de a
3999 gente fazer reflexão e rever, fazer a revisão na comissão de normas também da
4000 resolução ok? ANÁLIA - Só uma ressalva aqui que, muitas vezes a gente pensa que o
4001 município tá numa situação assim porque ele não tem trabalhadores concursados que
4002 foi o contrário que Rio Casca mostrou pra nós ontem, a maioria dos trabalhadores são
4003 concursados, equipes Ipatinga também então realmente passa por uma questão da
4004 gestão agora eu queria fazer também uma outra observação que, eu tomei a liberdade
4005 de mandar um e-mail para o CEAS com cópia para a SUBAS como COGEMAS como
4006 conselheira estadual por ouvir a colega no polo de Campo Belo, nós ligamos na hora
4007 pras duas trabalhadoras as duas técnicas do CRAS perguntando, você está
4008 trabalhando? Não nós fomos demitidas, pois é nós confirmamos não foi uma denúncia
4009 aleatória, sabe, mentirosa, foi uma denúncia fundamentada pela assistente social do
4010 órgão gestor eu acho que isso é muito sério, sabe, porque nós que somos
4011 conselheiros de repente a gente recebe a denúncia aqui aí a gente vai protelando,
4012 protelando, isso já tem uns 40 dias ou mais, mais de mês, já passou pela outra
4013 plenária então, passou não? Suspender talvez seria realmente muito importante que
4014 isso fizesse realmente acontecer e informar como a Roberta disse a Câmara porque
4015 isso da visibilidade da seriedade da política pública de assistência social, a gente fica
4016 muito acanhado, porque as outras políticas fazem isso, a saúde direto tá bloqueando,
4017 e a gente não, fica acanhado, achando que cada um pode fazer o que quiser com o
4018 recurso. ANA PAULA - Eu acho que, concordo com a proposta do Geraldo eu acho
4019 que um mecanismo aqui no CEAS que nós vamos ter que rever a resolução, uma
4020 segunda questão, eu acho que como SUAS nós vamos ter que aprender a lidar com a
4021 sanção, porque a sanção ela tem um caráter pedagógico inclusive, então nós vamos
4022 ter que aprender a lidar com a sanção, e o serviço é contínuo, quem é acionado é o
4023 município é o município que é arrolado, porque exatamente por isso o serviço é
4024 contínuo se caracterizado algum problema no campo da gestão algum problema que
4025 configure posteriormente lesão ao cofre ou má administração ou improbidade, o
4026 prefeito ou ex-prefeito o gestor vão responder estando ou não estando na prefeitura
4027 porque o crime não prescreve então nós não estamos arrolando o gestor nós estamos
4028 arrolando o município, na figura de quem responder. Esse mecanismo que o SUS tem
4029 já muito bem marcado, o mecanismo da sanção independente de entrada ou saída de
4030 gestão o município é acionado e quem entra responde por que o serviço é contínuo
4031 então eu acho que a gente tem que tratar isso, concordo, de uma forma melhor, a
4032 gente tem que se debruçar aqui no conselho sobre a resolução. PRESIDENTE -
4033 Conselheira Gilvânia. Passou a Régua? Ok? Então comissão de Normas. Ana Paula.

4034 ANA PAULA - Comissão de normas número 1 usinas. Vamos que a gente vai tentar ir
4035 rápido. Presidente eu queria fazer um proposta como na minuta nós temos vários
4036 pontos quase todos a deliberar, com composição de grupo eu queria sugerir que a
4037 gente já fosse compondo grupo ou deliberando por item pra não voltar, ou no final,
4038 porque aí nós vamos ter que ler todos os itens de novo, porque os itens vão exigir e
4039 tão pedindo composição de grupos. 1 revisão da legislação que dispõe sobre PAS
4040 barragens Lei estadual 12.802 de 98, resolução do CEAS número 317 de 2010,
4041 resolução CEAS número 318/2010 conforme deliberação da plenária de setembro a
4042 comissão de normas iniciará a discussão da revisão da legislação que dispõe sobre o
4043 PAS barragem, encaminhamento considerando que parte dos integrantes da comissão
4044 de normas estará em período de férias no mês de janeiro a comissão avaliou a
4045 necessidade da revisão da legislação que dispõe sobre o PAS barragem, foi adiada
4046 para o mês de março a data será marcada a partir da aprovação do calendário que
4047 tava marcado pra hoje, reuniões para 2013, e só um informe, já foi encaminhado via e-
4048 mail toda a legislação do barragens e a gente ainda não recebeu nenhuma
4049 contribuição então só pra deixar 1.2 UHE Risoleta Neves - Candonga a formação da
4050 comissão de monitoramento do plano de intervenção da SEDESE, a ser composta por
4051 membros de cada as comissão do CEAS e SEDESE, então comissão, grupo de
4052 monitoramento o conselho tem que compor, podemos fazer assim Geraldo o ponto
4053 agora é a composição do grupo de monitoramento do plano de intervenção candonga,
4054 nós estamos sugerindo aqui, composta por membros de cada comissão e SEDESE,
4055 um membro de cada comissão não é gente? Não e SEDESE, um membro de cada
4056 comissão a comissão indica, depois... PRESIDENTE - eu fico pensando, não é muito
4057 não? Porque nós temos, 4 comissões né? 5 com a comissão de ética que penso que
4058 não é o caso, mas na verdade 4 comissões, não é muito não? Pra compor a comissão
4059 do gestor de candonga, acho que não é muito não Geraldo, ok? Um de cada
4060 comissão. Vocês se reúnem e indicam um de forma paritária né? ANA PAULA - Ofício
4061 do CEAS encaminhado a SEDESE pedindo a representação, ok. Ana Paula B,
4062 conforme deliberado na 173ª plenária ordinária ocorrida no mês de outubro em Montes
4063 Claros a comissão de normas ficou responsável pelo acompanhamento das ações do
4064 plano assim a partir da composição da comissão de monitoramento é necessário
4065 definir uma data para uma reunião entre a comissão de normas e a comissão de
4066 monitoramento com o objetivo de criar a metodologia para o monitoramento do plano
4067 de intervenção da SEDESE na comunidade nova soberba, como sugestão podemos
4068 fazer o mesmo procedimento, fazer um indicativo de data e encaminhar porque aqui
4069 eu tenho q impressão que nós não vamos conseguir fechar, não tem o grupo, nós não

4070 vamos conseguir fechar uma proposta de agenda, a comissão de normas vai
4071 acompanhar o grupo de monitoramento, vai compor e acompanhar. Letra C.
4072 PRESIDENTE - ô Ana Paula a questão é a nossa primeira plenária é só em fevereiro,
4073 tem alguma ideia de trabalhar antes ou não, porque aí eles já viram né. ANA PAULA -
4074 a maioria dos conselheiros da comissão vai estar de férias em janeiro, aí o grupo,
4075 acho que nós podemos avançar, o grupo, no grupo de monitoramento na composição
4076 e iniciar com quem estiver aqui. PRESIDENTE - penso eu que sim, mesmo lembrando
4077 que janeiro é um mês de férias mesmo e fevereiro tem carnaval, embora tenha, mudou
4078 a data, mas janeiro pode-se trabalhar o grupo, ok, a gente fica com o indicativo da
4079 comissão, propenso né, porque se não. ANA PAULA - letra C, encaminhada ao CEAS
4080 pela SEDESE, convite para a reunião com os atingidos pela UHE Candonga no dia 20
4081 de dezembro na comunidade Nova Soberbo, dia 20 de dezembro, a comissão avaliou
4082 que é relevante à participação do CEAS sugere que a plenária indique conselheiros
4083 para participar do evento. Reunião dia 20. Lá. PRESIDENTE - Júlio tá perguntando se
4084 tem recurso pra ir, não, não, espera aí, lá na normativa fala que foi fechado para os
4085 seminários não sei o que... tem que ver se existe um enquadramento lá ou não se
4086 fechou eu não tenho como ir. NÍVIA - é porque as nossas, todas as nossas despesas
4087 elas tem que ser previstas com 15 dias de antecedência, não vamos ter, mas em
4088 caráter excepcional às vezes a gente consegue sim, e nós vamos fazer essa tentativa
4089 com certeza. Acredito que seja aprovado sim, tá. Não entra naquelas questões do
4090 ofício que foi lido aqui na parte da manhã, é atividade de trabalho do conselheiro é
4091 como se fosse uma diligência inclusive nós da SEDESE estaremos indo também, a
4092 gente define aqui quem vai participar e amanhã mesmo a consolação encaminha a
4093 solicitação e eu tento aprovar lá, tá, eu acho que é tranquilo. ANA PAULA - alguma
4094 indicação? PRESIDENTE - bom tá aberta a plenária e é bom que esteja algum
4095 conselheiro lá presente sabemos que conselheira Nívia e conselheira Roberta vão
4096 estar presente é isso? Ok. Tá aberto pra plenária, outros conselheiros podem estar
4097 presentes dia 20, isso é em Candonga, é uma reunião com a comunidade pra discutir
4098 a implantação dos planos que nós lemos hoje através de resolução. ANA PAULA -
4099 podemos tirar um indicativo? PRESIDENTE - A Conselheira Adriana está se
4100 colocando a disposição pra ir? Ok. Ela tem uma questão de ordem aí a colocar lá pela
4101 secretaria de estado, pode ir, isso, quem mais? Volney? Eu estarei em Recife, mas
4102 não é em Porto de Galinhas. A conselheira Adriana e o conselheiro Volney tá olhando
4103 a agenda, podemos passar. ANA PAULA - 2.1 CMAS de Coronel Fabriciano por meio
4104 do ofício 087 solicita ao CEAS a avaliação sobre a inscrição da APAE que já foi
4105 realizada pelo conselho de assistência, porem foi contestado a sua missão pela

4106 SEDESE, retorno da SEDESE por meio do ofício 1438 que esclarece que o técnico
4107 procedeu análise documental e percebeu que a entidade em questão a APAE presta
4108 serviços muito além do descrito no primeiro comprovante de inscrição apresentado,
4109 ainda foi solicitada a alteração pois conforme o ofício, para fins de convenio com a
4110 SEDESE, é importante que as especificações dos serviços em ambas as proteções
4111 seja explicitada em conformidade com o estatuto apresentado. A entidade encaminhou
4112 um segundo comprovante de inscrição que viabilizou a inscrição da diretoria, então,
4113 um processo já foi realizado, já foi corrigido pela própria entidade, a inscrição já foi
4114 encaminhada, houve um questionamento em relação à inscrição por parte do técnico
4115 da SEDESE, isso foi esclarecido porque os termos da inscrição não estavam
4116 consonantes com o estatuto da entidade, o conjunto de atividades, a comissão só está
4117 informando que essa questão já foi solucionada. Em contato com a SEDESE, tem
4118 aquela questão que eu acho que você ponderou né Cristiane, em relação ao
4119 questionamento, foi colocado em relação ao questionamento da SEDESE quanto aos
4120 termos da inscrição que isso seria de competência do conselho municipal com base
4121 nas atribuições que são exclusivas do conselho pra inscrever a entidade conforme o
4122 tipo de serviço que ela executa em consonância com a tipificação, então isso foi
4123 colocado na mesa diretora? Na mesa diretora que não caberia a SEDESE fazer este
4124 questionamento não é? PRESIDENTE - Conselheira Roberta. ROBERTA - A princípio
4125 veio à questão como um questionamento do tipo de inscrição e na verdade quando
4126 você lê, o que acontece, a técnica do setor de registros ela quis ajudar a entidade
4127 porque se ela aceitasse aquele registro que cá entre nós está errado, ele estava
4128 errado realmente, aí eu disse, olha primeira perspectiva poderia encaminhar pra cá pra
4129 ver que tipos de registros estão sendo feitos lá embaixo, mas como ela tinha interesse
4130 dessa inscrição urgente por causa de questões de convênio com a SEDESE, nós
4131 achamos melhor e sugerimos que ela trocasse o registro, porque o que ela dizia fazer
4132 no estatuto Não era 10% do que o registro espelhava então ela estava sendo
4133 prejudicada com aquilo que estava escrito no registro e aí pediu pra ela e ela trocou a
4134 inscrição. GERALDO - Quando você fala registro, não seria a inscrição da entidade?
4135 ROBERTA - Inscrição, tô falando registro da SEDESE, registro na SEDESE, ela
4136 apresentou uma inscrição do conselho municipal para o registro na SEDESE essa
4137 inscrição ela não espelhava 10% do que estava no estatuto do que a APAE fazia. Só
4138 pra vocês terem uma ideia o que estava escrito na inscrição lá do conselho dizia que
4139 ela fazia só proteção básica, e na verdade o forte das APAES é proteção especial, nós
4140 sabemos muito bem disso. Concordam? Então o que é que foi dito, se você não trocar,
4141 do ponto de vista do convênio o objeto do convênio não pode vir como proteção

4142 especial você vai ser prejudicada, essa foi à discussão aí eles voltaram lá e trocaram
4143 sem nenhum problema. PRESIDENTE - Conselheira Cristiane. CRISTIANE - só
4144 esclarecendo, eu trouxe para a mesa diretora uma situação que foi relatada na reunião
4145 de Manhauçu na união regional de conselhos que esses questionamentos da SEDESE
4146 foram feitos por meio de, pra outros conselhos municipais, então qual que é a minha
4147 sugestão, Roberta eu queria ver, a gente vai ter que retomar a discussão do grupo
4148 sobre inscrição a Roberta já tinha sugerido inclusive nós convidarmos alguém do setor
4149 de registro pra fazer parte desse grupo, então é reafirmar esse convite, inclusive
4150 estabelecendo um fluxo, em casos como esse, que nós conselheiros sejamos
4151 informados pra que a gente atue junto ao conselho municipal, porque eu estou dizendo
4152 isso, porque imagina o desespero da entidade, quando está lá com o documento na
4153 mão e tem que voltar lá no conselho municipal e a entidade não têm muita força,
4154 digamos assim, diante do conselho municipal, pra dizer assim, meu registro tá errado,
4155 aí daqui a um mês a gente vai analisar de novo, é um processo que deixa na mão,
4156 nesse caso retoma pra entidade responsabilidade de aspas, “corrigir uma inscrição
4157 que foi dada por um conselho” e aí nesse caso eu acho que não é justo com as
4158 entidades, então nesse aspecto a minha sugestão é que , de fato a gente já marque a
4159 reunião do grupo que vai discutir inscrição, retomar a discussão pra encaminhamento
4160 com convite ao setor da SEDESE responsável por registro e já estabeleça nesse
4161 grupo um fluxo dessas situações pra que a gente possa atuar de apoio ao conselho
4162 municipal de assistência pra que ele possa corrigir esse procedimento no seu espaço.
4163 PRESIDENTE - Conselheiro Marcelo. MARCELO - eu estou fazendo aqui uma
4164 avaliação é o seguinte, o documento que vai pra SEDESE, a inscrição do conselho
4165 que vai pra SEDESE não é o instrumento único, não é, a SEDESE exige outros
4166 documentos pra compor todo o instrumento pra se dar o registro, inclusive estatuto, os
4167 programas os projetos as ações, então eu penso que, não justifica e seria ferir a
4168 autonomia do conselho, nós dizermos ao conselho municipal, Ó conselho municipal
4169 você tem que fazer desse jeito pra que eu faça convênio eu fico pensando o seguinte,
4170 se o certificado de inscrição é um dos instrumentos para se chegar ao registro, e pra
4171 se conceder o registro tem que se juntar outros documentos que além do certificado
4172 de inscrição penso que a exigência que está se dando ao conselho municipal, é uma
4173 exigência que fere a autonomia do conselho, e que portanto, pouco importaria para, no
4174 meu ponto de vista, a inscrição se dar pelo conselho municipal e na análise dos
4175 demais documentos que a SEDESE vai utilizar pra fazer o registro ela verifica se as
4176 ações estão pautadas lá. ROBERTA - Eu queria dizer Marcelo, primeiro que não fere
4177 eu estou achando importante formar esse grupo de discussão pelo seguinte, veja bem

4178 existe uma lei estadual que diz assim, todo ente jurídico ou físico que quer relacionar
4179 com o estado ele tem que ter uma inscrição no CAJEC e sendo de assistência social
4180 ele não vai para o CAJEC tem que ter um registro na secretaria de estado. Então
4181 presta a atenção, primeira questão que eu gostaria que vocês entendessem isso foi o
4182 maior ganho, porque colocar as entidades de assistência social dentro do CAJEC é
4183 arrebrantar com elas, ter uma tratativa com elas igual eu trato um fornecedor de carro
4184 porque o CAJEC é o cadastro geral de conveniente, aí nós conseguimos com muita
4185 luta de dizer o CAJEC separa a assistência social aí só que a lei deu algumas regras,
4186 ok, vai ter a inscrição no conselho de assistência social vai ter a inscrição na SEDESE,
4187 não é do conselho não, da SEDESE, então nós vamos listar os documentos que nós
4188 queremos e dentre eles o do conselho de assistência social, aí, aonde está o
4189 equivoco, aonde que está o equivoco, porque se você pegar, eu não sei se você teve
4190 acesso, o documento que o conselho de Coronel Fabriciano deu prejudicava a
4191 entidade, por quê? Mesmo que o estatuto dela dissesse isso, isso e isso, conforme a
4192 regulação hoje existente o conselho disse assim, ela é uma entidade que presta
4193 serviços praticamente na proteção básica então na hora de conveniar, ele disse,
4194 porque o CAJEC a coisa que ele mais atesta é esse registro lá, porque é esse registro
4195 que diz se ela é fantasma se não é, e o que é que ela faz, porque o estatuto pode
4196 escrever A e fazer Z, não é isso, aí quando vem, que você pega lá o primeiro registro
4197 que foi feito, a inscrição lá no conselho, você fala olha, ela me explicou, me disse ô
4198 Roberta de eu fizesse isso aqui, na hora de fazer o convênio, se ela tivesse fazendo
4199 um convênio, por exemplo para uma coisa de proteção especial não passava, porque
4200 o registro dela de inscrição é basicamente na básica que foi um erro do conselho, o
4201 conselho errou, aí o que que ela quis, ela ainda ligou pra menina lá, falou olha eu
4202 estou pedindo pra trocar porque do jeito que está aqui vai prejudicar a entidade, ela
4203 pode ter errado, e aí o que eu estou dizendo não é ferir a autonomia, absoluto, foi à
4204 tentativa de ajudar porque esse time que tá sendo dito do ponto de vista de convenio e
4205 de emenda não existe não gente, vocês estão aqui presentes ó, você e do? Da
4206 Assprom sabe muito bem disso, você também que é do Salesiano que teve convênio
4207 conosco, você tem um time aí que não dá tempo de vir aqui, passar pra lá, pra lá e pra
4208 lá pra apresentar, ela perde o recuso, entendeu? Então foi nessa perspectiva o que é
4209 que eu orientei a Alessandra que é da minha diretoria, falei, pegue, selecione esses
4210 casos manda para o conselho com uma perspectiva de dizer assim olha as inscrições
4211 estão equivocadas, quem sabe uma capacitação uma orientação pra poder ajudar ela
4212 pecou foi nisso, agora não tá ferindo em hipótese alguma a autonomia. PRESIDENTE
4213 - Conselheira Cristiane. ANA PAULA - eu acho que a questão do grupo vai resolver.

4214 PRESIDENTE - ok. Eu queria que o grupo aprofundasse e me avisar à data porque eu
4215 quero participar disso Tá, eu acho que o conselheiro. ANA PAULA - inscrição de
4216 entidade Cris, só em relação, é um dos pontos, tá o grupo de inscrição de entidade.
4217 PRESIDENTE - só um minutinho que eu estou com a inscrição do Marcelo e do André,
4218 e o conselheiro André quer falar. ROBERTA - ô gente eu vou ter que ir embora foi um
4219 prazer estar com vocês, Feliz Natal e um abraço carinhoso para os demais. ANDRÉ -
4220 esse assunto, senhor presidente, esse assunto ele veio realmente numa hora propicia
4221 porque representando conselhos a dois anos eu me pergunto às entidades estão se
4222 perguntando com a história da resolução o modelo que se tem lá não é um modelo
4223 que orienta, já devolveu o documento que eu encaminhei sim, porque nós não
4224 tínhamos noção, a gente tem que tá lendo, olhando pro estatuto sim, pra constituir o
4225 modelo de documento, aí eu pergunto onde é que tem o modelo, fala assim, vai na
4226 resolução no anexo tal, e não fala, com o entendimento que a gente tem, aí sim, eu
4227 entendo que o serviço que ela está prestando a questão da APAE e a questão das
4228 APAQUES, a questão das entidades que prestam serviços na área de abrigo, da
4229 criança, do adolescente, do idoso, isso não é só saúde, não é só educação em relação
4230 às creches, e nós estamos aí completando já, final, completou 2012, e eu não adquiri
4231 respostas e agora eu estou vendo aqui, eu entendi que a técnica lá da SEDESE
4232 orientou bem e orientou uma entidade nossa também, duas, porque no modelo,
4233 porque pra a gente aprender a gente tem que errar, porque não se sabe, pra quem a
4234 gente liga e pergunta, não há resposta, então o conselho desprovido de informação
4235 ele preenche daquele modelo que ele tinha, ele não tem a noção, não há possibilidade
4236 de noção, de como é que vai ser o novo procedimento, considerando que as APAES já
4237 foram garantidas na resolução e depois as APAQUES e pronto, e falou assim,
4238 educação, você, creche, abrigo de fazendinhas, residências terapêuticas, saúde, e
4239 pronto. Ninguém da saúde sabe disso no ministério e ninguém da educação no
4240 ministério sabe disso, e as entidades ficam lá, eu tive apoio com as reuniões que
4241 tivemos que foram grandiosas parabenizo o sindicato, por estar, o SINTIBREF que foi
4242 lá reuniu, as meninas nos orientaram porque era um clamor que não se respondia
4243 então elas mostraram que, se a gente oficializar da forma correta através do que eu
4244 estava te falando Ana Paula, não de projetos, mas de programas, como é que a gente
4245 vai construir esse programa dentro de um contexto creche? Sem resolução? Nós
4246 vamos fazer o que? Vamos deixar de assistir? Como é que a gente vai fazer com as
4247 residências terapêuticas, vamos deixar de assistir? Então nos começamos a ter um
4248 caminho a nossa região a partir dos encontros lá, então a minha fala é essa, eu vou
4249 sair feliz porque já foi agora, o ultimo assunto, porque todas as vezes que eu venho eu

4250 pergunto pra um, pra outro, pra Cristiane, acompanhei uma fala dela já desde o início,
4251 acompanho o que o SINTIBREF fez com as instituições todo ponto que a gente
4252 esclarece parece que ainda é pouco, e quero fazer parte dessa nova discussão, é
4253 importante que um técnico da SEDESE, sabe por que, porque a SEDESE nossa
4254 regional não tem noção do que é, tá ela não tem noção, ela vai lá nos procurar dentro
4255 do conselho pra que a gente possa orientar e nos temos muitas entidades então é
4256 importante sim que tenha um técnico de lá pra falar pra nós e a gente possa orientar a
4257 regional e as entidades. PRESIDENTE – Ana Paula, eu penso que as discussões
4258 estão ricas, mas nós temos que deixar pra uma discussão de grupo. Só quero dizer
4259 até chegar lá pra não gastar mais tempo aqui desnecessariamente que a resolução 16
4260 tem os anexos, e nos anexos pede que descreva todos os serviços que a entidade
4261 presta, o que existe o equívoco e na interpretação do que tá colocado porque tem
4262 conselho que “vou escrever aquilo que ele vai prestar pra mim enquanto rede sócio
4263 existencial do meu município”, e não é por aí a situação, é isso que nós precisamos
4264 discutir, assim como a visão de registro na SEDESE ela não pode ser míope aquela
4265 inscrição é pra dizer que a entidade é de assistência social a partir dali
4266 estatutariamente ela comprova o restante, então essa discussão é muito bacana, nós
4267 vamos fazer ela lá com uma riqueza maior de conteúdo. Ana Paula, por favor, de
4268 continuidade. ANA PAULA - o encaminhamento que foi feito a Coronel Fabriciano foi
4269 enviar o ofício ao conselho com cópia de retorno da SEDESE informando que a
4270 situação da entidade foi regularizada agora nós temos que agendar a continuidade do
4271 grupo de inscrição de entidades, aí já quero convidar o André pra participar do grupo o
4272 encaminhamento que nós fizemos foi considerando que parte dos integrantes da
4273 comissão de normas está em período de férias no mês de janeiro, a comissão avaliou
4274 a necessidade da continuidade da discussão sobre inscrição de entidades realizar no
4275 mês de fevereiro a data será marcada a partir da elaboração do calendário como foi
4276 colocada hoje. PRESIDENTE - presidente a sugestão é que seja no dia da comissão,
4277 é isso? ANA PAULA - em fevereiro, pauta única da comissão. PRESIDENTE - ok.
4278 Então todos os conselheiros estão convidados. ANA PAULA - Número 3 resolução do
4279 CEDCA, Conselho Estadual de Direitos das Crianças, que dispõe sobre os parâmetros
4280 do funcionamento das entidades de acolhimento institucional e familiar da criança e do
4281 adolescente no estado de Minas Gerais e dar providências, a mesa diretora do CEAS,
4282 reunida no dia 03/12 encaminhou a comissão de normas resolução de número 56 de
4283 2012 do conselho estadual de direitos da criança e do adolescente que dispõe sobre o
4284 acolhimento institucional por ser matéria afeta a assistência social, encaminhamento,
4285 nós apreciamos a resolução, no encaminhamento, A, fazer uma comparação entre a

4286 resolução do conselho estadual dos direitos da criança e a resolução conjunta número
4287 1 de 2009 do CONANDA, e B, criar um grupo de trabalho dos conselheiros do CEAS
4288 para discutir sobre a resolução 56 visto que a resolução dispõe sobre assunto que é
4289 executado pela política de assistência social e seu controle social é realizado pelo
4290 conselho, a resolução nós apreciamos ela diz do acolhimento institucional, cita varias
4291 normativas do governo federal tem algumas questões e diz diretamente da execução
4292 dos serviços de acolhimento institucional no estado de Minas Gerais, então nós
4293 naquele momento, nós teríamos que aprofundar um estudo sobre as matérias que
4294 estão colocadas lá do ponto de vista normativo e a principio a solução foi, incorporar,
4295 inclusive criar um grupo com outros conselheiros, comissão de apoio que diz da
4296 execução dos serviços no estado para os municípios então criar um grupo de trabalho
4297 envolvendo conselheiros de outras comissões também, apoio, orçamento, políticas.
4298 PRESIDENTE - alguma posição contrária? Ok. ANA PAULA – Nós vamos marcar. 4,
4299 resposta ao conselho municipal de Curvelo pra apreciação da comissão, conselho
4300 municipal de Curvelo solicita esclarecimento da possibilidade de um funcionário
4301 remunerado de entidade de assistência social ocupar um cargo na diretoria da
4302 entidade sendo este cargo não remunerado, encaminhamento a comissão avaliou o
4303 questionamento e a minuta de resposta elaborada pela secretaria executiva do CEAS
4304 sugere que antes de responder ao conselho municipal de Curvelo esse assunto seja
4305 encaminhado pra discussão em reunião a ser realizada em fevereiro sobre inscrição
4306 de entidades só pediu pra incorporar essa discussão ao tema do grupo inscrição de
4307 entidades, pois trata de um funcionário que é contratado com um cargo técnico, e que
4308 agora assume a diretoria da entidade, e a diretoria é não remunerado então houve um
4309 conflito aí de entendimento aí a gente acha que isso pode ser tratado também no
4310 corpo do grupo que vai discutir inscrição de entidades , não é fevereiro, Presidente é
4311 fevereiro nem poderia porque 31 não tem né. Ana Paula o que a gente vinha
4312 discutindo é que seria em fevereiro tá, aí é janeiro. Vencemos aqui presidente não tem
4313 mais nenhum ponto. PRESIDENTE - Ana Paula, meus parabéns por essa
4314 competência sua viu. ANA PAULA - o grupo de trabalho é o grupo de trabalho da
4315 resolução do CONANDA tem que ser tirado entre os membros das outras comissões
4316 que também no mesmo modelo podem encaminhar, quem serão, quem vai discutir as
4317 comissões de apoio financiamento, políticas. PRESIDENTE - Ok. Pessoal, comissão
4318 de ética. Por favor, Volney? VOLNEY - Com relação à comissão de ética nós
4319 propusemos, a comissão propôs um plano de ação para 2013, a primeira ação seria
4320 uma palestra para os conselheiros, o tema seria a conduta ética, inicio em março e
4321 término, é o mês de março, dentro dessa temática faríamos a apresentação do código

4322 de ética e a sua aplicação e nós pensamos em convidar a professora Eleonora
4323 Schettini pra falar pra a gente, ação número 2 uma palestra para os funcionários da
4324 secretaria executiva, tema, conduta ética dos conselheiros, apresentação do código de
4325 ética do CEAS e com relação à secretaria executiva. Ação 3, um receptivo para os
4326 novos conselheiros do código de ética, explicação aos conselheiros que ingressarem
4327 no CEAS sobre o seu papel direitos e obrigações limites representativos, prestação de
4328 contas, entra outras questões de janeiro a dezembro. E faríamos também a entrega do
4329 código de ética aos novos conselheiros e foi proposto aí uma assinatura do termo de
4330 compromisso solene, pra que ele tenha esse conhecimento do código de ética,
4331 ficamos de elaborar um termo de compromisso solene, faríamos reuniões semestrais,
4332 reuniões extraordinárias quando necessário e a participação nas ações do CONSET,
4333 que é o Conselho de Ética do Estado de Minas Gerais, os componentes são eu o
4334 Marcio Caldeira, a Tanit e a Gilvânia. Claro. PRESIDENTE - Conselheira Nívia. NÍVIA -
4335 eu queria saber ali na ação 2 na palestra com os servidores da secretaria executiva
4336 porque o tem, a conduta ética dos conselheiros para a secretaria executiva? A gente
4337 tinha que estar relacionando o tema ao trabalho da secretaria executiva não?
4338 PRESIDENTE - Consolação tá escrita. CONSOLAÇÃO - à comissão de ética do
4339 conselho se refere só a atuação dos conselheiros a nossa vara o corpo técnico, a
4340 gente responde ao código de ética do servidor público esse código que foi elaborado
4341 pelo conselho ele não trata do servidor trata só do conselheiro o nosso código, e essas
4342 comissões elas existem pra isso, pra essa análise, então é preciso orientar a
4343 secretaria executiva em relação a isso. A essa relação. VOLNEY - então seria isso.
4344 Alguma dúvida? PRESIDENTE - pessoal tá aberto para os conselheiros. Acho que a
4345 proposta é bem vinda. Acho que o momento também é muito bacana. VOLNEY - os
4346 outros 3 colegas eles sugeriram o meu nome pra estar na coordenação queria saber
4347 se a plenária aprova e concorda. PRESIDENTE - tem alguém contrário que o Volney
4348 assuma que os 4 são membros da comissão de ética e o Volney é o coordenador da
4349 comissão. Não. Ok. Então Volney parabéns, uma salva de palmas pra ele que
4350 representa a comissão de ética. Eu gostaria de comunicar a todos os presentes que a
4351 nossa plenária se encerra aqui com o cumprimento de pauta dar os parabéns a todos
4352 que chegaram no horário e que estão conosco aqui até esse horário, cadê o senhor
4353 Hélio, saiu? Tá ali, seu Hélio seja bem vindo não se assuste, por favor, que são raras
4354 as plenárias que chegam até às 20 horas, mas hoje foi só porque é o mês de Natal
4355 então em comemoração as confraternizações nos ficamos até quase 8 horas da noite,
4356 mas pode ficar tranquilo que não são todas não. Normalmente a gente encerra as 17
4357 quando muito 17:30, 18 horas. Tá ok? Agradeço seja sempre bem vindo e agradeço a

4358 cada um de vocês que ficaram aqui até agora com comprometimento que é peculiar a
4359 cada um desses conselheiros. Todos tenham um final de ano excelente que façam um
4360 momento excepcional de autorreflexão que possa rever aquilo que a gente teve de
4361 equivoco, promover as correções e desvios para que possamos ter um ano
4362 maravilhoso, na minha fé cristã peço a Deus que esteja no coração de cada um de
4363 vocês que abençoe e fortaleça cada vez mais o vínculo familiar de cada um de vocês e
4364 principalmente o vínculo familiar dessa família aqui, CEAS. Muito obrigado pelo ano
4365 que passou pela credibilidade e pelo esforço que fizeram e pelo crédito que me deram
4366 só neste conselho listem bem no fórum nacional eu fico muito gratificado com isso,
4367 muito envaidecido muito embora sei que o comprometimento é muito maior o desgaste
4368 até pessoal é muito grande mas também sei da importância que a gente tem levado
4369 para os outros estados enquanto Minas Gerais, e principalmente como bairrista que
4370 sou, o nome de Minas Gerais com toda convicção e certeza tá sendo engrandecido,
4371 mas eu agradeço a cada um de vocês e espero que todos sejam muito felizes nas
4372 festas de comemoração agora de final de ano tenhamos um 2013 maravilhoso muito
4373 Obrigado. NÍVIA - Ô gente eu também gostaria de deixar aqui em nome da
4374 subsecretaria de assistência social em nome da SEDESE o agradecimento a todos os
4375 conselheiros por esse ano de profícuo trabalho, agradecer a equipe técnica do CEAS,
4376 a Consolação pela dedicação por esse ano de muita atividade, de muito trabalho, mas
4377 também de muita construção de muito avanço acho que a gente fecha esse ano assim
4378 com o sentimento de dever cumprido, bem cumprido, como o Geraldo disse que Minas
4379 continua referência na política de assistência social no nível federal e isso é fruto do
4380 trabalho de cada um de nós de cada um de vocês, conselheiros, trabalhadores,
4381 secretaria executiva, então eu queria deixar aqui um agradecimento e dizer que a
4382 SEDESE tem orgulho do conselho que tem, além dos outros 5 né, nós somos 6
4383 conselhos mais esse talvez esse seja o conselho que tem maior atenção porque
4384 também ele tem maior peso dentro da secretaria não é das SUBAS é claro, o nosso é
4385 o único e desejar em nome da secretaria um ótimo final de ano pra todos vocês e um
4386 Natal de muita luz, de muita Paz, de muita saúde pra vocês e seus familiares e um ano
4387 novo também repleto de realizações de planejamentos de mais avanços ainda para
4388 2013. Grande abraço pra todos vocês em nome da SEDESE. Nada mais havendo,
4389 encerrou-se a presente ata degravada que após lida e aprovada será assinada pelos
4390 presentes.